



# **ESPAÇOS *PARTICIPATIVOS***

*ADOLESCENTES NAS  
CONFERÊNCIAS NACIONAIS  
DOS DIREITOS*

**MARIA ANDRÉA  
LUZ DA SILVA**

PLANEJAMENTO &  
**POLÍTICAS  
PÚBLICAS**



**edmeta**  
EDITORA

2023 © *Maria Andréa Luz da Silva*

## **ESPAÇOS PARTICIPATIVOS**

Adolescentes nas conferências nacionais dos direitos

*Coordenação Editorial*

Profa. Dra. Maria Andréa Luz da Silva

*Capa*

Ana Carolina Frota

*Projeto gráfico e diagramação*

Eduardo Freire

*Revisão ortográfica*

João Vianney Campos de Mesquita

**Edmeta** - Editora Digital e Impressa Ltda Av. Desembargador  
Moreira, 2800, Sala 1008 Bairro Aldeota Fortaleza - CE, Brasil

*Conselho Editorial*

Francisco Horácio da Silva Frota

Maria Helena de Paula Frota

Maria Andréa Luz da Silva

Jeanete Filomeno Puchain Ramos

Irapuan Peixoto Filho

*Creative Commons*

CC BY-NC

*Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir  
do seu trabalho para fins não comerciais*

Maria Andréa Luz da Silva

# ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

Adolescentes nas conferências nacionais dos direitos



Fortaleza - CE  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Silva, Maria Andréa Luz da

**Espaços participativos:** adolescentes nas conferências nacionais dos direitos / Maria Andréa Luz da Silva. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Edmeta, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86311-24-2

1. Cidadania 2. Ciências políticas 3. Democracia 4. Direitos humanos 5. Juventude - Aspectos políticos 6. Participação política - Brasil 7. Políticas públicas I. Título.

23-171741

CDD-323.042

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Adolescentes : Participação política : Cidadania :

Ciências políticas 323.042

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

*Este livro é dedicado à Maria José Luz da Silva,  
com o carinho da filha  
e às crianças e adolescentes, que  
foram as vozes potentes desse trabalho.*

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Os desafios do estudo</b> .....	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Fundamentos teóricos</b> .....	<b>28</b>
2.1 Democracia: desafio permanente.....	30
2.2 Participação: um ideal a ser buscado.....	37
2.3 Cidadania e sua natureza polissêmica.....	41
2.4 As conferências nacionais como espaço de participação.....	52
<b>CAPÍTULO 3 - Percurso metodológico</b> .....	<b>57</b>
<b>CAPÍTULO 4 - Participação dos adolescentes nas conferências</b>	<b>65</b>
4.1 Escolha dos informantes da pesquisa.....	109
<b>CAPÍTULO 5 - A participação dos adolescentes cearenses nas conferências</b> .....	<b>118</b>
5. 1 O Empoderamento dos adolescentes perante os desafios da participação.....	135
5. 2 O protagonismo dos adolescentes nas discussões das conferências.....	145
5. 3 A Autonomia no exercício da participação .....	159
5. 4 A Resiliência como elemento de superação dos obstáculos à participação.....	170
5.5 As repercussões das experiências participativas das conferências na vida dos adolescentes.....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>200</b>
<b>POSFÁCIO</b> .....	<b>229</b>

# Listas

## **Lista de gráficos**

<b>Gráfico 1</b> – Rede dos primeiros informantes .....	114
<b>Gráfico 2</b> – Rede de todos os informantes .....	116
<b>Gráfico 3</b> – Rede dos adolescentes entrevistados .....	117

## **Lista de quadros**

<b>Quadro 1</b> – Objetivos das conferências .....	58
<b>Quadro 2</b> – Conceitos fundamentais de análise .....	61
<b>Quadro 3</b> – Eventos Preparatórios para a X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	92
<b>Quadro 4</b> – Perfil dos técnicos informantes da pesquisa.....	110
<b>Quadro 5</b> – Matriz dos atributos dos informantes da pesquisa.	110
<b>Quadro 6</b> – Matriz de interação dos informantes .....	112
<b>Quadro 7</b> – Adolescentes indicados pelos informantes do primeiro ciclo de entrevistas .....	113
<b>Quadro 8</b> – Perfil dos adolescentes informantes .....	115
<b>Quadro 9</b> – Adolescentes indicados pelos informantes do segundo ciclo de entrevistas .....	117
<b>Quadro 10</b> – Operando os objetivos .....	191
<b>Quadro 11</b> – Objetivo Geral Atingido.....	193
<b>Quadro 12</b> – Hipóteses Confirmadas .....	193

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva	
ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente	
CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	
CES – Centro de Estudos Sociais	
CF/1988 – Constituição Federal de 1988	

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CNDCA – Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
COVID-19 – Doença por coronavírus 2019  
CPA – Comitê de Participação de Adolescentes  
DCI – Defense for Children Internacional  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FIA – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente  
FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Fórum DCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IP – Instituição participativa  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
NUCA – Núcleo de Cidadania de Adolescentes  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OP – Orçamento participativo  
PPGPP – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SDH – Secretaria Nacional dos Direitos Humanos  
SGD – Sistema de Garantia de Direitos  
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UC – Universidade de Coimbra  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância



# Prefácio

## **E assim nasce uma menina curiosa, pesquisadora, professora**

Suponho que Andréa Luz já nasceu uma menina curiosa, pois seu interesse pelos fatos e fenômenos me surpreende desde o dia em que a conheci, no início deste milênio.

Ela iniciou sua carreira na seara da pesquisa bem antes da vida acadêmica, pois, nos idos de 1990, Andréa navegava pelos universos da coleta de dados e da elaboração e aplicação de instrumentais para o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPES-PE). Seus passos na Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), só alimentaram a fonte do saber que jorrava de dentro dela.

Desde então, o Núcleo de Pesquisas Sociais (NUPES) da UECE se tornou sua segunda casa, a parceria com o Prof. Dr. Horácio Frota se consolidou e, atualmente, coordenam juntos o NUPES. Cabe destacar a competência da pesquisadora no tocante às metodologias de pesquisa e aos instrumentos de coleta e análise de dados, com forte referência no uso de programas quanti e qualitativos, por exemplo, *SPSS Statistics* (*software* estatístico), *NVIVO* (*software* de análise de dados qualitativos) e *HyperResearch*.

No âmbito da inserção social, a pesquisadora tem vasta experiência em políticas sociais, socioeducação, formação e participação cidadã. Atualmente, coordena a Escola de Conselhos, que tem como foco a formação de conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos. Destaca-se, ainda, sua atuação na formação cidadã de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica

na periferia de Fortaleza. Sua *expertise* atravessou o Atlântico e em Portugal, junto com o Prof. Dr. Giovanni Allegretti, investigador sênior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), desenvolveu vários projetos na área da participação de crianças e jovens.

No âmbito da docência, Andréa tem sido Luz onde partilha seus saberes. Sua atuação vai desde formações em diferentes searas institucionais e sociais, em uma perspectiva intergeracional de crianças a idosos, abordagens dis, inter, trans e multidisciplinares da educação, sociologia, política, direitos humanos etc., até o ensino na graduação e na pós-graduação. A formação de pesquisadores e de quadros técnicos para o Estado também tem tido grande contribuição da professora pesquisadora, desde a atividade docente, passando por formações técnicas e chegando às orientações científicas.

Andréa navegou por diferentes mares desde sua iniciação científica até consolidar sua trajetória como pesquisadora. Dentre essas navegações destaque sua grande contribuição à formação de adolescentes, jovens e de quadros técnico para as regiões Nordeste e Norte do Brasil e na Universidade de Coimbra, com vistas à construção e consolidação de parcerias institucionais e acadêmicas e à elaboração de projetos e pesquisas, produzindo relatórios, prestando contas de recursos e publicando de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Sua *expertise* na seara da ciência política tem raízes nos estudos da graduação, quando analisou o discurso do Governo das Mudanças no Estado do Ceará (1995-2002); já no mestrado, analisou o discurso dos candidatos à presidência da República do Brasil em 2002.

A temática presente em toda a sua trajetória tem sido a *participação política e a democratização do Estado brasileiro*. A cada momento, a pesquisadora aprofunda seus estudos e mergulha em referenciais além-mar para subsidiar o debate entre os partidos políticos e os *media* nos processos eleitorais locais e nacionais.

Neste prefácio, apresentamos a tese de doutoramento da professora, que analisa, com competência e rigor científico, tanto o aprofundamento da democracia quanto a capacidade formativa das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes, mediante os processos participativos. A autora responde esta questão central:

- Em que medida as Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes constituem espaços capazes de gerar práticas autônomas e reflexivas que contribuam para a formação de novas lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania?

Será que esta nova gramática social foi capaz de gerar um processo formativo de crianças e adolescentes participantes?

Partindo da participação como conquista da cidadania ativa, Andréa Luz tem navegado e atualizado o referencial teórico e ampliado o debate acadêmico-científico. Nessa pesquisa, a autora recorta com excelência o universo das conferências nacionais, regionais, estaduais e locais e dá voz a crianças e adolescentes em busca de seu objetivo: verificar se essas instâncias participativas da criança e do adolescentes têm sido capazes de fomentar novas lideranças na sociedade. Em outras palavras, se esses espaços são mediadores de aprendizagens capazes de empoderar e garantir o protagonismo, a autonomia e a resiliência dos agentes sociais envolvidos nas experiências educativas.

A relevância dessa pesquisa, para além da excelência de sua metodologia, coleta e análise de dados, pode ser destacada por meio do registro da participação de crianças e adolescentes nas conferências municipais, estadual, regional e nacional e no diagnóstico da influência na tomada de decisões nas conferências, decorrente da participação das crianças e dos adolescentes em todas as suas etapas.

O processo formativo dos adolescentes foi analisado com base na teoria freiriana, recorrendo a conceitos como autonomia, protagonismo, empoderamento e resiliência, revisitados nas obras clássicas do autor, como: *Educação como prática da liberdade* (de 1967), *Pedagogia do oprimido* (de 1974) e *Pedagogia da esperança* (de 1992). A escolha desse referencial reafirma a necessidade de uma relação orgânica entre teoria e prática, voltada à conquista da liberdade, ao reconhecimento do outro, à superação das desigualdades sociais e à participação coletiva nas decisões.

Apesar das fragilidades que perduram, a ampliação da participação desses atores tem contribuído de maneira efetiva para o aprimoramento da democracia, mediante ações interligadas entre o poder público e a sociedade. Concordamos com a autora que as conferências se tornaram um instrumento basilar na elaboração, no monitoramento, no controle e na avaliação de políticas públicas e possibilitaram tanto a escuta quanto o debate crítico, criativo e propositivo de temas relativos a assistência social, cidades, saúde, segurança alimentar, segurança pública, políticas para as mulheres, igualdade racial e políticas para a infância.

No âmbito do Estado do Ceará, a participação e a escuta das crianças e dos adolescentes foi uma bandeira de destaque local e nacional. Esse também foi o primeiro estado brasileiro a universalizar o Conselho Tutelar e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a realizar conferências regionais, como destaca a pesquisadora. O apoio institucional, a consultoria (cujo foco foi pensar estratégias de articulação dos atores envolvidos no sistema de garantias de direitos), o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e a articulação com os municípios possibilitaram a universalização das conferências no Ceará e a

qualificação da participação, a inclusão de novos atores e a discussão dos temas locais diante dos nacionais.

Como desdobramento dessas iniciativas, Andréa Luz destaca que, hoje, meninos e meninas fazem parte das comissões municipais e estadual das conferências, desde sua organização até a realização do evento. Eles são, também, grandes mobilizadores sociais, pois seguem atuantes em suas redes, formais e informais, de relações. Alguns adolescentes que participaram dos ciclos das conferências, ao se tornarem jovens adultos, continuam militantes e participam, de alguma maneira, das discussões democráticas. Desse modo, a pesquisadora comprova que esse espaço tem sido capaz de gerar práticas autônomas e reflexivas, que contribuem para a formação de novas lideranças políticas, com vistas ao exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, tais processos não foram isentos de resistência, como a visão adultocêntrica, a tendência de subestimar a qualidade dessa representação, o envolvimento desses atores nos processos participativos, dentre outros empecilhos que tendiam a travar o processo.

A partir do momento que os adolescentes foram eleitos delegados e passaram a reivindicar uma pauta que garantisse seu direito à fala, ao voto e ao pleno exercício de sua participação, mudanças foram provocadas em todo o sistema de participação, desde o nível local ao nacional. É fato que as conferências têm despertado um crescente movimento de ampliação dessa participação, desde o direito ao voto de meninos e meninas até a discussão e sua presença na composição das comissões de organização, junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

O empoderamento, a autonomia, o protagonismo e a resiliência dos adolescentes foram analisados pela pesquisadora, que desvelou nuances, atitudes, posturas, adaptações criativas, intervenções dos

sujeitos e espaços institucionais que possibilitaram a vivência, interação e atuação individual e coletiva dos sujeitos. O entendimento e a atuação no jogo democrático e das relações de poder, bem como a capacidade de transcender os interesses individuais em prol dos interesses coletivos, são citados por ela.

Em síntese, as conferências têm se estabelecido como importantes espaços participativos para assegurar que o Sistema de Garantia de Direitos cumpra seu papel multidisciplinar e construa uma prática intersetorial, bem como têm contribuído na formação cidadã de crianças e jovens, que exercem seu direito de fala de modo qualificado na defesa de seus direitos e em sua atuação junto aos organismos colegiados (estruturas da participação representativa).

E assim segue Andréa Luz, cientista política comprometida com a conquista e a qualificação da participação de novas lideranças políticas e diferentes atores do Estado e da sociedade em múltiplos segmentos. Atualmente, ela atua como professora e orientadora de pesquisa no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP) da UECE, que formou, ao longo de 20 anos, mais de 1.000 mestres profissionais no Ceará, no Amapá e no Pará - eles estão inseridos em áreas estratégicas de governo, elaborando, implementando e monitorando políticas públicas.

E assim nasceu uma menina curiosa, pesquisadora, professora.

*Jeannette Filomeno Pouchain Ramos*

# Introdução

*Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-se no mundo.*  
(Paulo Freire)

Este livro vem a lume no momento de uma nova Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA), como resultado da tese que apresentamos ao Curso de Doutorado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE), em 12 de maio de 2022.

Em meados de 2011, iniciamos um curso de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). A escolha pelo Doutorado em Democracia no Século XXI resultou de nosso entendimento acerca da importância e urgência de uma reflexão crítica diante das possibilidades e dos limites de novas experiências participativas no aprofundamento dos princípios democráticos.

Os estudos realizados pelo CES/UC contribuem para uma reflexão na contramão do pensamento majoritário, auxiliando, não só a compreensão da importância da participação dos agentes sociais nas questões públicas, mas, também, a percepção de que o exercício de governo nem sempre resulta da vontade soberana do povo.

O contato estabelecido por nós com as diversas juventudes de Portugal e do Brasil veio a evidenciar o que a teoria já apontava: o distanciamento entre tais grupos sociais e aquilo que tradicional-

mente se conhece como ação política. A repetição de tais comportamentos em distintas sociedades do mundo ocidental indica que não se configuram pontos específicos e de menor monta. No âmbito da política institucional, a maneira como muitos dos políticos profissionais tratam as questões públicas alimenta o descrédito em qualquer possível mudança.

As crises nas democracias de todos os continentes e o aprofundamento do debate teórico não só sobre a superação de seus agentes propulsores, mas acerca da necessidade de seu aprofundamento como forma de governo, apontam o resgate de práticas sociais inovadoras direcionadas à cidadania. Nesse sentido, o protagonismo juvenil se manifesta no contexto de experiências como a dos orçamentos participativos e dos conselhos e das conferências nacionais de políticas públicas.

A elaboração da tese e sua defesa, no entanto, tornaram-se inviáveis em decorrência de imprevistos de ordem pessoal. A saída encontrada foi a transferência para um programa de doutorado no Brasil e a adequação da temática estudada à realidade da nossa juventude nacional. Assim surgiu a tese com o título *A gramática da participação dos adolescentes cearenses nas conferências dos direitos de crianças e adolescentes*.

O projeto reformulado mantém a proposta teórica original e adequa sua abordagem da realidade portuguesa ao contexto brasileiro. A pergunta norteadora foi:

- Em que medida as Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes constituem espaços capazes de gerar práticas autônomas e reflexivas que contribuam para a formação de novas lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania?

O estudo se voltou para as conferências nacionais devido ao destaque assumido como importante meio para o fortalecimento



da democracia. A participação cidadã na deliberação de políticas públicas é divisada como algo positivo e importante quando se vive, no mundo inteiro, uma crise da representatividade e um distanciamento do povo da política. A tese relato analisa a participação de crianças e adolescentes nessas conferências nacionais.

Portanto, a tese defendida foi a de que as instâncias participativas de crianças e adolescentes na sociedade são capazes de fomentar novas lideranças. Nesse sentido, mostrou-se importante saber se as Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes constituem espaços de aprendizagens habilitados a empoderar e garantir o protagonismo, a autonomia e a resiliência dos agentes sociais envolvidos nas experiências educativas.

Nesse sentido, alguns objetivos específicos foram:

- Demonstrar que a Conferência dos Direitos das Crianças e Adolescentes está enquadrada como conferência nacional de políticas públicas;
- Registrar as diversas etapas das Conferências dos Direitos das Criança e Adolescentes (municipais, estadual, regional e nacional), identificando como se dá a participação de crianças e adolescentes;
- Resgatar como a participação de crianças e adolescentes influenciou a tomada de decisões das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

A pesquisa tomou como referência para exame a participação dos adolescentes cearenses nos ciclos das IX e X Conferências. Com efeito, o desenho metodológico foi baseado, primeiro, em uma pesquisa documental: a) documentos institucionais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); b) publicações oficiais do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) do Ceará; c) artigos publicados em jor-

nais de grande circulação; d) bancos de dados virtuais; e e) outras fontes primárias.

Os demais indicadores foram obtidos no contexto dos técnicos, delegados e convidados (adolescentes) que participaram das conferências em diversos níveis. Em todos os casos, foram perfilhados como parâmetros orientadores: a) as variáveis independentes e dependentes; b) os indicadores do processo formativo; c) os conceitos identificados nas falas dos sujeitos de pesquisa; d) o aspecto geral e os pontos específicos da pesquisa; e) as categorias fundamentais da investigação; e f) as hipóteses dessa demanda.

A escolha dos sujeitos exigiu um mapeamento dos participantes das conferências e a adoção de critérios bem definidos para a seleção dos entrevistados. Com efeito, optou-se pelo sistema de redes, que estabelece na busca de ordem qualitativa um caminho metodológico capaz de identificar pessoas autônomas que compartilham ideias, valores e interesses específicos.

As entrevistas realizadas com os organizadores das conferências assumiram um caráter exploratório e enfocaram os objetivos aqui delineados. O roteiro dessas entrevistas buscou contribuir para as demais fases do ensaio. Portanto, o maior desafio foi responder se os adolescentes participantes das CNDCA aumentaram sua consciência por meio da experiência coletiva e ganharam confiança diante das próprias competências como agentes políticos, ou seja:

- Em que medida as CNDCA são consideradas uma possibilidade para o fortalecimento da cidadania e representatividade política da infância e da juventude?

O processo formativo dos adolescentes cearenses que participaram das conferências foi analisado com base na teoria freiriana, destacando-se para este estudo os conceitos de autonomia, protagonismo, empoderamento e resiliência. Como resultado dessas análises,

entende-se que as Conferências Nacionais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, de fato, constituem espaços habilitados a gerar práticas autônomas e reflexivas, assim como contribuem para a formação de mais lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania.

# CAPÍTULO 1

## Os desafios do estudo

O objeto de estudo se justifica pelo fato do Brasil ter vivido experiências autoritárias e pela constante necessidade de defesa e aprofundamento dos princípios democráticos na política brasileira. Desde sempre, nosso País transita por experiências que afastam o povo de quaisquer processos decisórios.

Após os avanços nas modalidades participativas da sociedade, setores conservadores saíram da defensiva e passaram a atacar todas as maneiras de participação. O discurso desses setores está estabelecido como meio de combater o risco que tais experiências oferecem ao poder das instituições tradicionais do sistema político. Essa visão se fortaleceu após a eleição presidencial de 2018, de sorte que, de lá para cá, a ação de desmonte das instituições participativas se tornou muito mais impiedosa (MORAIS; SILVA; FROTA, 2021).

Segundo Avritzer (2013), o período de 1985 a 1988 se mostrou de extrema importância para o País, haja vista ter sido esse o momento em que a sociedade civil organizada contribuiu, efetivamente, na elaboração de um texto constitucional que ampliou a participação popular na tomada de decisões na esfera pública. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) foi fruto de ampla pactuação social em prol de um novo modelo de governança e inovações participativas.

Assim, a experiência brasileira na formulação de um modelo de participação mais ativa da sociedade na tomada de decisões públicas se tornou referência global. O caso mais conhecido foi o or-

çamento participativo (OP), atualmente disseminado em todos os continentes (mais de 500 cidades no mundo inteiro).

As referidas ampliações se situam naquilo que Avritzer (2008) denomina instituições participativas (IP), normatizadas por um conjunto de artigos e leis que disciplinam suas maneiras de atuação. Nosso texto constitucional se refere à participação social nas políticas públicas dirigidas a saúde, assistência social, criança e adolescente, políticas urbanas e meio ambiente. A importância das instituições foi evidenciada pelo aprofundamento dos processos democráticos, com a descentralização da tomada de decisões mediante a representação do Estado e da sociedade civil.

O papel inovador do OP emergiu de um conjunto de experimentos participativos incorporados na CF/1988 (BRASIL, 1988) e do modo como passou a ser vista a atuação da sociedade civil na formulação e no monitoramento de políticas públicas. Os *conselhos gestores de políticas públicas* e as *conferências nacionais* fazem parte desses processos de aumento da participação social.

Os conselhos, como exemplos de instituições participativas, passaram a promover conferências nacionais com o intuito de alargar o raio de participação social na proposição de políticas públicas setoriais. Tais conferências representaram não só um espaço de debate, mas, também, de deliberação e de proposição.

O setor saúde foi o primeiro a se apropriar desses dois mecanismos participativos (conselhos e conferências). O marco dessa apropriação se deu em 1986, quando o Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira realizou a XIII Conferência Nacional de Saúde. Tal experiência participativa proporcionou a revisão da legislação vigente e a implantação de uma ampla *reforma sanitária*, inclusive com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). O processo vivenciado pelo setor saúde favoreceu a inclusão do conceito de *saúde como direito de todos os brasileiros e dever do Estado*.

Outras áreas (educação, cultura, meio ambiente etc.) trilharam o mesmo caminho do movimento sanitarista, fortalecendo seus conselhos e realizando suas conferências. Uma experiência se destaca nessas circunstâncias: aquela da infância e adolescência.

Até a CF/1988 (BRASIL, 1988), as crianças e os adolescentes eram conceitualmente tutelados pelo Estado e não contavam com políticas públicas específicas. A causa da infância sempre esteve aos cuidados da política setorial da *assistência social*, como se somente a esta coubesse tal responsabilidade. O Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) fez valer um novo marco conceitual, haja vista que tais agentes passaram a ser tratados como sujeitos de direito. As mudanças implementadas refletiram não só uma dinâmica externa advinda das resoluções da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas, também, as mudanças decorrentes do aprofundamento do processo democrático brasileiro. Foi no bojo dessa realidade de intensa mobilização social que o Brasil promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei n. 8.069/1990 (BRASIL, 1990) - redigido em conformidade com a CF/1988 (BRASIL, 1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As práticas participativas vivenciadas pela população brasileira aprofundavam gradativamente a compreensão institu-

cional da democracia. As inúmeras ações empreendidas pelo movimento popular exigiam que muitas experiências fossem normatizadas. O CONANDA, a exemplo de outros colegiados nacionais, foi criado não só para exercer o controle, a fiscalização e a execução das políticas públicas especificamente voltados às crianças e aos adolescentes, mas, também, para convocar as conferências nacionais<sup>1</sup>.

As discussões foram modificadas: a tônica central passou a defender os avanços obtidos até o momento. O contexto político nacional, em consonância com a tendência global, é de avanço do conservadorismo e de ataque aos processos democráticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) recorrendo às suas próprias instituições.

Este estudo almeja, pois, identificar em que nível as conferências são consideradas espaços de elaboração de identidades coletivas, ou seja, se elas são estruturadas em torno de interesses comuns e de integração social em defesa das demandas infantojuvenis. Outro aspecto dessa indagação é verificar se as conferências definem as fronteiras de sua intervenção com base no contexto de um mundo globalizado e nos interesses específicos das crianças e dos adolescentes. Configura-se, de tal modo, no debate da ação libertadora envolvida na função deliberativa que modela a democracia.

A análise da participação política de crianças e adolescentes aborda um aspecto relativo ao conceito de participação sob as condições conjunturais e estruturais contemporâneas. A redução da participação cidadã na vida partidária, nos processos eleitorais

---

1 O CONANDA foi criado em 1991, como órgão colegiado e deliberativo, responsável pela elaboração das normas gerais da política nacional de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes. Dentre suas competências se encontrava o controle, a fiscalização e a execução de tais políticas públicas. Uma das atribuições do CONANDA era convocar, a cada três anos, conforme sua Resolução n. 144, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA).

e na vida sindical não significa que os agentes sociais vivam um momento de maior alienação política. A manifestação infantojuvenil deverá ser estudada considerando o conhecimento crítico das instituições sociais e como estas se expressam e codificam o mundo.

No contexto de tais mudanças na maneira de perceber a criança e o adolescente, merece toda a atenção o adultocentrismo - comportamento que promove um distanciamento das crianças feitas agentes sociais. O combate à invisibilidade das crianças e dos adolescentes é um imperativo para entendê-las na qualidade de sujeitos históricos e capazes de exercer um protagonismo para estabelecer e legitimar um modelo de pessoa e de sociedade.

Segundo Paulo Freire (1992), a conscientização é um compromisso histórico, exigindo que as pessoas criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. Portanto, a vivência das conferências deve ser analisada sob diversos aspectos, inclusive o modo como se superam os obstáculos.

A resposta relativa à ampliação e à qualificação política de crianças e adolescentes promovida pelas conferências se encontra na capacidade gerada em sua prática cotidiana de estimular tais agentes a agirem livremente e pensarem por si. A reflexão deve identificar como as potencialidades deles foram estimuladas em sua luta por uma participação.

A referida resposta tem por base a verificação do conteúdo das deliberações das conferências e como estas hão de ser pensadas no espectro da participação cidadã, descartando quaisquer noções de preferências fixadas ou vontades predeterminadas. O importante é determinar se, no processo formativo dos jovens, foram estabelecidos caminhos por meio dos quais eles chegarão a acordos desenvolvidos racionalmente diante de pontos da esfera pública.



Vale saber se as conferências de políticas públicas dão azo a processos de aprendizagem com vistas a empoderar os agentes sociais envolvidos nas experiências educativas e lhes garantir protagonismo, autonomia e resiliência. De acordo com Paulo Freire (1984, 1992, 1996, 2000, 2005, 2007), esses conceitos envolvem tomada de consciência e ensinam comportamentos de natureza cognitiva, afetiva e comportamental. Tais categorias também exprimem as dimensões individual, grupal e organizacional em determinado contexto conjuntural e estrutural da política.

O objetivo geral deste estudo, *ex positis*, é reaver no histórico das Conferências Nacionais dos Direitos das Crianças e Adolescentes a existência de espaços para ensinar práticas autônomas e reflexivas que contribuam para a formação de lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania.

Operando tal ideia, propõem-se os objetivos específicos:

1. Demonstrar que a Conferência dos Direitos das Crianças e Adolescentes está enquadrada como conferência nacional de políticas públicas;
2. Registrar as diversas etapas das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes (municipais, estadual, regional e nacional), identificando como se dá a participação de crianças e adolescentes; e
3. Reaver a noção de como a participação de crianças e adolescentes influenciou a tomada de decisões das Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Uma vez atingidos tais objetivos, será possível confirmar, ou não, suas hipóteses:

- As Conferências dos Direitos das Criança e Adolescentes existem como possibilidade para o fortalecimento da cidadania e da representação política de crianças e adolescentes;

- As Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes produzem gramáticas sociais<sup>2</sup> habilitadas não só a empoderar e protagonizar seus participantes, mas produzir efeitos entre aqueles que delas não participaram diretamente;
- As experiências formativas advindas das conferências são generalizadas na constituição de práticas autônomas e contra-hegemônicas.

Esta pesquisa é classificada no grande grupo dos *estudos explicativos*. Sua preocupação central é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. A explicativa da razão das coisas e dos acontecimentos proporciona maior aprofundamento ao conhecimento da realidade (GIL, 2002).

A análise dos fatos sob o ponto de vista empírico, contrapondo a visão teórica aos dados da realidade, exigiu a elaboração de um modelo teórico com os dados estudados. Esse protótipo, como desenho metodológico do experimento, toma por base o planejamento da investigação em sua dimensão mais ampla e envolve tanto a diagramação quanto a previsão de coleta e interpretação de dados (GIL, 2002).

O texto se organiza em duas partes: uma acerca de pontos de natureza teórica e outra de base empírica.

O primeiro capítulo cuida do tema democracia, participação e cidadania, discutindo as principais teses e conceitos<sup>3</sup>.

---

2 A *gramática social* é entendida como um conjunto de regras adotadas para compreender um fenômeno social, ou seja: formato, composição e todos os aspectos relativos ao entendimento de determinadas sociedades, organizações e grupos.

3 O primeiro item aborda a democracia em geral e, com especificidade, a democracia deliberativa, referindo-se ao processo histórico e à multiplicidade de sentidos do conceito conformado historicamente; a compreensão das abordagens hegemônicas e contra-hegemônicas da democracia; o papel da participação na formulação do que seja uma democracia deliberativa; e a necessidade de aprofundar os limites da democracia representativa. O segundo item discute a importância da participação no fortalecimento da democracia, abordando as múltiplas modalidades

O segundo capítulo define a abordagem metodológica para identificar em que medida as conferências são consideradas uma possibilidade para o fortalecimento da cidadania e da representatividade política da infância. A pesquisa considerou, para a análise dos dados relativos ao processo formativo nas conferências, a operacionalização dos conceitos de protagonismo, empoderamento, autonomia e resiliência.

O terceiro módulo configura uma indicação da linha do tempo das Conferências Nacionais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e de que modo esses agentes nelas foram incluídos. Outro ponto abordado nessa parte é o detalhamento da escolha dos sujeitos da pesquisa, com base na elaboração de uma rede, abrangendo dois tipos de participantes: a) conselheiros e técnicos envolvidos na organização das conferências em diversos níveis; e b) adolescentes escolhidos como delegados.

O quarto grande segmento discute o nível de participação dos adolescentes cearenses e a capacidade formativa das conferências. Esse capítulo articula os pontos mostrados nos segmentos iniciais e os confronta com os dados empíricos.

Portanto, o caminho trilhado nesta investigação aponta a necessidade de ampliação dos espaços participativos e a inclusão de novos agentes sociais contribui para o debate democrático. A garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes à participação é, sem dúvida, um dos caminhos para qualificar o processo e fortalecer os princípios democráticos.

---

de participação, limites e opções, analisando as maneiras privilegiadas da democracia representativa e os questionamentos aos seus limites. No terceiro item, o debate se desloca para o conceito de cidadania, envolvendo não só sua natureza polissêmica, bem como sua pluralidade ideológica.

## CAPÍTULO 2

# Fundamentos teóricos

Este estudo analisa a *participação* como principal *pressuposto da democracia* e as *Conferências da Infância e Adolescência* como expressão de participação inaugurada com a CF/1988 (BRASIL, 1988). Nesse debate teórico, envolvendo *participação e democracia*, o conceito de *cidadania* também se exprime como fundante nas relações entre Estado e Sociedade.

Etimologicamente, tais conceitos se originam do latim e conduzem as próprias noções dos antigos gregos e romanos acerca da *sociabilidade humana*. O sentido etimológico de *democracia* combina os vocábulos gregos *demos* e *kratein*: o primeiro significando *povo* e o segundo *governar*. Aponta-se o conceito de *participação* como sendo de origem latina (*participatio*): o ato de participar. O termo *cidadania* também vem do latim, *civitas*, que significa *cidade*. Na Roma antiga, o vocábulo equivalente a cidadania indicava a situação política de uma pessoa e os direitos que esta possuía e era passível de exercê-los. No contexto atual, o *cidadão* é um ser no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado.

Em síntese, as bases teóricas deste estudo se fundamentam nestas três categorias centrais: a) democracia; b) participação; e c) cidadania.

A compreensão dos pensadores clássicos, principalmente dos gregos e romanos, indica que os seres humanos têm **íntima** relação com a comunidade, sendo a organização política uma maneira

superior à vida doméstica. *In hoc sensu*, Aristóteles entende que o termo mais indicado para definir a *polis* não é *cidade-estado*, mas *comunidade* - porquanto, por natureza, *o homem é um animal político*, ou seja, adequado à vida em comunidade.

O conceito de democracia se insere na discussão atual, não só por evidenciar o fortalecimento e o aprofundamento desta ideiação, mas, também, por destacar a noção de que os sistemas políticos são submetidos a uma onda populista da direita no Mundo inteiro.

Participação, portanto, é um conceito intimamente relacionado ao aprofundamento da democracia, mostrando-se fundamental para o entendimento de como as instituições e as pessoas são factíveis de constituir um processo para aumentar o número de agentes políticos.

Consoante alcançam Alves e Viscarra (2006), a participação política ocorre de maneira tripla, conforme está à continuidade.

- d. Por meios institucionais, autorizada ou regulada por leis ou normas.
- e. Por ações que empregam meios extrainstitucionais que contrariam as regras estabelecidas.
- f. Pelo maior apoio de comunidades locais.

Por último, o conceito de cidadania, cujo intuito é fazer valer os direitos e as obrigações civis dos mais diversos participantes da comunidade; haja vista que as sociedades nas quais os cidadãos predominam tendem a funcionar melhor e de maneira mais igualitária. Não há democracia sem seu agente principal: o cidadão.

As bases desses pressupostos se encontram na evolução da participação na democracia ocidental: ela surgiu na Grécia Clássica e percorreu extenso caminho até as atuais maneiras de participação.

Os entendimentos variados sobre a participação alimentam o debate entre os teóricos considerados institucionalistas e aqueles

que salientam a participação (os participacionistas), ou seja: as correntes que hegemonizam o debate democrático, conhecidas como a teoria democrática elitista, competitiva, procedimental ou pluralista, a teoria realista ou a teoria democrática descritiva, além daquelas que caminham no sentido contrário, no terreno da contra hegemonia (SANTOS, 2000).

O pressuposto da teoria institucionalista da democracia (teoria elitista) considera que o povo deve seguir as diretrizes da elite e não as questionar. Oposta à visão dos institucionalistas, a corrente da teoria participativista vê o maior grau de participação da sociedade civil, diretamente na função de governo, como condição fundamental para estabelecer um Estado democrático, desenvolvido politicamente.

## **2.1 Democracia: desafio permanente**

No entendimento de Sartori (1994, p. 38), a democracia antiga (ou grega) permite a participação contínua do povo no exercício do poder. Entrementes, a democracia moderna (liberal) consiste, em grande parte, num sistema de limitação e controle do poder. “O que caracterizava a democracia dos antigos era exatamente o fato de não ter um Estado” - explica o autor (1994, p. 36).

Os conceitos de democracia e participação mobilizaram o debate da Ciência Política no decurso de todo o século XX, e ainda o mobilizam na corrente no segundo quartel do século XXI.

O conjunto de ideais liberais e iluministas ocuparam a cena política de todos os países do Mundo ocidental, influenciando, nesse contexto, o conteúdo das doutrinas institucionais: em conjunto, os valores liberais foram os que influenciaram tanto nas revoluções quanto no projeto político constituído e prometido pela Modernidade.

As aspirações da Revolução Francesa e da Revolução Americana constituem valores adotados pelos Estados e pela Sociedade,

como projeto social e direitos e garantias do cidadão em relação ao Estado (HOBSBAWM, 1995). Algumas dessas concepções marcaram e, ainda marcam, o entendimento de ideias que devem ser generalizadas: democracia, república, igualdade, liberdade e fraternidade, direitos do homem e do cidadão.

Os limites do pensamento liberal (confiando na força do mercado), as opções aos limites das experiências do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) e a crise de representatividade nas democracias contemporâneas fundamentam as reflexões teóricas do processo democrático. *In hanc partem*, o debate avança em torno da valoração positiva da democracia e do limitado alcance de suas estruturas (HABERMAS, 1984; SANTOS, 2000; AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2004a, 2004b; ALLEGRETTI, 2013; DIAS, 2013; HAYAT e SINTOMER, 2013).

A inquietação teórica acerca dos conceitos de democracia e as implicações de sua concretização na sociedade pós-moderna tem curso num contexto de mudanças institucionais e de novos agentes sociais. No âmbito do institucionalismo, a teoria democrática salienta o debate acerca da democracia e do papel das instituições no sistema político decisório. O institucionalismo clássico salientava as leis formais, as regras e as estruturas administrativas - constituía uma abordagem formalista e normativa.

Max Weber, imbuído de tal preocupação, mostrou como as mudanças ocorridas em uma sociedade democrática de massa passam a exigir maior racionalização e especialização do trabalho dos partidos políticos. A reflexão de Max Weber, segundo Avritzer (2000), é o início de um descrédito relativamente à concepção hegemônica de democracia.

Bobbio (1983), a seu turno, também destaca as mudanças ocorridas em uma sociedade industrial: a) mais realizações da democracia em uma sociedade com maior população e nível de com-

plexidade; b) ampliação dos direitos políticos; e c) maior complexidade dos temas demandados.

Pateman (1992), por sua vez, enumera três características da corrente predominante no âmbito das teorias democráticas: a) eleições periódicas; b) igualdade formal; e c) participação cumprindo papel protetivo.

A concepção clássica de democracia, que tem fundamento nas ideias de igualdade e governo da maioria, passa a ser questionada por autores do âmbito hegemônico. As ideias dos tempos dos gregos e nas bases das teorias elitistas (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels), segundo as quais as elites devem ter o monopólio da decisão política e permanecer distanciadadas das pretensões de qualquer massa de pessoas, não correspondem às condições da sociedade de massa.

O foco principal da crítica a ditos sistemas dirige-se às ideias de “bem comum” e “vontade do povo”, haja vista que, segundo seus opositores, a noção de bem comum conforma o caminho a ser seguido e a participação remansa garantida pelo posicionamento racional dos interessados pelos aspectos públicos.

Na concepção de Schumpeter (1961), não há qualquer bem comum inequivocamente determinado, já que um bem comum é passível de conformar distintos significados em determinada sociedade. Também não há um posicionamento racional das pessoas, pois, segundo o autor, o que existe é um conjunto indeterminado de impulsos vagos. Portanto, para ele, o cidadão médio tem uma vontade que resulta da manipulação dos partidos políticos. Sobre a “natureza humana na política”, o autor salienta que os dados empíricos mostram um cidadão apático e indiferente à política.

Schumpeter (1961) tem por objetivo central encontrar um modelo institucional democrático que estabeleça mecanismos aceitáveis e eficientes de decisão política. Portanto, o novo método demo-



crático deve ser um arranjo institucional para a tomada de decisões políticas, na qual a pessoa adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.

Na perspectiva de Santos e Avritzer (2002), a primeira metade do século XX foi pendida para o debate em torno da desejabilidade da democracia e das condições estruturais de sua existência. Destacam-se em tais debates os nomes de: Weber, M. - 2012 - *Economia e Sociedade*; Schmitt C., 1942, *Essência e Valor da Democracia, A Democracia*; Michels, R, 1949 – *Political Parties*; Schumpeter, J. 1961 – *Capitalism, socialism and democracy*.

A segunda metade do mesmo século, de acordo com os revisores, direciona-se a uma mudança significativa de enfoque: antes era saber se um dado país estava preparado para a democracia e, agora, impõe-se saber que qualquer país se prepara por intermédio da democracia.

Santos (2013a) destaca o fato de que a discussão dos limites e possibilidades da democracia atual está intimamente ligada à origem da Modernidade, ou seja, o conflito entre regulação e emancipação que se encontra na base de tal projeto.

Os movimentos conhecidos como Primavera Árabe ignoraram os partidos políticos, ao passo que as mídias tradicionais não reconheceram nenhuma liderança, não tinham uma organização formal e exibiram enorme capacidade de mobilização pela internet (CASTELLS, 2013). O povo na rua, nesse novo contexto, inquieta as lideranças mundiais e desafia as explicações dos intelectuais<sup>4</sup>.

---

4 As manifestações que ocorreram do final de 2010 contra governos do mundo árabe, conhecidas como Primavera Árabe, impulsionaram uma onda de movimentos com as mais distintas bandeiras, ocupando as ruas para protestar e reivindicar mudanças. Eclodiram manifestações - como as dos insubmissos nas grandes cidades europeias, a violência dos *black blocs* no confronto com a polícia e destruição de “alvos capitalistas”, o movimento Occupy, que se espalhou por cerca de 80 países, e as manifestações que ocorreram em países da América Latina, como no caso brasileiro, com o Movimento Passe Livre.

A origem do fracasso da Modernidade, no alcance do entendimento de Santos (2005), caracteriza-se pela *incapacidade em harmonizar a oposição entre regulação e emancipação*. O projeto em curso, diz o autor, apoiou-se em dois pilares que se encontram em conflito: a) um para a regulação do Estado, do mercado e da comunidade; e b) e o outro desejoso da emancipação mediante lógicas de autonomia racional das Artes, da Ciência e do Direito (SANTOS, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d).

A proposta de um novo modelo de democracia no qual se amplie a participação reflete, não só, o reconhecimento de uma crise no mundo moderno, mas, ainda, a necessidade de formulação de outras gramáticas sociais com vistas a gestar um pensamento crítico e contra hegemônico. As opiniões se dividem sobre tais vertentes: a) uma, de inspiração liberal, nega a *democracia direta*; e b) outra, influenciada pela teoria marxista, questiona a *democracia representativa*.

Santos e Avritzer (2002) destacam a formação de uma ideia hegemônica da democracia, legitimadora de governos e de concepções opcionais, denominadas contra hegemônicas. Constitui uma abordagem a destacar o fato de que a discussão dos limites e possibilidades da democracia atual está intimamente ligada à origem da Modernidade, ou seja, ao conflito entre a regulação e a emancipação, que se encontra na base de tal projeto.

O caráter abstrato de tais princípios, portanto, levou cada um deles a se maximizar com a exclusão do outro e a articulação entre o projeto moderno, enquanto o surgimento do capitalismo assegurou a vitória do pilar da regulação contra o da emancipação.

As contradições e lutas pela superação do pensamento hegemônico ensejam o embate entre a necessidade de reconhecimento de alguns grupos sociais e a desigualdade material a que estão submetidos (FRASER, 2006). A multiplicidade de interesses, algumas

vezes complementares e noutras antagônicos, em sociedades complexas como as que existem no Ocidente, se tornam mais evidentes com a riqueza dos dados empíricos. A possibilidade de pensar os adolescentes e seus desejos é um exemplo de proposta empírica.

O debate em torno da democracia e da participação aponta para a discussão conceitual de democracia deliberativa, ou seja: análise das condições conjunturais e institucionais impulsionadoras do envolvimento dos agentes sociais no processo participativo, entre os que são considerados como iguais. Tal discussão é apoiada no debate teórico entre Habermas, J. (1984), Cohen, J. (2000) e Bohman, J. (1998). Os três autores são unânimes na compreensão de que a legitimidade da democracia decorre da participação dos cidadãos e na tomada de decisão.

Habermas defende a necessidade do “*procedimento democrático a partir de pontos de vista da teoria do discurso*” (2002, p. 291). A sua preocupação central é o modo como os cidadãos fundamentam racionalmente suas posições na democracia. Em decorrência da diversidade ideológica, própria das sociedades modernas, o autor diz que o processo democrático é o que fornece a legitimidade para a conquista da legalidade - tudo como resultante de uma experiência discursiva, tendida para a práxis da autodeterminação e soberania do povo.

A política deliberativa, segundo Habermas, está posta por dois caminhos: a formação da vontade democraticamente constituída em espaços institucionais e o estabelecimento da opinião informal em espaços extra-institucionais. A legitimidade é a decorrência dos dois caminhos.

Já o raciocínio lúcido de Cohen (1998), a operacionalização da democracia participativa de Habermas possui um problema: a democracia baseada no processo discursivo originário de uma rede de cidadãos, orientada para o Legislativo no sentido de influenciá-lo nas decisões, tem um caráter desencorajador da soberania popular.

O argumento habermasiano, segundo Cohen, está baseado na crença da capacidade de os movimentos sociais, como intérpretes dos desejos populares, terem o lance de influenciar o Legislativo, propondo novas soluções fora da agenda pública. Segundo o seu crítico, Habermas situa os movimentos sociais na defensiva, pois existem apenas manifestações parciais no contexto geral das demandas públicas.

Apontando outras modalidades de participação para realizar uma democracia participativa, Cohen (1998) indica três condições para tal objetivo: 1) permitir e encorajar a deliberação fora da agenda normal; 2) oferecer avaliações de propostas que envolvam valores políticos fundamentais; e 3) oferecer condições mais institucionalizadas para a participação cidadã.

Bohman (1996) também participa de tal debate em torno da operacionalização da democracia deliberativa, supondo, de saída, que a tal modelo implica algum jeito de deliberação pública e que tal democracia possui como desafio mostrar como a ideia central desse modelo é operacionalizável, mesmo nas sociedades complexas.

Dessa maneira, como demonstrado no correr deste texto, o debate democrático é complexo e, quando se discutem as experiências concretas, é fundamental observar como se exercem: a) o papel do Estado; b) a soberania popular; e c) a liberdade e a igualdade. Essa discussão ultrapassa o pensamento democrático e busca construir uma ideia acerca da constituição do próprio Estado moderno.

Também merece atenção aquilo que Santos e Avritzer (2002) denominam *perigos da perversão e cooptação*, ou seja, a burocratização da participação, a reintrodução do clientelismo sob novos formatos, a instrumentalização partidária, a exclusão de interesses subordinados por meio do silenciamento ou da manipulação das instituições participativas.

## 2.2 Participação: um ideal a ser buscado

Conforme repetida e necessariamente salientado neste ensaio, os debates sobre o estabelecimento e a qualidade da democracia se realizam num contexto de desconfiança e desvalorização da democracia representativa. Experiências envolvendo a sociedade civil na decisão política se multiplicaram como alternativa aos limites da representação. A participação da sociedade civil, *pro rata temporis*, utilizou espaços importantes como fóruns sociais, orçamentos participativos, conselhos municipais, assembleias e plenárias, mobilizações locais de grupos de mulheres e de orientações sexuais diversificadas, movimentos étnicos, nacionalistas, culturais e religiosos, para pautar o debate e deliberar políticas públicas.

Portanto, as críticas e dificuldades da democracia não foram impedimentos para a participação cidadã nas questões públicas, haja vista que a força da democracia participativa combina mecanismos da democracia representativa com outros da democracia direta.

As opções institucionais foram e ainda estão sendo procuradas de maneiras variadas. Assim, diversos autores, brasileiros e internacionais, participam com suas reflexões e propostas desse atual momento: o mandato imperativo e revogável (COMPARATO,1993); uma discussão envolvendo a possibilidade de modificação e atualização em certos níveis de poder nos Estados Unidos; a possibilidade de uma rotatividade maior naquelas representações que possuem maior articulação com a base, como na proposta de Bobbio (2000) e, ainda, a censura jurídica ou ética e a desconstituição de ato lesivo (COMPARATO, 1993).

Touraine (1996) e Giddens (1991) preocupam-se com o controle do poder. O primeiro, quando discute o papel dos movimentos sociais e dos demais agentes na linha da limitação do poder público; o segundo, quando define as áreas do que chama de democracia dialogante (relações pessoais, movimentos sociais e grupos

de apoio mútuo, organizações pós-burocráticas, ordem mundial).

Przeworski (1994), também, diz que somente os cidadãos definem o papel que tencionam para o Estado e criam mecanismos de controle, tais como conselhos e leis que se deslocam, transpondo além das eleições, e incluem a totalidade dos agentes envolvidos.

As teorias da democracia deliberativa propõem um caminho mais complexo e lento, no entanto, mais sólido e eficaz, para promover a inclusão com igualdade e a capacidade de decidir autonomamente os próprios projetos de vida, individuais e coletivos.

A política deliberativa obtém sua força legitimadora da estrutura discursiva de uma formação de opinião e da vontade, a qual preenche sua função social e integradora graças a qualidade racional de seus resultados. Por isso, o nível discursivo do debate público constitui a variável mais importante. (HABERMAS, 1997).

Continua sendo, todavia, um desafio, responder a esta perquirição: - Como o cidadão é capaz de ir além da representatividade nas sociedades complexas e realmente interferir nas diversas esferas da vida política e das variegadas instâncias da vida social?

A participação na decisão política é expressa como algo que não é tão simples. Paradoxalmente, embora tenha sido normatizada maior participação da sociedade civil, concomitantemente, há uma redução constante na participação cidadã relativamente à gestão pública.

Um dos obstáculos decorre da agenda política: - Como influir no que vai ser discutido pelo poder público? - Como garantir sua prioridade no conjunto de outras proposituras? Mesmo com o uso da Internet, não é algo fácil, haja vista que muitos não dominam tal linguagem, tampouco dispõem desses instrumentos para seu uso.

No tocante ao monitoramento das ações públicas: - Como influir em um debate na contextura do qual o centro da discórdia seja o orçamento, quando parte dos que integram os conselhos não domina a linguagem contábil que dá significado aos documentos oficiais e norteia a lista das discussões?

No concernente à efetivação das propostas, haja vista que, muitas vezes, elas conflitam com os interesses do Parlamento e do Executivo: - Como lidar com o descompasso das questões discutidas e aprovadas nos fóruns participativos em relação à dificuldade do seu reconhecimento pelo Parlamento e, muita vez, pelo Executivo?

À semelhança das práticas clientelistas conservadoras, recorrentemente, as forças políticas que hegemonomizam o espaço de discussão e deliberação impõem sua(s) verdade (s). Portanto, - Como fazer quando um espaço de participação se encontra “aparelhado”?

Os serviços públicos na área da saúde, assistência, educação, cultura, até mesmo segurança, já incluem nos seus manuais de procedimento a necessidade de práticas integradas e participativas. No cotidiano institucional, contudo, permanecem alguns comportamentos organizativos subordinados a uma cultura burocrática e tradicional.

Na óptica dos beneficiários, é expressa a noção de que: as associações encontram dificuldades para desenvolver as próprias ações; os cidadãos deveriam participar de maneira mais efetiva nas atividades institucionais direcionadas à população e atividades comunitárias; escutar a voz dos beneficiários e levantar as necessidades e as carências.

Também releva destacar as assimetrias da sociedade quanto ao domínio das informações, as limitações de conhecimento dos diversos agentes envolvidos na sociedade e a diferença de interesse deles.

Segundo Martins (2011), as dificuldades da construção de um pensamento democrático de caráter participativo não se devem

apenas as correntes teóricas, anteriormente citadas. A sua abordagem aponta para uma insuficiente compreensão das relações entre simbolismo, poder político e democracia. Portanto, resulta necessária uma fenomenologia da percepção para responder os fundamentos imaginários e normativos de associação primária. O autor propõe o entendimento da democracia participativa como *cultura do dom e do simbolismo* e explora o conceito de *simbólica associativa* como caminho para aprofundar o conhecimento da ação coletiva.

A reflexão de Martins (2011, p. 25) aponta para uma participação que deve funcionar como *território simbólico para uma nova modalidade coletiva de gestão do poder social*. Comporta-se, portanto, em várias dimensões: saber especializado e saber comum; Ciência e Arte; Estado e Sociedade. O seu entendimento da sociedade como fato social total implica verificar que existe uma diversidade de estruturas simbólicas à disposição para pensar a autonomia sócio-histórica. Propõe, *in hanc partem*, um mapeamento das experiências em andamento para contribuir na organização de novos espaços de solidariedade e participação.

Reigadas (2011), seguindo o mesmo raciocínio de Martins, alerta para a necessidade de as políticas públicas promoverem laços de confiança entre as pessoas. No seu entendimento, existe uma difícil relação entre ética e política, sendo necessário, portanto, a conjugação de uma ética das relações interpessoais baseada no respeito, na solidariedade, no reconhecimento e na confiança com uma moral que implique a submissão das posições individuais à crítica e à mudança numa abertura ao outro e à generalização de interesses. A autora salienta que não nos transformaremos em pessoas livres para reduzir a desigualdade se não tivermos igualmente a possibilidade de tomar decisões autônomas.

Expressas reflexões caminham no sentido de perceber que em torno do conceito de participação estão aspectos de ordem objeti-



va e subjetiva, de natureza normativa e comportamental, coletiva e individual. O discurso da participação tem que se aproximar de sua prática: o que eu exijo do outro quando estou na oposição também é válido para quando estou na situação. A conquista de uma democracia participativa impõe práticas individuais e coletivas de um novo tipo.

### **2.3 Cidadania e sua natureza polissêmica**

O conceito de *cidadania* está intimamente ligado ao de *democracia participativa*, haja vista que se opor a um pensamento hegemônico de democracia reflete uma posição contrária ao disciplinamento e caminha para um protagonismo de homens e mulheres na

Se, porém, todos partirmos da definição clássica de que democracia é o governo da maioria, então, se faz necessário compreender o conceito de povo, haja vista o fato de que, para se efetivar a democracia participativa, é necessária a participação do povo nas decisões políticas em favor da coletividade.

Wood (2003) estabelece algumas semelhanças e diferenças importantes no conceito de cidadania entre antigos e modernos. Em ambas as concepções, o que possibilitou o avanço democrático foi a existência de uma cultura democrática preexistente fora do espaço político, ou seja, uma e outra conduzem a aspirações igualitárias. Mesmo que a democracia grega tivesse suas restrições quanto aos membros da sociedade que tinham condições de participar da discussão política, a sua conceição de igualdade entre esses membros permanecia pura, pois esses não estavam sujeitos a nenhuma pressão econômica.

Para a autora, a Modernidade incluiu e universalizou a cidadania, mas, ao contrário da grega, ela fragilizou a participação da massa nas decisões políticas. Wood (2003) salienta que, da maneira como foi conduzida pela Modernidade, a democracia abandona

alguns de seus princípios fundamentais e incorpora outra ideia de governo do povo.

Evidencia a autora, no entanto, o argumento de que, ao mesmo tempo em que se estabelece o sufrágio universal, aumentando os direitos de estratos sociais antes marginalizados, ampliando com isso o alcance democrático, a democracia, estabelece um fosso entre os cidadãos e a esfera política, ensejando com isso uma cidadania passiva. Essa passividade é estabelecida pela premissa da representatividade que retira do cidadão a condição de deliberar e joga nas mãos de representantes a responsabilidade política.

Wood (2003) também alerta para a noção de que o capitalismo deslocou a democracia da sociedade civil, transferindo-a para a economia. De fato, o papel da democracia moderna, pensada pela corrente liberal, conduz ao individualismo político e econômico. Se, por um lado, amplia os direitos civis e políticos, *in alia manu*, minimiza a questão política, induzindo os cidadãos, por meio do sistema de representação, a lutarem por interesses privados, deixando incólumes as relações de propriedade e de poder, contribuindo, assim, para aprofundar as desigualdades.

Jürgen Habermas (1984) alerta para as mudanças na esfera pública. Ele faz uma crítica ao pensamento liberal, quando trabalha a esfera pública burguesa, verificando de que modo a opinião pública foi impregnada da ideologia burguesa. Em sua análise, considera que, desde Hobbes, a opinião pública já era levantada, mas que, dependendo de cada concepção, ela tomou corpo de ideia central. Mesmo os de tradição liberal, como Tocqueville (1987) e Mill (1991), deram importância maior à opinião pública.

Apesar de esses autores terem se preocupado com o amplo movimento da participação social nas questões políticas, consideravam que deveria existir controle sobre essa opinião para que não houvesse um poder excessivo que tornasse dominante a opinião públi-

ca. A ampliação da esfera pública e a crescente inclusão de novos agentes sociais no poder de decisão política, no alcance raciocinativo do autor, fazem com que a massa crie uma cultura de participação ativa nas questões políticas. Isto conduz a que se considere que essa massa, ao tomar mais consciência e ao participar diretamente da vida política, vai se tornar um corpo mais sólido, passando, então, a defender melhor os seus interesses como classe.

Embora a participação das massas seja defendida por autores liberais, é consenso entre eles a noção de que essa participação não tenha poder de interferência nos aspectos referentes ao Estado e, principalmente, no que diz respeito às concepções liberais. A publicização geraria uma consciência pública mais voltada para os proveitos públicos, não comportando mais a defesa de interesses privados ou dos que possuem a propriedade, pois as contradições do sistema liberal se tornam mais evidentes à medida que a consciência crítica é libertada da opinião hegemônica e consegue, com procedência em suas bases, modificar a esfera pública.

Dessa maneira, o pensamento liberal encontra na representatividade um caminho para a desarticulação social, pois, à medida que fortalece as instâncias da representação, fragiliza as forças sociais. Como assinala Habermas (1984), a massa da população se tornou manipulada e excluída da discussão e dos processos decisórios, quando as instituições pelas quais essas informações são mediadas são, elas mesmas, permeadas por ideologias nas quais o poder exerce uma dominação na defesa de seus interesses. Por isso, a sociedade, no seu entendimento, se torna manipulada. Com efeito, quanto mais informada e consciente a sociedade estiver, mais condições terá de controle e mais próxima ficará da democracia, fugindo dessa manipulação.

As conceições não hegemônicas da democracia respondem ao mesmo problema que se impõe à concepção hegemônica: o totalita-

risimo. Em vez, entretanto, de propor um modo homogeneizador de organização da sociedade, a democracia se exprime em virtude de seu aspecto de debate livre e respeito mútuo, onde as distintas visões reconhecem a pluralidade humana. O reconhecimento da pluralidade humana não se dá pela suspensão da ideia de bem comum, como quer a teoria contemporânea, e sim com arrimo em dois critérios: “[...] a ênfase na criação de uma nova (*sic*) gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isso é, com a procura de uma nova institucionalidade da democracia.” (SANTOS, AVRITZER, 2003, p. 51). A democracia é uma modalidade sócio-histórica, a própria condição de existência implica uma ruptura com as tradições estabelecidas, pois já não se recorre à legitimidade da tradição e sim às relações concretas entre agentes sociais que demandam instituir novas determinações baseadas nas relações concretas e contraditórias entre os agentes.

Outra crítica direcionada à Teoria Hegemônica da democracia diz respeito à crise da representação. O critério que baseia a representação nesse sistema é a autorização, ou seja, o candidato eleito é autorizado a representar a universalidade dos eleitores. A criação de um consenso com amparo nas maiorias, isto é, assente na eleição de um representante por maioria dos votos, dificulta a solução da representação das minorias. “Desse modo, chegamos a um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: a dificuldade de representar agendas e identidades específicas.” (SANTOS, AVRITZER, 2003, p. 50).

Habermas ampliou o procedimentalismo kelseniano, incluindo entre os procedimentos democráticos um princípio de deliberação societária, no qual “[...] apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional” (1995, *apud*, SANTOS, AVRITZER, 2004, p. 52) e, “[...] portanto o procedimentalismo democrático

não pode ser, como supõe Bobbio, um método de autorização de governos” (SANTOS, AVRITZER, 2004, p. 53). A recuperação de um espaço público para o discurso argumentativo associado ao fato básico da diversidade social é parte da reconexão entre procedimentalismo e participação.

Quando a redemocratização ocorreu nos países do sul, inseriram-se agentes no âmbito político que não se encontravam na Europa, e estes agentes passam a disputar pelo significado da democracia e pela constituição de outra gramática social. Dessa disputa, a redemocratização na América Latina nos anos de 1980 re-colocou na agenda aqueles três problemas há pouco discutidos, e parecem expressar soluções satisfatórias. A intensiva participação de movimentos sociais nos processos de democratização na região latino-americana fez se desenvolver outra gramática e mais uma modalidade de relação entre Estado e Sociedade. Assim, introduz-se o experimentalismo na esfera do Estado, onde se tenta articular o procedimentalismo e a participação social.

Marilena Chauí (2001), assim como Habermas (1984), considera o modelo capitalista como um reorganizador da esfera pública. Já no seu início, o capitalismo consegue estabelecer novos critérios para a democracia e mesmo para a participação social nas coisas públicas. Ele reelabora nova condição social, onde o poder se dissocia da sociedade. Isso implica um distanciamento entre Estado e Sociedade, causado por uma centralização do poder nas mãos do Estado, pois, ao mesmo tempo em que ele unifica, fragmenta e fragiliza as relações sociais.

Para Chauí (2001), no entanto, o Estado não é o único a atuar na esfera pública, pois a sociedade civil também participa por intermédio da opinião pública. Acontece é que o modo de produção capitalista, associado ao pensamento liberal, constituíram uma nova maneira de se entender a esfera pública, a sociedade civil e o Estado.

Dessa maneira, a opinião pública, exercida pela sociedade civil, não consegue forças suficientes para atuar politicamente, pois ela se encontra fragmentada, visto que, para o liberalismo, a política deixa de ser algo de todos e passa a ser matéria de especialistas. Ao cidadão não cabe mais se preocupar com matérias políticas, mesmo porque ele não tem competência para estas e esse papel fica para aqueles que irão representá-lo nas assembleias.

Outro prócer importante na elaboração da esfera pública, sublinha Chauí (2001), está configurado nos movimentos sociais, haja vista que eles escreveram uma história social intensa de lutas por direitos sociais. Muitas das vezes são as ações desses movimentos que causam as mudanças sentidas em vários momentos da história. Parece que está nos movimentos sociais um dos caminhos para restabelecer a ação política como prática social, fazendo com que o sentido de cidadania se desatrele da concepção de eleição e voto e volte a fazer parte da agenda de toda a sociedade.

Chauí (2001) também destaca o conceito de autonomia, expresso pela autora, em confronto direto com o conceito de representação. Isso porque o sistema representativo imposto pela concepção liberal não pressupõe em nenhum momento os sujeitos sociais como agentes diretos da constituição política. A autonomia, no entanto, concede a esses agentes sociais inteira liberdade de atuação política, modificando a lógica estabelecida, por uma participação consciente nas matérias de cariz público.

Portanto, a participação surge, no revisar do papel social, como caminho possível para gerar essa autonomia. A participação, nesse sentido, não há que ser entendida como uma dádiva ou concessão, mas feita uma conquista (DEMO, 1999) - diligenciada na luta constante com o poder, por intermédio do ampliamiento da atuação dos agentes sociais na realidade social e política em que se encontram.

A participação pressupõe uma publicização, para usar a expressão de Habbemas (1984), ou de seus tradutores, da esfera pública com maior integração dos agentes sociais e com uma práxis política mais definida e fortalecida na Sociedade. Retomar a sua essência é o que dará à participação a condição de enfrentar o segundo desafio há pouco mencionado - o de transformar.

Ao recuperar a sua essência, a participação terá condições de estabelecer outra dinâmica social e, até mesmo, uma relação diferente com o poder, pois participação não é a ausência do poder, mas outra modalidade de poder (DEMO, 1999) ou de se relacionar com ele. Essa relação não se identifica pela tutela ou mesmo pela promoção de políticas vindas por imposição, mas será algo gerado por meio da discussão política de todas as esferas sociais.

Associado a tal debate, encontra-se o conceito de cidadania, pois é o ideal da sociedade a emancipação, que só ocorrerá com a participação organizada dos que a compõem, ou seja, os cidadãos; no entanto, como lembra Demo (1999), tal participação é diferenciada e, dependendo de como seja, é chamada de tutelada, assistida ou emancipada.

A *tutelada* reflete as relações nas quais a cidadania se estabelece como concessão de direitos advindos de um poder extra social, ou seja, uma política de cima sem a participação do cidadão na formulação política. A cidadania, nesse caso, só tem peso em períodos eleitorais em que o voto é o que legitima o cidadão. A exemplo dessa prática estão as relações clientelistas vivenciadas até os dias atuais em muitas cidades brasileiras, principalmente as distantes dos grandes centros urbanos e onde a educação e as lutas sociais se encontram fragilizadas. A *assistida* é caracterizada, ainda, pela pobreza política, mesmo que de maneira amenizada. O papel do Estado é o de proteção, estabelecendo políticas de cunho assistencialistas que, no lugar de reduzir as desigualdades sociais, as am-

pliam e legitimam, apenas. A *emancipada* é a cidadania entendida como elaboração histórica dos sujeitos sociais, uma conquista por via de uma conscientização política que eleva a competência humana de fazer-se sujeito. Pressupõe a ruptura das duas conceições anteriores, libertando o cidadão dos mecanismos de submissão e manipulação, destruindo com isso a pobreza política habitante da cidadania tutelada e assistida. Outra característica da cidadania emancipada é a constatação da importância dos agentes sociais na elaboração da realidade social. A consciência crítica leva a uma reflexão da realidade e a uma motivação para a mudança.

O exercício da cidadania, portanto, implica a existência de novos sujeitos, os quais questionam os mecanismos de controle social e que se opõem ao disciplinamento daqueles que se encontram historicamente silenciados. Paulo Freire (1984), *in hoc sensu*, com seu entendimento do que seja educação popular, inova no conceito de *educar* e estabelece sua diferença da mera *transmissão de conhecimento*.

Ainda hoje, no contexto do entendimento formal do que seja democracia, o conceito de cidadania se encontra definido em torno de algumas liberdades políticas. A amplitude de tal entendimento aumenta quando cresce o próprio conceito de democracia e as classes subalternas passam a ser compreendidas como sujeitos de direito. Exercer a cidadania, assim, é conhecer e lutar pelos próprios direitos.

A sociedade brasileira foi marcada historicamente pela exclusão social, e a luta pelo reconhecimento de direitos dos setores subalternos não se expressa fácil. Nossa sociedade é caracterizada, estruturalmente, pela escravidão e lutar pela cidadania implica enfrentar uma estrutura social que perpetua mazelas sociais, como a questão agrária, o desemprego, o déficit habitacional, a baixa qualidade de vida e a (in)segurança pública.



Com efeito, as iniciativas das organizações políticas e a mobilização social das classes subalternas e de seus aliados concedem azo a uma participação articulada à superação das desigualdades econômicas e da dominação política. Tal comportamento se contrapõe aos setores dominantes e à lógica hegemônica das elites brasileiras.

Os instrumentos de produção e reprodução ideológica e as práticas educativas formais e não formais são passíveis de exercer um importante papel no ofuscamento dos contrastes e conflitos sociais ou recolocá-lo dentro de um horizonte político-ideológico que contribua na formação cidadã.

Uma educação crítica contribui para que o sujeito desse processo educativo garanta o empoderamento dos agentes sociais, o protagonismo das partes envolvidas, a autonomia e a resiliência dos setores historicamente excluídos. Paulo Freire (2014) se diz esperançoso ante esse fenômeno, não por teimosia, mas por imperativo histórico. Em seu entendimento, tem curso uma necessidade ontológica, haja vista que a esperança precisa da prática para auferir concreitude histórica.

Ser sujeito do processo histórico implica lutar para se tornar personagem principal nas relações sociais, por meio da autodeterminação na qualidade de ator consciente, e assumir o controle dos próprios desejos.

O exercício da cidadania junto aos adolescentes torna tais preceitos indispensáveis, e a história recente do processo participativo auxilia na sua constituição junto à sociedade.

O conceito de juventude e adolescente, do modo como é conhecido e estudado atualmente, é uma produção dos anos pós-Segunda Guerra, marcados pelo nascimento da indústria cultural e de bens de consumo (HOBSBAWN, 1995; REGUILLO, 2012). A sua identidade é afirmada por novos elementos, como linguagem, comportamento, música, vestimenta e tantos outros signos de pertença (BENE-

DICTO, 2011). A diversidade de campos de ação resultantes de seus esquemas de representações na qualidade de sujeitos sociais, no entanto, constitui universo mutável e descontínuo, o que implica não poder ser pensado de maneira homogênea (PAIS, 2001).

As mudanças ocorridas na relação espaço e tempo na sociedade atual possibilitam que várias coisas sejam feitas ao mesmo tempo e em lugares totalmente distintos, o que enseja desafios múltiplos no que se refere à participação e à representatividade. Nesse sentido, adolescentes e jovens vivem de maneira destacada as contradições do tempo diluído, acelerado, fragmentado, instantâneo, e que se aprofunda com as incertezas antes mencionadas.

Os adolescentes de hoje convivem, naturalmente, com as inovações tecnológicas, a popularização e acesso a novas tecnologias e redes sociais que tanto ensejam outros formatos de sociabilidade, quanto questionam as práticas tradicionais de envolvimento coletivo. A mobilização desses agentes é feita com suporte de *smartphones*, *tablets* ou computadores. Os eventos decorrem de convites pessoais e agendas marcadas eletronicamente. Os nascidos no ambiente digital também se diferenciam pela possibilidade de múltiplos perfis e avatares *online*. Os *nativos digitais*, ou seja, crianças e adolescentes nascidos num mundo digital, já fazem parte das pesquisas interdisciplinares, tratando da especificidade na elaboração de tais identidades (PALFREY e GASSER, 2011).

A necessidade de aprofundamento da democracia e da sua radicalização está intimamente relacionada com a possibilidade de se alcançar uma sociedade aberta a todos os seus valores. No contexto do atual estudo, a radicalização democrática procura inserir crianças e adolescentes entre os desafios de superação da padronização. O desafio maior, portanto, não é tratar todas as crianças e adolescentes como iguais - mas é sustentar um terreno com diferenças múltiplas, fluidas e voláteis.

O comportamento dos adultos a participação de crianças e adolescentes potencializa a necessidade de superação da invisibilidade das crianças desde o nascimento na condição de sujeitos históricos. Segundo Deleuze e Foucault (2009), por meio do adultocentrismo, o protagonismo dos meninos e das meninas é apagado para elaborar e legitimar um modelo de pessoa e sociedade.

A participação de crianças e adolescentes, nas instituições de âmbito local e nacional, foi assinalada pela perspectiva adultocêntrica, ou seja: entendendo que as crianças, na *condição de ser menor, ser inferior, lugar que lhe é dado pelo grupo dominante correspondente: os adultos e as adultas*. (SANTIAGO; FARIA, 2015, p. 73).

A concepção adultocêntrica é marcada pela ideia de que crianças e adolescentes são pessoas que precisam da tutela do adulto e, assim, não são capazes de exercer uma função social e, consequentemente, ficam privadas do exercício de direitos políticos (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007). O exercício político, *in hoc sensu*, não é o da eleição e do voto que ocorrem nos processos eleitorais, mas no exercício da cidadania ao serem incluídos nos espaços participativos.

Para Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) a perspectiva da concepção clássica de cidadania prevê, não apenas, a menoridade etária para segregar crianças e adolescentes em espaços decisórios, mas, também, uma não condição cívica quando protela para a idade adulta a sua cidadania. Os autores alertam para a ideia de que é necessária, no entanto, uma redefinição do papel social dessas pessoas.

A cidadania da infância, neste contexto, assume um significado que ultrapassa as concepções tradicionais, na medida em que implica o exercício de direitos nos mundos de vida, sem obrigatoriamente estar subordinada aos dispositivos da democracia representativa (ainda que estes não sejam, por esse facto, menos importantes). Tão pouco, o reco-

nhecimento dos direitos de cidadania – onde a dimensão da participação das crianças assume um relevo crescente – implica, por esse facto, uma restrição nas exigências de proteção das crianças pelos adultos, nomeadamente pelas famílias e o Estado. (*IBIDEM*, p. 189).

As opções para as mudanças no papel social de crianças e adolescentes passam por escolhas emancipatórias. É imprescindível reconhecê-los, *in hanc partem*, como sujeitos de direitos, e, por consequência, na qualidade de criança e adolescente cidadão. Também se torna urgente a utilização de estratégias positivas que ampliem o direito à participação, possibilitando a promoção da sua atuação proativa na vida social e no planeamento-desenvolvimento das estratégias de sua integração social, fortalecendo, um sentido de empoderamento, como potencialização do seu protagonismo social (NOGUEIRA NETO, 1998).

## **2.4 As conferências nacionais como espaço de participação**

À extensão do tempo, as conferências nacionais de políticas públicas se consolidaram como importantes espaços de participação e deliberação das políticas públicas. Tal fato está diretamente relacionado com a ampliação dos *locis* democráticos e o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

No período da redemocratização, elas passaram a ter um peso mais significativo no aumento da participação, apesar de as primeiras experiências de conferências nacionais datarem do governo de Getúlio Vargas<sup>5</sup>.

---

5 A primeira conferência nacional realizada no Brasil foi a da *saúde*, em 1941, que teve como temas: a) organização sanitária estadual e municipal; b) ampliação e sistematização das campanhas nacionais contra a hanseníase e a tuberculose; c) determinação das medidas para desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento; d) plano de desenvolvimento da obra nacional de proteção à maternidade, à infância e

Segundo Dagnino (2004a, 2004b, 2004c, 2004d), o estabelecimento da democracia no Brasil no período pós-regime militar foi objeto de uma *confluência perversa* de dois processos políticos distintos. Em seu entendimento, se, por um lado, existia a necessidade de ampliação da democracia e dos espaços públicos de participação da sociedade civil que possibilitassem a discussão, deliberação e tomada de decisão acerca das políticas públicas, como previsto na CF/1988 (BRASIL, 1988), de outra parte, havia um projeto neoliberal que se consolidava no País e cujas bases determinavam o afastamento do Estado de seu papel garante dos direitos, sendo tal responsabilidade transferida para a Sociedade civil. Para a autora, a perversidade e o dilema que se exprimem recaem justamente sobre o papel antagônico que esses projetos políticos estabelecem para o tema participação. Apesar do consenso de que a Sociedade civil deveria assumir um papel mais ativo e propositivo, a maneira como isso é posto em prática, em ambos os projetos, diferencia-se em muitos aspectos. Dagnino (2004a, 2004b, 2004c, 2004d) aponta uma disputa pelos significados e sentidos de conceitos como *participação*, *sociedade civil*, *cidadania* e *democracia*, que dificulta, até os dias atuais, o emprego prático de um conceito ampliado da democracia.

Como alvitraram Santos e Avritzer (2002), o aumento da participação passa necessariamente por uma revisão do conceito de democracia. Os autores advertem para a ideia de que, na segunda metade do século XX, o mundo ocidental se dividia entre duas concepções - a primeira exprimida pelos princípios da liberal-democracia e a segunda pela concepção marxista de democracia:

Desse enfrentamento surgiram as concepções hegemônicas da teoria de democracia que passaram a vigorar na segunda metade do século XX. Essas concepções estão relacionadas à resposta dada a três questões: a da relação

---

à adolescência. (BRASIL/CONASS, 2009).

entre procedimento e forma; a do papel da burocracia na vida da democracia; e da inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala (p. 44).

Para os autores, a concepção hegemônica, que tem no procedimentalismo (SCHUMPETER, 1942; BOBBIO, 1979; KELSEN, 1993) sua base teórica, não denota modalidades ampliadas de democracia e não consegue responder satisfatoriamente as duas indagações pertinentes, conforme está sequencialmente.

1. Se as eleições esgotam os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos; e
2. Se os procedimentos de representação esgotam a matéria da representação da diferença.

A concepção não hegemônica, por outro lado, tenta conciliar elementos do procedimentalismo, como a representação, mas negam as maneiras homogeneizadoras de organização social. Consoante os mencionados cientistas, três aspectos desse modelo merecem destaque: a) a criação de outra gramática social e cultural; b) a inovação social articulada com a inovação institucional; e c) a procura de outra institucionalidade da democracia (SANTOS; AVRIZTER, 2002).

No Brasil, a abertura política e a redemocratização possibilitaram que novos agentes políticos se inserissem no âmbito político e que a relação entre a Sociedade civil e o Estado fosse fortalecida. A inclusão dos movimentos sociais nos espaços institucionais de participação implicou o aumento da participação e o fortalecimento das bases da democracia. Esse protagonismo político estabeleceu o que Wampler e Avritzer (2004) designaram como públicos participativos:

O conceito de públicos participativos fornece uma nova estrutura analítica para explicar a mudança na forma de

participação política após a democratização do Brasil. Ele vincula as estratégias de renovação e contestação política às novas instituições que se espalharam pelo Brasil. Mostra como a participação do cidadão, a formulação de políticas e a criação de novas instituições interagem para contestar as práticas políticas de clientelismo que há muito dominam a política brasileira. (P. 309).

Na redemocratização, desde os anos de 1980 e, principalmente, com o movimento *Diretas Já*, o Brasil iniciou tanto a reabertura política quanto as mudanças significativas nos processos participativos. A base da Assembleia Nacional Constituinte foi formada com a mobilização e o envolvimento das paredes sociais organizadas em distintos grupos, como: clubes de mães, movimentos dos favelados, comunidades eclesiais de base, movimentos do custo de vida, contra a carestia, pela saúde, pelo emprego, sindicalistas, moto sanitário etc. A intensidade da participação popular nos trabalhos da assembleia contribuiu para que o Texto Constitucional fosse embasado nos seguintes princípios: a) democracia ampliada; b) cidadania ativa; e c) promoção dos direitos humanos (FACHIN; PAGLIARINI, 2018).

No final dos anos de 1970 e início dos de 1980, determinadas pelos princípios da reforma sanitária e em ampla participação social, estavam expostas as bases da reforma no setor saúde (PAIVA; TEIXEIRA, 2014)<sup>6</sup>.

---

6 Em setembro de 1979, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) foi criada com intuito de aglutinar os diversos programas de pós-graduação no campo da Saúde Pública, da Medicina Social e da Saúde Coletiva. Em seguida, foi realizado o I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, que teve como resultado um documento que estabelecia princípios centrais a serem adotados pela reforma sanitária, como: a) o direito universal à saúde; b) o caráter intersetorial dos determinantes da saúde; c) o papel regulador do Estado em relação ao mercado do setor saúde; d) a descentralização, regionalização e hierarquização do sistema; e) a participação popular; f) o controle

A VIII Conferência Nacional de Saúde<sup>7</sup> consolidou esse movimento e estabeleceu uma significativa mudança nas concepções, conceitos e princípios que guiaram o SUS. Tal conferência não só propiciou as bases do SUS, mas, também, fortaleceu os espaços institucionalizados de participação, principalmente no plano local (fóruns, pré-conferências e conselhos). Isso porque ela foi fruto de uma ampla mobilização social, que envolveu variados segmentos da Sociedade e estimulou a realização de pré-conferências nos Estados (BRASIL/CONASS, 2019). O desdobramento dessa larga participação possibilitou que os compromissos assumidos na VIII Conferência Nacional de Saúde servissem de base para estabelecer as diretrizes nacionais da política de saúde na Carta Cidadã.

A CF/1988 (BRASIL, 1988) incorporou em muitos aspectos a participação social como fundamento principal da democracia, o que possibilitou que novos arranjos instrucionais fossem criados e outros fortalecidos, com o escopo de envolver a Sociedade nas decisões sobre as políticas públicas.

A exemplo daquilo que ocorre no setor saúde, outras áreas das políticas sociais ampliaram seus processos participativos e intensificaram o modelo de conferências como espaços de deliberação, participação e representatividade. Para as outras áreas, no entanto, a experiência das conferências nacionais só teve maior influxo nos anos de 2000, quando se consolidou o princípio da participação institucionalizada.

---

democrático; e, fundamentalmente, g) a necessidade de integração entre saúde previdenciária e saúde pública (CEBES, 1980).

7 A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, serviu de base tanto para a elaboração do *capítulo da saúde* na CF/1988 (BRASIL, 1988) quanto para a criação do SUS e tinha como temas principais: a) a saúde como um direito; b) a reformulação do sistema nacional de saúde; e c) financiamento setorial. Essa conferência reuniu cerca de 4 mil participantes em Brasília e, destes, 1 mil eram delegados com direito a voz e voto (Brasil/CONASS, 2009).



## CAPÍTULO 3

# Percurso metodológico

O desenho metodológico da tese perfilhou como ponto de partida a proposta de participação da sociedade na discussão da política e no aprofundamento democrático. A legislação oferecia um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que apoiava os eixos da promoção, defesa e controle social para todas as crianças brasileiras. O principal órgão desse sistema, o CONANDA, mediante gestão compartilhada entre Governo e Sociedade civil, definia com solidez as diretrizes da política nacional.

Por isso, a participação das crianças e adolescentes nas conferências constituiu um espaço para discussão e deliberação de políticas públicas intersetoriais, abrangendo os setores saúde, educação, assistência social, cultura e os demais. As conferências foram realizadas nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, cabendo sua organização aos conselhos de cada instância.

As conferências nacionais ocorreram a cada dois anos, implicando a escolha de delegados nas etapas municipais e estaduais, que traziam para o centro do debate as principais demandas e propostas que emergiram nas etapas anteriores. Essas conferências passaram por mudanças significativas à medida dos anos, tanto em seu formato quanto na composição dos participantes. Seus objetivos também variaram entre os distintos eventos, como mostra o Quadro 1.

## Quadro 1 – Objetivos das conferências

<b>Conferência</b>	<b>Objetivos</b>
<b>I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA) (1995)</b>	Definir as diretrizes da Política Nacional de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fortalecer a articulação entre o CONANDA e os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estabelecimento de uma pauta nacional de prioridades e eventos para o próximo biênio. Aprovação do relatório brasileiro encaminhado à ONU sobre a implantação da convenção internacional.
<b>II CNDCA (1997)</b>	Promover uma ampla mobilização social nas esferas municipais. Avaliar o conjunto das ações de promoção e defesa dos direitos das crianças e do adolescente.
<b>III CNDCA (1999)</b>	Promover ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual e nacional para avaliar a implantação e implementação das políticas relacionadas às crianças e aos adolescentes, tendo como referência a Convenção Internacional dos Direitos da Criança; a Lei n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, as deliberações da I e II Conferências e as Resoluções do CONANDA e dos Conselhos Estaduais, Distritais e Municipais dos Direitos.
<b>IV CNDCA (2001)</b>	Promover ampla reflexão sobre a infância e a adolescência e sua relação com a violência, a fim de apontar caminhos e definir proposições que revertam a realidade vigente e contribuam para a melhoria da qualidade de vida infantojuvenil.
<b>V CNDCA (2003)</b>	Promover ampla reflexão sobre o protagonismo social na implementação do “Pacto pela Paz”, no contexto das relações entre Estado e sociedade. Objetivos específicos: avaliar a implementação do “Pacto pela Paz” nos âmbitos municipal, distrital, estadual e nacional; possibilitar que a sociedade brasileira conheça as propostas e as ações do Governo Federal na implantação do “Pacto Pela Paz”; definir as diretrizes e as ações futuras para a implementação do “Pacto Pela Paz”, reafirmando os compromissos e as estratégias de ação dos integrantes do SGD.

<b>Conferência</b>	<b>Objetivos</b>
<b>VI CNDCA (2005)</b>	Ampliar a participação e o controle social na efetivação de políticas para a criança e o adolescente.
<b>VII CNDCA (2007)</b>	Deliberar sobre a política nacional de defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente.
<b>VIII CNDCA (2009)</b>	Elaborar o Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
<b>IX CNDCA (2012)</b>	Mobilizar os diversos agentes do SGD e a população em geral para implementar e monitorar a política nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.
<b>X CNDCA (2016)</b>	Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os dados do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SDH), a participação dos adolescentes só teve início na IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA), realizada em 2001. No primeiro momento, a convocação deles não foi para participar do evento principal, mas para uma atividade paralela. Outro aspecto observado foram as manifestações de protagonismo e as contribuições para a política da infância durante tais conferências.

Na VII CNDCA, realizada em 2007, destacou-se o papel mais atuante de crianças e adolescentes na estrutura e participação do evento. Também vale salientar as recomendações do CONANDA para a próxima CNDCA: garantir espaços de efetiva participação dos adolescentes e indicar em suas recomendações a participação deles na categoria *delegado*.

O registro dos resultados concretos das CNDCA estudadas indica se: a) houve decisão de consenso e o resultado se mostrou tangível para os participantes; b) o resultado foi suficientemente divulgado, transpondo a CNDCA; c) houve repercussão política

nas instâncias relevantes ou persistiu uma discussão isolada, alheia à realidade local; e d) houve aprendizagem no âmbito do processo participativo.

O maior desafio da investigação agora relatoriada, no entanto, é responder se os adolescentes participantes das CNDCA aumentaram sua consciência por meio da experiência coletiva e ganharam confiança ante suas competências como agentes políticos, conforme a indagação ora sequenciada.

- Em que medida as CNDCA podem ser consideradas uma possibilidade para o fortalecimento da cidadania e representatividade política da infância e da juventude?

O estudo dos adolescentes, ao demandar maior amplitude de informações sobre seu envolvimento e sua socialização no debate nas CNDCA, analisa a representatividade relativa à população coberta pela proposta e verifica em que nível as regras da discussão e negociação claramente são definidas e cumpridas. Então, verificamos a existência de papéis distintos dentro do processo e se os papéis dos moderadores, facilitadores e especialistas são respeitados e esclarecidos.

A análise das informações obtidas por meio de instrumentos diversos viabiliza a qualificação do perfil de cada adolescente, traduzido pelas decisões que melhor corresponderam às necessidades, inclusive informações da população diretamente coberta.

Os indicadores foram obtidos em fontes diversas, o que implica várias avaliações do mesmo fenômeno e a possibilidade de muitos olhares sobre o que investigamos. As linhas de convergência da demanda são importantes nessa triangulação de dados (PATTON, 1987 *apud* YIN, 2001).

Os dados referentes ao processo formativo devem considerar que os conceitos de protagonismo, empoderamento, auto-

nomia e resiliência serão operacionalizados, tendo por base os itens do Quadro 2.

### Quadro 2 – Conceitos fundamentais de análise

---

<b>Empoderamento</b>	Percepção da distribuição de poder no interior da conferência. Confiança na possibilidade das crianças e dos jovens participarem nas instâncias de poder existentes na conferência. Conquista de poder para si ou para outrem. Atribuição ou conquista de domínio sobre determinada situação ou alguma condição específica. Força da participação das crianças e dos adolescentes e da representação feminina.
<b>Protagonismo</b>	Manifestação como redutor e multiplicador de uma prática coletiva. Participação em alguma atividade em determinado momento da conferência. Ser o figurante principal da defesa de uma tese em prol das crianças e dos adolescentes. Ter sido considerado em determinado momento um lutador ou competidor em prol das crianças e dos adolescentes. Ter, enquanto indivíduo ou em grupo, descoberto o poder de realizar, por si, a mudança de sua própria realidade.
<b>Autonomia</b>	Relação com os outros agentes sociais. Independência nos processos deliberativos. Valores éticos, estéticos e sociais existentes nos debates e na formulação de propostas. Postura independente diante do mundo. Independência nas ações. Liberdade para tomar decisões. Entendimento da responsabilidade dos atos. Autossuficiência nas ações. Libertação das estruturas opressoras.
<b>Resiliência</b>	Identificação dos obstáculos à participação de crianças e adolescentes durante a conferência. Formas de superação dos obstáculos por parte das crianças e adolescentes. Comparação das práticas das crianças e dos jovens na conferência. Formas de captar as interações dos fagentes que ocorrem naturalmente e verificar as causas de diferença nos resultados. Capacidade de lidar com situações adversas e superar pressões, obstáculos e problemas. Reação aos conflitos de natureza psicológica ou emocional. Diferenças entre jovens resilientes e não resilientes durante sua trajetória na conferência.

---

Fonte: Elaboração própria.

Para alcançar os propósitos deste estudo, contamos com a menor margem de erro previsto em uma investigação, que, segundo Bulmer (1978)<sup>8</sup>, é classificada como *pesquisa orientada a um problema específico*, ou seja: os resultados são previstos para ajudar a lidar com problemas práticos e operacionais.

Além do que foi exposto, cabe evidenciar a noção de que o desenho se inclui no âmbito da *pesquisa qualitativa*: a) coleta e análise documental; e b) realização de entrevistas.

A pesquisa documental consistiu na coleta de dados disponíveis em: a) documentos institucionais do CONANDA; b) publicações oficiais; c) artigos publicados em jornais de grande circulação; d) bancos de dados virtuais; e e) outras fontes primárias.

Os demais dados foram obtidos no contexto dos técnicos, delegados e convidados (adolescentes) que participaram das conferências em diversos níveis. Em todos os casos, tomamos como parâmetros orientadores: a) as variáveis independentes e dependentes; b) os indicadores do processo formativo; c) os conceitos identificados nas falas dos sujeitos de pesquisa; d) o ponto geral e os aspectos específicos da pesquisa; e) as categorias fundamentais; e f) as hipóteses.

As entrevistas realizadas com os organizadores das conferências assumiram um caráter exploratório e enfocaram os objetivos da pesquisa. O roteiro dessas entrevistas procurou contribuir para as demais fases da pesquisa. Os adolescentes convidados falaram sobre a significação das conferências nos diversos momentos de sua vida. Para alcançar o dito propósito, recorreremos a entrevistas semiestruturadas.

---

8 Bulmer (1978) propõe uma classificação alternativa de *pesquisa social* como alternativa à divisão tradicional, que distinguia entre “pura” e “aplicada”: a) pesquisa básica; b) pesquisa estratégica; c) pesquisa orientada a um problema específico; e d) pesquisa-ação. Esta pesquisa busca verificar o potencial formativo de uma experiência participativa.

Durante a coleta de dados com os entrevistados foi desenvolvida uma investigação específica via rede social, com vistas a identificar as relações institucionais nas quais os adolescentes se envolveram após sua participação nas conferências.

Portanto, a escolha dos *sujeitos da pesquisa* exige um mapeamento dos participantes das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e a adoção de critérios bem definidos para a seleção dos entrevistados. Optamos, *in hoc sensu*, pelo sistema de redes, que estabelece no interior da demanda qualitativa uma trilha metodológica habilitada a identificar pessoas autônomas que compartilham ideias, valores e interesses específicos. Consoante a lição de Bott (1976, p. 299),

[...] a rede é definida como todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com as quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato [...]. Trata-se, aqui, de uma “rede pessoal” na qual existe um ego focal que está em contato direto ou indireto (através de seus inter-relacionamentos) com qualquer outra pessoa situada dentro da rede.

A seleção dos informantes partiu da identificação de jovens que dispunham de informações importantes a respeito dos contextos das conferências e que fossem passíveis de se tornar o ponto de partida para chegarmos aos demais participantes. O intuito é identificar jovens que nos permitam: a) compreender melhor a dinâmica das conferências e decodificar suas regras; b) indicar pessoas que participaram do processo das conferências; e c) sugerir maneiras adequadas de contato. É por meio do ego focal desses informantes iniciais que se formaram os elos da rede.

No decurso das diversas fases da investigação, foram empregados os seguintes aplicativos:

1. *SPSS* (tratamento estatístico);
2. *Survey Monkey* (divulgação dos questionários);
3. *GEPHI* (análise de redes sociais);
4. *Hyper Research* (análise de conteúdo); e
5. *Google Meet* (plataforma de grupos na internet).



## CAPÍTULO 4

# Participação dos adolescentes nas conferências

*(...) mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que reconhece, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade.*  
(PAULO FREIRE).

Ao traçar uma linha do tempo das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, identificamos o fato de que, apesar de a primeira edição ter ocorrido em 1995, foi somente desde a terceira edição, ocorrida em 1999, que os adolescentes se viram completamente incluídos em tal processo. Inicialmente, entretanto, sua participação se limitou à categoria *observadores*.

Fuchs e Jesus (2020) dividem a participação dos adolescentes nas conferências nacionais em dois ciclos: a) de 1995 a 2007 (da primeira à sétima conferência); e b) de 2009 a 2016 (da oitava à décima conferência).

De acordo com os autores, o primeiro ciclo se caracterizou pela elaboração de novas referências para a *política de atendimento aos*

*direitos da criança e do adolescente*, pela paulatina inclusão destes no ambiente das conferências e pela atuação limitada à categoria *observadores*. O segundo, por ampliar a inclusão de tais delegados – com direito a voto – desde o *eixo da participação de crianças e adolescentes* (FUCHS; JESUS, 2020).

Vale ressaltar que o percurso de inclusão dos adolescentes nas conferências foi expresso por meio de uma pressão dos movimentos sociais por uma legislação internacional garante da participação efetiva dos adolescentes e pelo momento político, com participação popular no Governo Federal, viabilizador da pauta de maior participação institucional de agentes sociais diversos. Foi somente na V CNDCA, em 2003, no entanto, que os adolescentes ficaram elegíveis à condição de delegados. Essa representação, contudo, não lhes garantia o direito a voto, mas foi o primeiro momento em que um adolescente discursou na abertura do evento, perante várias autoridades, inclusive o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Tais manifestações estão registradas nos **Anais da V CNDCA** (BRASIL, 2004, p. 19), como a de Luana, delegada representante dos adolescentes:

Como já foi dito, eu sou Luana, sou de Teresina, Piauí. Sou do Movimento Nacional de Meninos de Rua, mas, neste momento, eu não quero falar que sou do Movimento, ou sou da cidade; eu quero falar que eu estou representando todos os adolescentes e crianças do Brasil e agradecer aos que me confiaram de estar aqui os representando. Eu estou muito feliz por isso e espero estar aqui transmitindo e falando da realidade, dos sentimentos, da vida deles, e se eu não conseguir falar isso, de eu estar falando da minha realidade, da minha vida, dos meus sentimentos, porque eu tenho certeza de que é, pelo menos, um pouco parecida com a realidade de todas as crianças e adolescentes do Brasil.

O processo da VI CNDCA intensificou o debate sobre a participação, ao estabelecer como objetivo

- Ampliar a participação e o controle social na efetivação de políticas para a criança e o adolescente.

Em sua fala na sessão de abertura do evento, o Presidente do CONANDA, José Fernando Silva (BRASIL, 2005, p. 31), ressaltou a necessidade de valorizar a participação de crianças e adolescentes em todas as instâncias e em todos os processos de formulação de políticas públicas:

É preciso valorizar cada vez mais a participação de crianças e adolescentes em todas as instâncias, em todos os processos de construção de políticas públicas. Seja na plenária do Conselho de Direito, seja na discussão do fórum da sociedade civil; enfim, seja dentro do processo orçamentário. É necessário que crianças e adolescentes cada vez mais possam ter participação efetiva na construção da política pública para a criança e o adolescente. Para o CONANDA esse é um desafio muito importante. Nós estamos na VI Conferência e só a partir da IV Conferência os adolescentes passaram a ter a possibilidade de participar. Naquele ano, em 2001, foram 54 adolescentes, mais ou menos. Esse ano, atendendo determinação e orientação do CONANDA aos Estados e ao DF, são 220 adolescentes. É um crescimento expressivo e a gente espera que na próxima esse número seja maior para que os adolescentes possam participar cada vez mais conosco dessa construção da política pública. Fica esse desafio para todos os que operam o Estatuto da Criança e do Adolescente no nível municipal, estadual e nacional, que é ampliar a participação de crianças e adolescentes.

Além da ampliação do número de delegados adolescentes, o CONANDA inovou, ao incluir na mesa de abertura do evento, com direito a fala, dois adolescentes (um menino e uma menina), respeitando a paridade entre os sexos:

Eu me chamo Jackson Rodrigues Silva, tenho 12 anos e estou aqui representando o Estado de São Paulo, não só a capital, mas todo o Estado. Eu quero falar de alguns problemas que nós estamos enfrentando agora. Há 05 meses, quando começamos as fases de conferências, nós discutimos vários temas que a gente vai discutir aqui: saúde, educação, respeito, liberdade, etc. Aproveitando que estamos aqui no centro do poder, quero fazer dois pedidos ao Presidente da República, que alguns dos senhores sabem muito bem quais são. O primeiro, é que se faça instituir as conferências em todo o país. E o segundo pedido é que se faça valer o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). (BRASIL, 2005, p. 18).

[Fala da Adolescente Liana Cristina Reis Gomes]

Quando a gente fala em educação no Brasil sabemos que a educação para as crianças e adolescentes vive uma realidade precária. Infelizmente. Sabemos perfeitamente que muitas crianças e adolescentes não têm conhecimento sobre o ECA, sobre seus direitos. O que deve ser defendido e discutido também seria a divulgação nos colégios públicos e nos privados sobre o ECA, para que assim os adolescentes e as crianças conhecessem seus direitos e soubessem lutar pelos mesmos, não deixando simplesmente que outras pessoas façam isso por nós, porque todos temos capacidade de “correr atrás” de nossos direitos. Não podemos deixar tudo isso por conta de outras pessoas, mas, para que isso aconteça, é necessário haver essa

divulgação do ECA, uma boa explicação nos colégios sobre o ECA, para que crianças e adolescentes tenham consciência de como eles devem proceder... como fazer para garantir os seus direitos. (BRASIL, 2005, p. 19).

Os adolescentes com deficiência também se viram representados e se pronunciaram depois da palestra magna, proferida pelo Prof. Dalmo Dallari:

[Fala do Adolescente Danilo Felipe, representante dos delegados adolescentes com deficiência]

Boa noite senhoras e senhores! Boa noite, meus amigos, crianças e adolescentes de todo o Brasil que aqui estão! Importante a palestra do professor Dalmo, que nos falou sobre os direitos da criança e do adolescente. Importante também mostrar que temos representantes surdos e que toda essa Conferência está sendo transmitida com intérpretes de LIBRAS e o quanto é importante que todas as pessoas venham a aprender a LIBRAS. Estou aqui para mostrar que nós queremos participar sempre dessas Conferências e estarmos presentes em todos os lugares. Professor Dalmo, é importante também falar sobre os direitos na escola e em toda a sociedade, mostrar o ECA, os nossos direitos. Muito obrigado! (BRASIL, 2005, p. 45).

A configuração da VI CNDCA permitiu que os delegados adolescentes também participassem como mediadores e debatedores nos painéis, o que possibilitou que a participação fosse mais ativa e os envolvesse em todas as etapas do processo. Um exemplo disso foi a Moção 06, que reivindicava que as conferências fossem realizadas em todos os municípios brasileiros e que fosse garantida a participação dos adolescentes em todas as etapas do ciclo de conferências:

Nós participantes da VI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente reunidos em Brasília, no período de 12 a 15 de dezembro de 2005, vimos propor a moção de que a Conferência Nacional não seja só em Brasília e que, se essa moção for aprovada, que as crianças e os adolescentes participem de tudo isso (que essas Conferências devem ter momentos lúdicos). (BRASIL, 2005, p. 161).

Os resultados positivos da VI CNDCA possibilitaram que, na edição seguinte, os adolescentes passassem a ter direito a voto. A VII CNDCA manteve como tema a participação infantojuvenil, no entanto, trouxe novos elementos por ser a primeira vez que os delegados adolescentes poderiam votar. Esse ciclo de conferências – o primeiro – sedimentou uma importante base para a discussão dos grandes temas que hoje norteiam as políticas para a infância. Isso fica bem claro na fala dos informantes da pesquisa:

*[...] houve uma caminhada, na minha leitura, puxada por alguns agentes muito ativos do Conselho Nacional, que fizeram com que o direito da criança e do adolescente, a partir das conferências, fosse trabalhado de uma forma mais sistemática. [...] Eu tenho uma leitura de que a gente avançou muito nesse aspecto dentro do processo das conferências. Quem pega a história da conferência de 2005 [VI Conferência], que foi a primeira conferência que eu participei, até a de 2016 [X Conferência], que foi a última que participei, verifica que a gente teve uma série de organizações envolvidas no processo de ampliar a discussão sobre os direitos de crianças e adolescentes. (INFORMANTE 2<sup>o</sup>).*

*[...] quando eu olho a primeira [conferência] que eu parti-*

---

9 Conselheiro representante da sociedade civil, foi membro de várias comissões e participa das conferências desde 2005.

*cipei, lembro que falávamos do pacto pela paz e que depois se desencadeou todo um processo para que a gente pudesse construir o Plano Nacional de Direitos Humanos. Na conferência de 2007 a gente falava sobre o orçamento e na seguinte sobre a questão da convivência familiar, e foi daí que veio o Plano Nacional do Direito da Convivência Familiar e Comunitária. Falamos do Sinase que, também, foi fruto da mobilização das conferências. Quando a gente olha para 2009, a gente fica muito feliz de saber que a política da infância e o plano o decenal para os direitos humanos de criança e do adolescente, tudo isso foi construído por aqueles que fizeram parte das conferências. Porque, lá em 2009, a gente dizia: construindo diretrizes para a elaboração do plano decenal e para a política dos direitos humanos de crianças e adolescentes. E lá a gente dividiu bem direitinho os eixos, que eram várias propostas que a gente fazia e que desencadearam o Plano Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (INFORMANTE 3<sup>10</sup>).*

As sugestões apontadas desde a participação desses novos delegados garantiram uma ampliação dos trabalhos preparatórios nas diversas unidades federativas do Brasil. Tomando o Ceará como um caso de destaque entre as diversas experiências que se multiplicavam no País, mostra-se emblemáticas as falas dos organizadores das conferências estaduais:

*[...] a primeira conferência foi uma experiência muito pequena. Não tínhamos nenhuma legislação, nenhuma regulamentação e nenhuma orientação. Simplesmente tinha que*

---

10 Técnica da pasta da assistência com trabalho específico no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). Estava no grupo que organizou a primeira conferência no Estado do Ceará e, desde então, é membro da comissão das conferências.

*acontecer a conferência estadual. E foi realizada na Escola de Saúde Pública. Era a gestão da secretária Fátima Catunda, na época. Fizemos um movimento no interior [do Estado] daquilo que a gente imaginava que poderia ser a discussão da criança e do adolescente. E foi um grande marco. [...] A partir de 1997, começamos a pensar em fazer uma discussão com todos os segmentos que formavam a política da criança, por entender que a dinâmica da política é composta de várias outras políticas. Ela não é somente uma política da assistência, mas também, da saúde, da educação, da mulher, do meio ambiente. Com essa percepção, a gente começou a convidar todos os agentes. E aí a gente pensou: como é que a gente faz uma conferência que tem tudo a ver com um determinado público e não chama esse público? Então, começamos inserir os adolescentes na dinâmica das conferências, começamos a convidar adolescentes e depois a introduzi-los na organização das conferências. (INFORMANTE 3).*

*Nesse mesmo tempo, talvez por conta de o Conselho Estadual ter contratado uma consultoria específica para o desenvolvimento dos conselheiros do Estado do Ceará, e isso antecede a 8ª conferência, que foi o Wanderlino Nogueira Neto, tivemos um investimento do Estado nessa questão, o que levou o Ceará a ser uma referência nacional na organização dos direitos da criança e do adolescente. (INFORMANTE 2<sup>11</sup>)*

*Muito de forma prática colocando, nós fomos o primeiro Estado a universalizar, por exemplo, o Conselho da Crian-*

---

11 Conselheira representante da sociedade civil, foi presidenta do CEDCA por dois mandatos e participa das conferências desde 2009.



ça e o Conselho Tutelar. A gente concebeu, a partir de uma leitura [Wanderlino], que a presença dos municípios era importante e que a participação dos agentes locais era importante. E isso foi construído nos processos das Conferências [no estado]. E o Ceará também foi pioneiro ao criar a figura das conferências regionais. Então, a gente não fazia as municipais [que são atribuição dos conselhos municipais], tentávamos, enquanto conselho [estadual], participar, mas as conferências regionais. Era uma forma do Conselho Estadual estar mais próximo dos municípios. E isso levou que o movimento no Ceará, na minha leitura, caminhasse num passo diferente do que havia nacionalmente e nas conferências. (INFORMANTE 2).

Você sabe que a conferência regional é invenção do Estado do Ceará? É uma invenção daqui, assim como também o direito de participação dos adolescentes [nas conferências] foi invenção do Ceará. Isso foi anterior a mim. [...] eram uns gatinhos pingados que o Conselho Estadual resolveu levar para Brasília, assim, a fina força, com recurso estadual mesmo. (INFORMANTE 1)

[...] A Conferência regional sempre foi uma coisa que era muito dialogada, sabe com quem? Com o Dr. Wanderlino. O Dr. Wanderlino era a pessoa que nos orientava no que diz respeito à questão conceitual e à questão teórica. E dentro desse diálogo eu discuti muitas vezes, principalmente na 8ª conferência, com o Dr. Wanderlino, sobre os descritores do eixo da conferência, que é uma coisa completamente inaugural e, nesse momento, a gente falava sobre a importância da conferência regionalizada para gente qualificar

*o debate que viesse das municipais. Então a intenção da conferência regional era exatamente isso, era que a gente criasse uma etapa que fosse uma etapa preparatória para a nacional, para que na hora que a gente chegasse no nível nacional, a gente fosse afiado. (INFORMANTE 1).*

O ciclo preparatório para a VIII CNDCA foi iniciado no Ceará com a consultoria do Dr. Wanderlino Nogueira Neto<sup>12</sup>, que, atendendo a uma demanda do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) do Estado do Ceará, elaborou uma série de documentos que nortearam os rumos da política estadual:

*Eu costumo dizer que o Dr. Wanderlino Nogueira Neto foi um divisor de águas. Não que o conselho não viesse atuando, mas é que ele deu incentivo, deu visibilidade, deu credibilidade e, principalmente, a experiência jurídica. Isso foi de extrema importância. [...] Junto com o Dr. Wanderlino, começamos a realizar o projeto do Ministério da Justiça que se chamava Ciranda por Direitos. Reunimos um grupo de interlocutores, entre eles assistentes sociais e advogados, e fomos correr esse Ceará numa ciranda. Nos reuníamos com juizes, promotores e delegados de polícia. Foi uma época em que se construiu muita coisa e em que se fez várias [abordagens] metodológicas. (INFORMANTE 2).*

---

12 O Dr. Wanderlino Nogueira Neto era Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público da Bahia e, na época da consultoria ao CEDCA-CE, integrava a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – Seção Brasil – da Defense for Children Internacional (ANCD-DCI). O Dr. Wanderlino Nogueira foi consultor do CEDCA-CE por dois anos, período em que orientou a edição do *Guia metodológico* e editou o livro *Direitos humanos de crianças e adolescentes*. Em 2012, foi escolhido para fazer parte do Comitê dos Direitos da Criança da ONU. A importância de tal feito não foi só pelo fato de ter tido ampla maioria, 161 dos 189 dos votos, mas, também, porque iria compor a principal instância global que tem como objetivo acompanhar a implementação das normas da Convenção dos Direitos da Criança.

No texto que subsidiou as conferências regionais ocorridas em junho de 2009, o Dr. Wanderlino discorreu sobre os pontos estabelecidos no documento orientador do CONANDA. Dentre esses pontos se destacaram: a) a promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades; b) a proteção e defesa no enfrentamento de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes; c) o fortalecimento do SGD; d) a gestão política; e e) a participação de crianças e adolescentes em um espaço de estabelecimento da cidadania. No item da participação, vale perceber que o tema é posto no contexto de que as experiências participativas são formadoras de sujeitos para o exercício de uma cidadania ativa:

Por último, mas não o de menos importância, que é a questão da participação de crianças e adolescentes na gestão pública, no sistema de direitos, controle, isto é, na vida pública, familiar, privada, que nível de participação nós estamos garantindo? [...] nós nos preocupamos em como criar oportunidades, programas, serviços, fazer com que crianças e adolescentes participem nesse sentido de irem às conferências, criarem projetos lúdicos, da área cultural, enfim, que envolvam crianças e adolescentes, e isso é ótimo. Mas quando se fala de direito à participação, é uma coisa diferente. Uma coisa é a metodologia de participação, e nós estamos desenvolvendo boas metodologias de participação. Tanto é que conseguimos mobilizar um número de adolescentes, principalmente, muito grande para essas conferências. A metodologia está boa, mas o que significa para a convenção não é o Estatuto, que é norma superior a este, o que significa para a convenção o chamado direito à participação do adolescente? Significa, numa frase da convenção, “o direito de ser ouvido e ter sua opinião considerada”. Então, não adiantam

só as metodologias que levem o adolescente a participar de uma conferência como esta, ou estar presente, falar dentro de uma reunião, de um grupo, ou levantar a voz e se inscrever nos debates, garanti-lo como delegado de uma conferência estadual e da nacional. É mais que isso. Direito à participação é mais que isso. Resume-se a uma frase da convenção, já dita antes: “considerar a opinião”. E, para isso, nós precisamos capacitar esses adolescentes no sentido de educar, transmitir conhecimentos científicos, treinar habilidades, mas, principalmente, empoderá-los. O que significa isso? Reconhecer a sua posição de sujeito de direitos. (CEDCA, 2009, p. 18<sup>13</sup>).

O resultado do debate do ciclo de conferências (municipais, regionais, estaduais e distrital) ao largo de todo o ano de 2009 produziu um documento intitulado *Teses sobre diretrizes da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente* (CEDCA, 2009), que sintetizou aquilo que foi validado pelos delegados da VIII CNDCA e que iria constituir as diretrizes para a formulação da política nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. O documento dividiu as propostas em 5 eixos.

**Eixo 1** – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

**Eixo 2** – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

**Eixo 3** – Fortalecimento do SGD.

**Eixo 4** – Participação de crianças e adolescentes nos espaços de construção da cidadania.

---

13 Texto produzido pelo Dr Wanderlino Nogueira para subsidiar as VIII Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará.

## **Eixo 5 – Gestão da política.**

No **Eixo 4** (Participação) vale destacar os seguintes pontos:

- Sensibilizar as famílias e a sociedade em geral para que crianças e adolescentes possam ser ouvidos e possam participar das decisões a seu respeito, como parte de sua formação para a cidadania;
- Assegurar às crianças e aos adolescentes o acesso à informação para o exercício de seu direito à participação sobre temas relacionados às políticas sociais, econômicas e ambientais;
- Assegurar às crianças e aos adolescentes o direito a participar, opinar e ter suas ideias consideradas nos espaços de articulação, elaboração, deliberação, execução e fiscalização das políticas públicas voltadas a esse público, nos três níveis de poder e nas esferas governamentais;
- Viabilizar a participação de crianças e adolescentes como conselheiros dos conselhos dos direitos nas três esferas de governo, definindo, por legislação própria, critérios de representatividade, quantidade de vagas e forma eletiva;
- Incentivar a organização de crianças e adolescentes em entidades representativas como grêmios estudantis, associações e conselhos escolares, para que participem na construção do projeto político/pedagógico e na gestão das escolas, garantindo a defesa dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito escolar;
- Propiciar aos educadores em geral uma formação continuada sobre protagonismo de crianças e adolescentes;
- Estimular as crianças e os adolescentes a se tornarem agentes multiplicadores de seus direitos e deveres em grupos comunitários, a fim de ampliar sua força política e representativa;
- Efetivar mecanismos para a garantia da participação de

crianças e adolescentes em audiências públicas do Poder Legislativo nas três esferas de governo (câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal), como convidados permanentes com direito a voz, inclusive em suas comissões temáticas e em seus grupos de trabalho;

- Incentivar a participação de crianças e adolescentes em câmaras mirins ou parlamentos jovens, nas diferentes esferas administrativas, para que possam atuar nas instâncias de poder para apresentar indicações, requerimentos e projetos de lei, além de fiscalizar as políticas públicas, como forma de ampliar os espaços de cidadania;
- Garantir a efetivação de mecanismos de escuta, com temáticas e metodologias adequadas às faixas etárias, para que seja considerada a opinião de crianças e adolescentes na elaboração do orçamento público, nos três níveis de governo, e nas políticas públicas voltadas ao público infantojuvenil;
- Prever recursos financeiros no orçamento público das três esferas de governo para fomentar e criar fóruns e câmaras permanentes de crianças e adolescentes e outras iniciativas para a afirmação de sua cidadania;
- Incentivar a criação de fóruns temáticos permanentes de crianças e adolescentes, para a discussão e o encaminhamento de questões relativas às demandas da população infantojuvenil, assegurando sua participação qualificada nos conselhos de direitos e nas conferências;
- Assegurar a participação de crianças e adolescentes nas conferências de direitos e nas setoriais, em todos os níveis de governo, para que possam partilhar suas experiências, expressar suas opiniões e exigir seus direitos, com o envolvimento das escolas na divulgação, organização e mobilização;

- Sensibilizar e mobilizar os meios de comunicação, para garantir a expressão das opiniões da criança e do adolescente em sua diversidade, ampliando o processo de democratização da sociedade, bem como divulgar políticas e programas voltados à população infantojuvenil.

Ao analisar os Anais da VIII CNDCA, constatamos que alguns dos itens indicados acima foram resultantes de reivindicações diretas dos adolescentes, como apontam as seguintes moções:

**Moção 2** - Nós, delegados e delegadas da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com o tema: Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal, reunidos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no período de 7 a 10 de dezembro de 2009, vimos apresentar a seguinte moção: Incluir crianças (menores de 12 anos), eleitas em Conferências Estaduais, nos trabalhos de Conferência Nacional, já que sua presença é de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos propostos. Portanto, não há ninguém melhor para identificar erros nos DCAs do que elas, além de que as crianças são as principais vítimas de todas as formas de violação de direitos, incluindo abuso sexual, agressão física, trauma psicológico e muitos outros. OBS.: Garantindo metodologia adequada à participação delas. (BRASIL, 2009, p. 10-11).

**Moção 6** - Nós, delegados e delegadas da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com o tema: Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal, reunidos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no período de 7 a 10 de dezembro de 2009, vimos apresentar a seguinte moção: Devido ao fato de estarmos numa Conferência Nacional, cujo tema principal são os direitos das crianças e dos

adolescentes, e solicitado uma Conferência Lúdica Nacional e consequentemente Conferências Lúdicas Estaduais, com efetivação em todos os estados brasileiros. Para tanto, tal Conferência Lúdica Estadual tem como objetivo o debate das diretrizes num plano nacional. Com isso, os adolescentes iriam escolher, entre si, os delegados adolescentes que melhor os representariam, sendo apenas referendado na Conferência Estadual convencional. Como exemplo, o Estado de São Paulo, que há três anos vem realizando conferências dessa natureza com sucesso, valorizando a participação juvenil e respeitando as diversidades da infância e adolescência, tendo todo o processo acompanhado e facilitado por conselheiros e agentes sociais responsáveis e comprometidos com a universalização e garantia dos direitos (BRASIL, 2009, p. 12).

O resultado da VIII CNDCA não só consolidou participação, mas, ainda, possibilitou que na conferência seguinte o CONANDA estabelecesse critérios de inclusão de adolescentes na comissão organizadora da IX CNDCA. A Resolução n. 151/2011 (CONANDA, 2011) estabelece em seu art. 1 que:

Os adolescentes representantes dos 27 (vinte e sete) Estados e do Distrito Federal compõem a Comissão Ampliada da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, sendo estes considerados delegados natos.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação de 5 (cinco) adolescentes, representantes de cada região, para compor a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.



O propósito da Resolução n. 151/2011 (CONANDA, 2011) foi atender à pressão que os adolescentes faziam para ampliar sua participação, haja vista que, durante os últimos processos das conferências, eles obtiveram maior inserção, mais autonomia e maior protagonismo.

Dessa maneira, para a IX Conferência, foi constituído um Grupo de Trabalho composto por adolescentes de todos os Estados da Federação, mais do Distrito Federal, que tinha como principal missão garantir a participação dos adolescentes em todas as fases do processo preparatório da etapa nacional. O referido grupo passou a ser conhecido como G27 e teve uma atuação intensa: na organização do evento; na articulação com os adolescentes; como produtores de conteúdos; na composição da mesa de abertura da Conferência Magna<sup>14</sup>; na Programação Cultural; e na Cobertura Educomunicativa. Segundo um dos adolescentes entrevistados, a experiência do G27 foi vista como algo positivo e inovador, pois era um espaço de elaboração coletiva e de ampla participação.

*O que marcou foi participar da organização. A gente dizia como é que a gente achava devia ser a programação, a gente mexia na programação, nos horários e tal, nos tipos de palestras a gente conversava sobre não fazer palestra somente falada, mas também ter apresentação cultural. A gente falava sobre a linguagem dos técnicos que iam fazer*

---

14 O engajamento dos adolescentes do G27 na organização da IX Conferência mexeu com formato tradicional do evento. Eles propuseram que a Conferência Magna saísse do formato usual e fosse mais a cara dos adolescentes, ou seja, dinâmica e com uma linguagem mais próxima do público. Com efeito, o evento foi pensado em dois momentos: o primeiro a apresentação do panorama da realidade brasileira sob a óptica dos adolescentes (divididos conforme a região) e o segundo momento uma entrevista com alguns convidados. Participaram dessa mesa respondendo às perguntas da plenária a Presidenta do CONANDA Mirian Maria José dos Santos, a Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e o Dr. Wanderlino Nogueira Neto.

*a palestra, eles não serem tão técnicos assim, mas eles traduzirem o que estavam dizendo. A gente planejava os momentos de participação dos adolescentes, a gente encorajava outros adolescentes, a gente buscava meios de encorajar outros adolescentes a falar. (ADOLESCENTE 4).*

Os representantes dos adolescentes que participaram da mesa de abertura do evento salientaram:

[Fala do Adolescente Jean Carlos Bueno, representante das crianças e dos adolescentes do G27]

A Miriam, Presidente do CONANDA, Ministra, Secretária, todos aqui puderam acompanhar o trabalho que fizemos, que fizemos, foi dedicação total. Buscamos mais que tudo o nosso espaço, buscamos o nosso protagonismo. O nosso direito de protagonismo. Nós trabalhamos em todo processo de construção, na sistematização e agora nós sabemos que nosso papel não acaba aqui. Continua na nossa realidade, na nossa sociedade, na nossa base. O mais legal, foi que essa forma de construção dessa Conferência foi inédita, e vou aproveitar em nome do G27 para agradecer a oportunidade à Ministra, a Miriam, a Carmen, a oportunidade que nos deram, a confiança que nos deram, pois tenho certeza que nossa participação aqui tornará essa Conferência muito diferente das outras e, com certeza, positivamente. E também, já que estamos falando sobre protagonismo, garantir e fortalecer os espaços de participação popular de crianças e adolescentes é indispensável, e vale ressaltar que protagonismo e participação não deve ser uma fachada, não deve ser um adolescente marionete. Isso cabe a nós, adolescentes, mudar, criarmos a consciência da importância de nossa participação, e sermos críticos, ques-

tionar, discutir, defender o bem comum e a efetivação de nossos direitos. (BRASIL, 2011, p. 16).

[Fala da Adolescente Mairan Soares Sales, representante das crianças e dos adolescentes do G27].

Acho que esse espaço não é um espaço que foi cedido, e muito menos ofertado nem pelo CONANDA e nem pelos Ministérios, mas é um espaço construído por nós, enquanto conselheiros, enquanto militantes, enquanto crianças e adolescentes. E deixo aqui ainda o recado de que crianças daqui um tempo, daqui a próxima Conferência também possam fazer jus a esse Plenário. (...) Acho que isso é foco e principal fonte de participação de criança e adolescente. Acho que a participação não é só eu e Jean aqui na mesa, mas é a gente conseguir discutir e deliberar as nossas ações enquanto grupo, enquanto delegados. E aí, com essa ideia, sensibilizo a todos já que sou paraense, sou do Pará, sou ribeirinha, moro na floresta, não moro na cidade, de fato sou de um local aonde pouco se fala e pouco se vê e pouco se enxerga enquanto política pública, gostaria de fato de nos sensibilizarmos enquanto ano de ecologia, enquanto ano de sustentabilidade, onde se fala de Rio+20, se fala das grandes ações ecológicas, de mostrar que o ato revolucionário ele está em semear as grandes ações, grandes gestos que garantem Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (BRASIL, 2011, p. 17).

A importância da participação dos adolescentes na Conferência também foi destacada na fala da Presidenta Dilma:

[Pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff]

Eu queria dizer para vocês que para mim realmente é uma grande honra estar aqui presente nessa 9ª Confe-

rência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Eu estive nessa cerimônia na 8ª Conferência. E de lá para cá eu acredito que nós continuamos aprofundando o que temos de fazer numa Conferência, que é dar direito à voz, dar direito ao processo decisório, e dar, sobretudo, garantia de participação às crianças, aos adolescentes e a todos aqueles Conselheiros e Conselheiras que das mais diversas formas asseguram a proteção da criança e adolescente em nosso país. (BRASIL, 2011, p. 29).

Na análise dos técnicos entrevistados, a IX Conferência se destaca pela implementação de um novo modelo de participação dos delegados adolescentes. Não só pela ampliação quantitativa da representatividade desses agentes, mas, principalmente, pela qualidade dessa participação.

*A riqueza também dessa conferência (a nona) foi porque, nesse período, o CONANDA começou discutindo o direito de participação fez um primeiro ensaio, ele criou o G27. Tanto que o Maciel é do G27. Que é exatamente o primeiro ensaio do CONANDA. Qual era a ideia do CONANDA? Era ter um representante adolescente de cada estado e Distrito Federal. Por isso era o G27. Depois disso, quando os meninos foram fazer o G27 de fato, debater sobre no G27, eles começaram a discutir que lá não estavam os povos indígenas representados, não estavam as pessoas com deficiência, não estavam os meninos e meninas de medidas socioeducativas, os ciganos etc. Um monte de representatividades que não estavam lá. E por conta disso o CONANDA resolveu abrir e criou-se então, incluído todas essas, digamos assim um regime de cota, criou-se o G38 para a Décima Conferência. (INFORMANTE 1).*

Uma mudança significativa foi percebida na passagem da VIII para a IX Conferência, no que diz respeito ao Eixo da Participação de Adolescentes. Se, na primeira, o que se destacava era a participação nos espaços de constituição de cidadania, na segunda, ocorreu uma ampliação desse processo, ao se enfatizar o protagonismo como elemento central dessa participação. De efeito, o Eixo 3, que trata do Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, tem como diretriz e objetivos estratégicos os pontos expressos na sequência (BRASIL, 2011).

- Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.
- Objetivo Estratégico 6.1 – Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- Objetivo Estratégico 6.2 – Promover oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva.
- Objetivos Estratégico 6.3 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões.

Dentre as propostas aprovadas para esse Eixo, estão as sequentemente expressadas.

- Criar, implementar e fortalecer a participação permanente de crianças e adolescentes por meio de Comitê gestor próprio na estrutura das Prefeituras, sub-prefeituras, regiões administrativas e secretarias municipais, estaduais, distrital e nacional a fim de acompanhar a execução da Política Nacional e do Plano Decenal.
- Alterar e implementar a lei de criação de Conselhos de Direitos, Escolares e Educação, nas três esferas, a fim de garantir a participação ativa democrática e acessível de crianças e adolescentes, com direito a voz e voto.
- Implantar e efetivar nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas e Senado Federal, por meio de leis, o Parlamento da Criança e Adolescente, proporcional ao número de vereadores e deputados, com representantes escolhidos pelas próprias crianças e adolescentes.
- Criar, elaborar, disseminar e universalizar o acesso a instrumentos lúdicos que permitam a compreensão da legislação e das políticas públicas na área da criança e do adolescente em todos os espaços de participação de crianças e adolescentes.
- Criar e fortalecer grupos de crianças e adolescentes, para realizar atividades nos meios de comunicação para maior divulgação de seus direitos, com a garantia de recursos necessários.
- Garantir a efetivação da lei que assegura a criação e fortalecimento dos grêmios estudantis livres e colegiados dos grêmios, com a criação de espaços institucionais próprios, tendo a existência efetiva e qualificada do Grêmio como um dos critérios de avaliação da escola pelo MEC.
- Realizar conferências livres nas escolas urbanas e rurais, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, unidades de acolhimento, cumprimento de medidas sócio-

-educativas e nas organizações da sociedade civil em geral e ainda garantir a participação de crianças e adolescentes nas comissões organizadoras das conferências municipais, regionais, territoriais, estaduais e nacional.

- Garantir a efetiva participação dos grêmios estudantis e do parlamento da criança e adolescente na elaboração e monitoramento dos serviços e políticas públicas dos direitos da criança e adolescente. (BRASIL, 2011).

O resultado dessas deliberações é a consolidação desse novo modelo de inclusão dos adolescentes nas comissões de organização dos ciclos de conferências locais (municipais, livres, regionais e estadual), fortalecendo, de tal modo, desde o ciclo menor (municipais) até o ampliamiento da participação.

Seguindo na mesma linha, o CONANDA editou, em dezembro de 2014, a Resolução número 172, que dispunha sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. No Art. 3º se estabeleceram os critérios da composição da Comissão Organizadora.

Art. 3º Instituir a Comissão Organizadora Nacional, sob a coordenação do Presidente e do Vice-Presidente do CONANDA, com composição paritária entre representantes do Poder Executivo Federal e da sociedade civil, a ser definida em resolução específica.

§ 1º A Comissão Organizadora Nacional contará com a participação de adolescentes, assim representados:

I - Um representante de cada unidade da Federação, a ser indicado pelo respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

e II - Um representante indicado pelos seguintes órgãos, movimentos, redes e /ou entidades:

- a) Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei; b) Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE;
- c) Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD;
- d) entidade e/ou movimento de crianças e adolescentes do campo;
- e) entidade e/ou movimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional;
- f) entidade e/ou movimento de crianças e adolescentes indígenas;
- g) entidade e/ou movimento de crianças e adolescentes em situação de rua;
- h) entidade e/ou movimento quilombola;
- i) entidade e/ou movimento afrodescendente/ negro;
- j) entidade e/ou movimento estudantil; k) entidade e/ou movimento de crianças e adolescentes ciganos.

Com a inclusão de novas categorias de representação, o CONANDA ampliou a participação dos adolescentes na Comissão de Organização da X Conferência, passando dos G27 (estados mais Distrito Federal) para G38 (os 27 mais os representantes adolescentes das categorias indicadas na Resolução número 172)

Com suporte, nessa (então) nova diretriz, o Ceará iniciou um processo de escolha de adolescentes para compor um Comitê Estadual de Participação, que tinha como objetivo acompanhar o ciclo da X Conferência. Desse modo, o CEDCA Ceará, em 2014, realizou uma convocação para escolha de quatro adolescentes para comporem a Comissão Estadual das Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes para o ciclo da IX Conferência e para a



escolha do representante do Estado no G27. No documento lançado pela FACC<sup>15</sup> em conjunto com o Conselho Estadual, os critérios para a escolha dos representantes indicavam:

- O município deverá encaminhar termo de compromisso (em anexo) se comprometendo em garantir todos os esforços necessários para a participação da/o adolescente representante caso seja escolhida/o para as referidas comissões;
- Para a escolha das/os adolescentes representantes, os municípios deverão promover um processo participativo e democrático que envolva crianças e adolescentes na escolha da/o sua/seu representante. Nesse processo, os adolescentes devem se apresentar voluntariamente, ter desenvoltura e capacidade de diálogo, facilidade de falar em público e, principalmente, apresentar interesse na temática da infância e adolescência. Dar-se-á maior relevância aos adolescentes representantes de comunidades quilombolas, indígenas e de terreiros, aos que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, aos adolescentes com deficiências, aos LGB-T'S, em situação de rua, em acolhimento institucional;

O resultado dessa iniciativa do CEDCA Ceará foi a formação de um grupo de adolescentes que promoveu um processo de parti-

---

15 **A Frente de Assistência a Criança Carente – FACC** é entidade filantrópica, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter socioassistencial e cultural e de defesa e garantia de direitos humanos e sociais de indivíduos e grupos em situação de exclusão com vasta experiência em projetos voltados para criança e adolescentes. Por meio de um edital público, a FACC se credenciou junto ao CEDCA para realizar um processo democrático e participativo de escolha de adolescentes para comporem a Comissão de Organização dos Ciclos de Conferências do Ceará e para a escolha do representante no G27. No estabelecido pela convocação, cada município deveria indicar um casal de adolescentes para a escolha dos representantes. A referida reunião ocorreu no dia 04 de junho de 2014, em Fortaleza - dois anos antes da X Conferência, que ocorreu em 2016.

cipação local e que movimentou outros adolescentes para as conferências municipais.

*(...) Montamos estratégias de mobilização. A gente entregou para os adolescentes um botton, um bottonzinho uma coisa besta, que dizia que ele era promotor dos Direitos da Criança e do Adolescente e quando ele chegava lá no município dele, na região, ele tinha a tarefa, de dizer, de passar e criar “n” estratégias para passar para os outros adolescentes o que aquele tinha vivido ali naquele dia (de formação) e por que que ele tinha saído de lá promotor desse direito da criança. Então, saíram todos com esse botton. E foi uma coisa interessante. Foi muito rápido. Quando chegou nas etapas regionais todo mundo já sabia que tinha que tinha acontecido isso: ah, é fulano que está aqui, ele é o nosso promotor daqui e não sei o quê. Isso foi uma coisa louca porque foi muito rápido. Então, quando a gente chegou nas conferências municipais, a gente já tinha recado do sistema de garantia dizendo, fulano de tal foi para esse encontro aí e ele veio e divulgou com a gente. Pegou muito rápido, entendeu? Com uma metodologia bem simples a gente nem achava que ia dar tanta coisa, mas foi. (INFORMANTE 1).*

*(...)A gente passou a manhã discutindo com eles sobre a política da criança e do adolescente de um modo geral, assim, amadurecendo alguns temas, não dava tempo de ver tudo, mas pelo menos o que era de mais relevância para eles com os educadores mesmo da FACC e na parte da tarde a gente subdividiu esses grupos por eixos para discutir em eixos e de lá eles tiravam os seus representantes para poder compor essa comissão que ia para dentro dessa... Esse grupo*

*que ia compor a comissão organizadora das conferências.*  
(INFORMANTE 1).

Esse movimento foi muito significativo para o ciclo de conferências locais. Segundo o CEDCA Ceará, os 184 municípios realizaram Conferências Livres para crianças e adolescentes. Alguns municípios, no entanto, efetivaram mais de uma, o que totalizou 378 Conferências Livres, que contaram com a participação de 7.560 crianças e adolescentes. Foram realizadas também 15 Conferências Regionais com o número expressivo de 2.392 participantes. O Ceará também atingiu 100% dos municípios nas conferências municipais.

Ao ampliar os espaços de debate, o Ceará possibilitou, não só, um envolvimento maior de crianças e adolescentes nos ambientes formais das conferências, mas, principalmente, uma consciência mais ampliada desses agentes sobre a importância de participar, de expor suas ideias, de compreender o contraditório, dialogar com o diferente e deliberar sobre as políticas para a infância. Esse experimento de participação teve como consequência principal a escolha de representantes mais cientes do processo, empoderados das dinâmicas da participação, que estabeleciam pautas de discussões e mais combativos na defesa de suas ideias e propostas.

Alguns eventos nacionais que aconteceram no decorrer do ano de 2015 foram importantes para preparar toda a dinâmica da X Conferência e possibilitar que crianças e adolescentes fossem inseridos em outros espaços participativos, tendo, assim, a ensanchar de debater a respeito dos princípios do ECA e dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

### Quadro 3 – Eventos Preparatórios para a X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Público</b>	<b>Produto</b>
1º/09/2015	Roda de Diálogo 25 anos do ECA	Reunir os principais agentes responsáveis por mobilizar e escrever o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os envolvidos com os desafios na implementação da política atual, de modo a analisar o legado dos 25 anos do ECA, seus avanços e desafios contemporâneos, retomando o contexto histórico do processo de sua construção.	Participaram 100 pessoas desta roda. Dentre elas, redatores e mobilizadores quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de estudantes e figuras públicas que lidam cotidianamente com os desafios contemporâneos da política de Proteção Integral da criança e do adolescente.	Relatório Avaliativo: ECA 25 anos com balanço dos avanços, desafios e recomendações da Roda de Diálogo 25 anos do ECA, além da linha do tempo ECA 25 anos.
16 e 17/10/2015	Oficina de formação de adolescentes do G38	Promover a articulação e a mobilização do grupo. Fortalecer sua atuação no CONANDA. Realizar o debate sobre o papel do G38 na defesa e na promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Elaborar um planejamento de atividades do grupo até e durante a 10ª CNDCA.	38 adolescentes que compõem o G38, (27 representantes das unidades da federação e 11, representantes de segmentos: movimento negro; quilombola; indígena; LGBT, dentre outros)	Grupo Formado

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Público</b>	<b>Produto</b>
28 e 29/10/2015	Encontro comunicadoras e comunicadores contra a redução	Evento de articulação, mobilização e formação de comunicadoras e comunicadores em torno da pauta da redução da maioridade penal e temas correlatos Mobilizar coletivos de comunicação alternativa, formadores de opinião e mídia livres de todo o País, para o enfrentamento das violações de direitos de crianças e adolescentes e resistência à aprovação das PECs (redução da maioridade penal, aumento do tempo de internação, redução de idade trabalho do infantil). Promover a discussão sobre a violação dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente sobre a proposta de redução da maioridade penal no Brasil. Debater e construir estratégias de comunicação para o enfrentamento das violações de direitos humanos de meninas e meninos.	60 pessoas, entre jovens e adultos comunicadoras/es. Os participantes integram coletivos e iniciativas de comunicação de diversos lugares do Brasil, que produzem conteúdo para mídias impressas, digitais e de radiodifusão — comunitários e alternativos — e fazem parte de movimentos culturais que debatem a temática. Participaram também oito adolescentes que fazem parte do G38 do CONANDA.	Caderno materiais de subsídios — Reduzir a maioridade penal resolve o problema de quem?

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Público</b>	<b>Produto</b>
8 a 10 de dezembro de 2015	Encontro Pela Prioridade Absoluta de Crianças e Adolescentes	<p>Funcionou como evento preparatório para a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por isso, teve o objetivo de produzir insumos, a partir dos diversos campos de inserção e atuação dos participantes, tanto para o processo que precedeu a X CNDCA, como para sua realização. Além disso, foram objetivos específicos desta atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar a escuta de agentes sociais, celebrar lutas, conquistas, perspectivas e desafios dos 25 anos do ECA, junto ao Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.</li> <li>• Desenhar uma agenda propositiva, inclusiva e diversa a favor dos direitos de crianças e adolescentes, considerando questões de gênero, raça e etnia.</li> <li>• Pactuar agendas comuns para garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes.</li> <li>• Atualizar o planejamento estratégico do CONANDA, qualificando o processo de preparação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será realizada em abril de 2016.</li> </ul>	450 pessoas, dentre elas, representantes do governo federal e de movimentos, redes e fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente, além de integrantes dos movimentos: negro, sem-terra, do campo e da floresta, de comunidades tradicionais, sem-teto e dos grupos mães pela igualdade e movimento Candelária Nunca Mais, dentre outros.	Declaração pela absoluta prioridade da criança e do adolescente

Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados extraídos do **site** <http://maisdireitosmenosducao.redelivre.org.br/>

Impõe-se necessário, no entanto, compreender que, no processo da X Conferência, dois movimentos se mostraram relevantes para assegurar o direito à participação: o primeiro foi o fortalecimento das etapas estaduais (municipais, livres, regionais e estadual), alargando a participação de crianças e adolescentes, como previsto na Resolução número 172 do CONANDA; e o segundo - uma série de ações e eventos comemorativos dos 25 anos do ECA, que ensejou um debate amplo sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes. Esses dois processos consolidaram as bases do que estava proposto para o encontro nacional, como também repercutiram diretamente na qualidade do debate na Conferência Nacional.

Segundo o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fábio José Garcia Paes, na sua fala de abertura do evento, a X Conferência era a consolidação da participação de crianças e adolescentes, haja a vista, não somente, o quantitativo expressivo desse público no evento, mas também o fato de estarem exercendo o direito à participação.

[Mensagem do Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Fábio José Garcia Paes]

Farão parte da etapa nacional 1.500 participantes, entre delegados, convidados e observadores, dos 27 Estados e Distrito Federal. Essa conferência será marcada pela maior participação proporcional de crianças e adolescentes como delegados em toda a história: serão mais de 400 os que representa um terço dos delegados. Trata-se de um marco político, instrumentalizado por meio de uma metodologia inovadora e adequada para a reafirmação do direito de participação de crianças e adolescentes no país.

Como decorrência do ampliação da participação, a programação do evento recebeu influência direta das discussões trazidas pelos representantes das crianças e dos adolescentes. Eles não só estiveram nas mesas temáticas, como também formaram uma mesa específica para debater a participação como direito humano de crianças e adolescentes. O propósito principal era refletir sobre as experiências de participação política e social de crianças e adolescentes no Brasil – uma experiência inovadora e reivindicação dos próprios adolescentes e que foi defendida pelo G38 nas reuniões de preparação da X Conferência. O resultado foi uma mesa composta somente de representantes das crianças e dos adolescentes e na qual o Ceará teve duas debatedoras: a delegada do Ceará, Maria Clara, e a representante do Estado no G38, Alessa Sumizono<sup>16</sup>.

O envolvimento das crianças e dos adolescentes no evento se mostrou tão intenso e potente que o resultado das propostas que passaram pelos GTs e foram aprovadas na plenária revelou a necessidade de se ampliar ainda mais a participação.

- Assegurar e efetivar a participação de crianças e adolescentes em todas as instâncias, nos Conselhos de Direitos, com voz e voto e com garantia de acessibilidade para participação nos conselhos e em todas suas ações.
- Estudo obrigatório do ECA, enfatizando seus avanços e desafios, por professores e educadores que estão envolvidos na educação das crianças e adolescentes.
- Fortalecer e garantir, em lei, a participação efetiva, promovendo o protagonismo, de crianças e adolescentes na compo-

---

16 Além das representantes do Ceará participaram da mesa: o delegado de Rondônia, Tiago Modena; o delegado do Rio de Janeiro, Jonathan Teixeira; o representante do Movimento Passe Livre (MPL), Luis Augusto Santos Silva; e a representante do movimento Ocupa Escolas, Rafaela Bonifácio. A mediação do debate ficou a cargo do conselheiro do CONANDA Marco Antônio da Silva.



sição dos Conselhos de Direitos nas três esferas da federação, bem como os recursos orçamentários necessários para tanto, com percentual mínimo de vagas a ser definido, respeitando as suas diversidades: de gênero, étnico-racial, pessoas com deficiência, orientação sexual, territorial (urbano e rural), em situação de rua, em acolhimento e em cumprimento de medida socioeducativa. Assegurar a implementação das Resoluções do CONANDA relacionadas ao tema (entre elas a Resolução 105, de 2005 e a Resolução 159, de 2013) e, quando necessário, a atualização das mesmas. Além de incentivar a criação da Câmara Mirim entre outros programas para atuar junto ao poder público.

- Implantar programas, financiados com recursos das três esferas de governo, nas diferentes instituições que trabalham com o atendimento a crianças e adolescentes, com o objetivo de incentivar a formação política e o estudo de normas como a Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de modo a estimular, nas crianças e adolescentes, a compreensão crítica de sua realidade e de seus direitos e deveres.
- Criação e fortalecimento de Fóruns do CEDCA formado por crianças e adolescentes, estudantes da rede municipal, estadual, privada, e também os que façam parte de instituições instaladas no Estado e Municípios. Este Fórum terá suporte do CEDCA e se reunirá 01 (uma) vez por mês nas dependências do CEDCA ou outro local de Conselheiros de Direitos assegurando que os Conselhos de Direitos estejam presentes nas escolas para divulgação do ECA durante o ano letivo por meio de ações educacionais, pontuando a grande importância da implementação e fortalecimento dos Grêmios Estudantis e conselhos escolares.

- Garantir, fomentar, fortalecer e ampliar a participação popular, com publicidade e transparência, promovendo a divulgação do ECA de forma didática, por meio da adequação das normativas aplicáveis (editais, resoluções do CONANDA, etc.) e das leis municipais, estaduais e nacional que criam os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, de modo a garantir, na composição dos mesmos, vagas para representantes contemplando e alcançando os diferentes setores e segmentos sociais: entidades vinculadas ao atendimento de criança e adolescente; associações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras que tenham identidade com a causa; mulheres; negros e negras; comunidades rurais; LGBT; gênero; crianças e adolescentes com deficiência e transtornos mentais; agremiações e associações estudantis; grupos religiosos; povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos, fundo de pastos, ribeirinhos, etc.); população em situação de rua; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e adolescentes institucionalizados, entre outros; de modo a garantir a participação de todos esses setores dentro dos Conselhos DCA, assegurando, ainda, a composição paritária entre governo e sociedade civil e a representatividade de crianças e adolescentes, através da divulgação e da discussão o Estatuto da Criança e do Adolescente, divulgar os Conselhos de Direitos, as Conferências dos direitos da criança e do adolescente e os fundos correlatos (nas três esferas federativas) através dos meios de comunicação (ex: rádios comunitárias), das entidades da sociedade civil e governamentais de defesa criança e do adolescente de ações criativas nas escolas e em outros espaços em que haja a participação de crianças e ou adolescentes, da realização de fóruns e seminários e da produção de material informativo, utilizando linguagem acessível e clara dentro do

- contexto das crianças e dos adolescentes, a fim de democratizar o conhecimento e possibilitar maior representatividade nos conselhos de direitos e em outras esferas de participação.
- Garantir a participação das crianças e adolescentes na construção, monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.
  - Garantir através da resolução do CONANDA a obrigatoriedade de realização de audiências públicas com a participação de todos os operadores do sistema de garantia de direitos, incentivando e garantindo a participação de crianças e adolescentes, visando o fortalecimento do controle social.
  - Promover o protagonismo e a participação efetiva de crianças e adolescentes nos espaços de construção de direitos por meio da criação e fortalecimento de Conselhos de Direitos e redes de promoção de políticas públicas para crianças e adolescentes, além de incentivar a formação política e o estudo das leis referentes a este segmento, de modo a estimular nas crianças e adolescentes a compreensão crítica da sua realidade e de seus direitos e deveres posteriormente disseminando essas informações através de palestras entre os meios de comunicação em geral, a fim de ampliar e aprofundar discussões, empoderar e garantir o protagonismo dessas atrizes e agentes na educação e assistência social.

As propostas há pouco referidas indicam que o envolvimento e o comprometimento das crianças e, principalmente, dos adolescentes, produzem bons resultados e qualificam o debate. Também é correto salientar que a promoção de espaços participativos qualifica os processos deliberativos e produzem um cidadão mais atuante e protagonista.<sup>17</sup>

---

17 A repercussão de toda a vivência do ciclo da X Conferência promoveu um

Esse movimento de ampliação e consolidação dos espaços participativos, no entanto, nem sempre geraram consenso e aceitação por parte de uma parcela da classe política e alguns setores da sociedade civil que viam na ampliação dos modelos deliberativos um meio de fragilizar o modelo da democracia representativa e que pretendia transferir para as organizações sociais cooptado pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT e, assim, extinguir a democracia (MORAIS, SILVA, FROTA, 2021).

---

debate intenso e uma pressão para que algumas das propostas aprovadas pudessem de fato ser vitalizadas. Exemplo disto foi a Resolução 19,1 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre a participação permanente de Adolescentes, em caráter consultivo, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Art. 2º. A participação de adolescentes no âmbito do CONANDA se dará por meio dos seguintes espaços, sem prejuízo da criação de outras formas de participação: I - Comitê de Participação de Adolescentes - CPA; II - Ambiente virtual de participação de adolescentes.

A Resolução 191 também definia o que deveria ser o Comitê de Participação dos Adolescentes e indicava o formato de escolha dos seus membros.

Art. 3º. O Comitê de Participação de Adolescentes - CPA será um órgão colegiado formado por adolescentes escolhidos no âmbito dos espaços de participação de adolescentes nos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de grupos sociais diversos e por meio do ambiente virtual de participação.

Art. 4º. A primeira composição do CPA será constituída nos seguintes termos:

I- 27 (vinte e sete) adolescentes, sendo um indicado por cada estado da Federação e pelo Distrito Federal, escolhidos no âmbito dos espaços de participação de adolescentes nos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - 10 (dez) adolescentes de grupos sociais diversos a serem selecionados por meio de chamamento público promovido pelo CONANDA;

III - 10 (dez) adolescentes selecionados por meio de processo de participação de adolescentes no ambiente virtual de participação de adolescentes. § 1º. A fim de garantir o protagonismo do CPA na definição da estratégia de participação de adolescentes no âmbito do CONANDA, caberá à primeira composição do Comitê de Participação de Adolescentes propor modelo para a sua composição nos ciclos seguintes, podendo validar esta proposta. § 2º. Os membros do CPA serão renovados a cada 2 (dois) anos, com direito a uma recondução desde que atenda ao parágrafo quinto deste artigo.

O acirramento da disputa eleitoral sequente à chegada ao poder de um grupo ultraconservador com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 só acelerou o desmonte dos espaços institucionais de participação. A materialização de tal fato é considerada a publicação do Decreto nº 9.759/2019, que teve como objetivo extinguir conselhos e alterar outros, fazendo valer novas regras de criação e funcionamento de colegiados da Administração Pública Federal. As consequências desse ato atingiram diretamente 2.593 colegiados, o que ocasionou uma fissura na representação da sociedade civil em espaços institucionalizados.

Todo esse retrocesso nos mecanismos de deliberação afetou diretamente a política da infância e suas instâncias participativas, em particular, o CONANDA e o ciclo preparatório para a XI Conferência. A experiência exitosa dos eventos que antecederam a X Conferência não se repetiu. Ficou a cargo dos Estados empreenderem dinâmicas próprias para garantir a participação de crianças e adolescentes e assim evitarem um retrocesso. Além do desgaste da política nacional, tivemos a pandemia de covid 19 que trouxe graves consequências para a sociedade mundial e deixou crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade.

Haja vista esse quadro, a XI Conferência foi realizada remotamente e com quase um ano de atraso. Não mais com a participação do G27 ou G38 na comissão de organização do evento, como nas anteriores, mas somente os representantes do CPA/CONANDA. Consolidou-se, de fato, um retrocesso no processo de 2019.

Faziam parte dos que compunham a mesa de abertura, como em outras edições, crianças e adolescentes, no entanto, eles não tiveram tanto protagonismo com antes<sup>18</sup>. Em sua fala, Rebeca Cris-

---

18 Por duas vezes, o representante das crianças e integrante da Rede Peteca de Combate ao Trabalho Infantil, Antônia Raquel, foi interrompida por problemas na conexão de internet. Ela não conseguiu falar o que foi lamentado pelos demais participantes.

tina Cassiano dos Anjos, representante do Comitê de Participação do Adolescente - CPA/CONANDA lamentou o processo da pandemia que prejudicou muito as atividades do CPA, mas também o fato de os membros terem tomado posse no período correto e por consequência do atraso muitos adolescentes saíram do comitê.

[Fala da Representante do CPA Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos]

(...) Desde então estou no CPA do CONANDA. A gente está na luta, porque desde 2018 a gente estava aguardando a posse, a gente conseguiu ter a posse em uma pandemia então uma coisa assim bem complicada depois de tanto tempo de espera, mas, realmente foi uma grande vitória, mas infelizmente por causa da demora a gente acabou perdendo os adolescentes. Mas eu queria agradecer muito a todos adolescentes que fizeram parte dessa história. Um por um. Eu falo muito rápido, tem que dar uma respirada né? A gente tem muitos planos para os próximos anos e eu também quero dizer é que eu estou muito ansiosa porque agora também está acontecendo a seleção dos próximos adolescentes que vão representar. Quero falar se vocês estiverem assistindo, quero falar que vocês vão ser muito bem-vindos nessa nova fase do CPA do comitê de participação de adolescentes do CONANDA e que a gente aguarda vocês o mais breve possível para que a gente possa fazer história nos próximos anos. (CONANDA, 2020: pg. 7).

A deputada federal Maria do Rosário, coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional, ressaltou a responsabilidade do Estado Brasileiro com as normativas internacionais e a ordem constitucional que definem crianças e adolescentes como

sujeitos de direitos e de como tais direitos foram, reiteradamente, violados nos últimos anos.

(...) A responsabilidade que nós temos com os direitos das crianças e adolescentes e com as leis, normas e com a Constituição federal, com a convenção dos direitos das crianças das Nações Unidas é antes de tudo uma responsabilidade ética entre gerações, a violência é uma responsabilidade ética entre gerações porque nos é dado como humanos, os seres humanos a missão de proteger. De adultos estabelecerem, realizarem o que nós escrevemos na lei na própria Constituição que é a proteção integral, então, nada menos do que isto é aceitável.

A Deputada também enfatizou a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e fez duras críticas ao Governo brasileiro, que, segundo a Parlamentar, trabalha para destruir todas as conquistas sociais das últimas décadas.

A carta que foi escrita há muitas e muitas mãos com a sociedade civil, com o parlamento brasileiro assinada por dezenas, centenas de entidades do Brasil e que é o Marco dos 30 anos é uma carta denúncia. Uma carta denúncia de que no Brasil no ano de 2020 muitas políticas públicas estão sendo destruídas. De que quando nós ultrapassamos as 170.000 vítimas da Covid aqui se multiplica tristemente esse número seja pela ausência de responsabilidade para testagem, para atendimento, seja porque nestas famílias estão as crianças, os adolescentes que estavam são aqueles que sofrem. Todo tempo. A necessidade de políticas que estão sendo desfeitas, nós queremos anunciar que há uma redução de políticas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes

no Brasil. Queremos denunciar aqui uma diminuição de políticas para a responsabilização daqueles que exploram o trabalho infantil, durante 2 décadas nós conseguimos reduzir os índices de trabalho infantil com políticas que enfrentaram a miséria extrema e garantiram que a criança estivesse na escola.

(...) Sinceramente eu participo dessa conferência num tom de indignação, muita responsabilidade é ética diz o seguinte: quem é de um governo tem que cumprir o mínimo que o anterior fez e aí partir para um patamar mais elevado. Os governos eleitos para imprimir a sua marca reduzindo a dos anteriores porque é um princípio do direito Internacional dos direitos humanos no direito nacional que diz o seguinte: Não é possível redução de direitos. Não é possível reverter aquilo que foi conquistado este princípio dos direitos humanos, é um princípio a ser observado por quem quer que governe por quem quer que o governo tem acima de si sempre uma Constituição, uma norma jurídica para cumprir, estejamos atentos e atentas a isso

Para a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, representante da sociedade civil no Conselho pelo do Conselho Federal de Psicologia, Iolete Ribeiro da Silva, a importância da XI Conferência, mesmo com atraso de um ano, é que existe resistência, que prospera a luta e que, principalmente, há uma rede fortalecida que, mesmo diante de tanto retrocesso, possibilitou esse momento.

(...) Em 2017 a partir da resolução 202 que está sendo realizada com um pouco mais de 1 ano de atraso, mas está



ocorrendo porque houve luta porque houve trabalho de muitas pessoas que acreditam na importância e na responsabilidade que nós sociedade brasileira o estado brasileiro.

(...) E eu destaco nesse sentido a importância dos conselhos de direitos dos fóruns the Seas de todas as coalizões em prol dos direitos da criança e adolescente em especial no momento da de crise que vivemos é um momento em que crianças e adolescentes ficam ainda mais vulneráveis e as políticas voltadas a essa população. Correm o risco de serem marginalizadas né é não é à toa que a gente destaca a importância dos conselhos de direitos a importância da manutenção do funcionamento do CONANDA da realização das próximas eleições é de reeleição de representantes da sociedade civil isso tudo. É uma luta que deve se dar num contexto em que a gente precisa reforçar a importância da democracia a participação da sociedade civil qualifica esse processo de construção de políticas públicas e por isso nós reafirmamos que somos contrários a redução da participação da sociedade civil como proponho decreto 2003 de 2019 que fragiliza o CONANDA. Que reduz as possibilidades de controle social a participação social diversa é democrática é imprescindível para a construção de políticas que atendam às demandas sociais e para qualquer governo que tem um compromisso com a proteção social e no mês da Consciência Negra inspirado na resistência do povo negro e na luta por liberdade empreendidas.

Outra denúncia grave foi relatada por parte Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos, representante do CPA no momento da sua

participação na mesa Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes. Segundo a adolescente, o CPA não efetivou a participação dos adolescentes.

Mesmo o CPA sendo um órgão tão importante, essa conquista é tão importante dentro do CONANDA que para a criança e ao adolescente a gente tem muitos pontos negativos. (...) Mesmo o CPA sendo um órgão tão importante, essa conquista tão importante dentro do CONANDA que para a criança e ao adolescente a gente tem muitos pontos negativos, a gente ainda está construindo, se tornar algo de participação efetiva. E aí eu comento sobre nossa gestão passada de 2017 a 2019 onde a gente não teve a participação como tinha que ter. A gente tinha o nome dizendo que participava do CPA, mas a gente nunca participou de uma assembleia, a gente nunca teve nossa cadeira no CONANDA. E vocês tem que saber sobre isso que foi só o status para dizer que a gente estava dentro do CPA, mas a gente não estava exercendo o papel que o CPA tem que exercer. Infelizmente muitos adolescentes que eu tenho uma leve lembrança e falo para vocês o quanto foi triste, muitos adolescentes passaram por todo um processo seletivo, porque são muitos adolescentes potentes então passa por processo seletivo, então a gente faz parte para escolher um representante, afinal uma democracia. Mas querendo ou não nossa voz foi silenciada. Aí é que infelizmente esses adolescentes por alcançar e a maioria não permaneceram no CPA, nessa segunda gestão do CPA onde a gente só iniciou esse ano de 2020 até 2022 e ele hoje a gente está fazendo, nós 9 né que permanecemos da gestão passada estamos nos empenhando para manter isso para frente com uma equipe maravilhosa que eu já

gostaria de agradecer a equipe da FLACSO, Ana, Cris, Marina que estão fazendo um trabalho INCRÍVEL em apoiar o CPA constantemente e não desistir da gente, da potência que dizer todos os dias que eles estão, que elas estão do nosso lado, porque elas não desistem, não desistem do CPA e que a nossa base para aplicação seja real dentro dos espaços que já são nossos né.

Rebeca Cristina, salientou, no entanto, ser preciso e urgente tornar o CPA um espaço efetivo de participação; que crianças e adolescentes podem e devem estar presentes, debater ideias e projetos e exercer sua cidadania.

(...) E aí eu termino né falando de uma frase do CPA sobre participação: A gente acredita que não existe nada para nós sem nós porque não existe a participação de crianças e adolescentes nos estudos, na verdade não existe nada para crianças nos espaços de gestão, não existe nada que a criança e adolescente sem a presença de crianças e adolescentes então é preciso que a gente cubra esses espaços e é com muita garra e muita vontade e é com todas as injustiças que a gente passou até aqui, que a gente está com muita vontade de mudar, de fazer diferente e de fazer um CPA, de fazer os espaços de participação diferente e participação efetiva ativa e efetiva de crianças e adolescentes seja no nosso seja no nosso município, nosso estado e a nível nacional e é por isso que no momento assim tão adverso e eu parabeno o CONANDA por ter feito a conferência mesmo assim no momento adverso, por ter visto um oportunidade e fazer essa conferência acontecer porque o espaço de participação de crianças e adolescentes, isso não poderia deixar de acontecer, a gente não poderia deixar de falar né a gente a

nossa voz não poderia ter se calado nesse momento para gente falar sobre as coisas que a gente está passando dentro da pandemia enfim entre outras coisas. Enfim, esse é o recado que deixo para reflexão de como fazer essa participação efetiva dentro dos e não só a nível nacional mesmo então é importante esse espaço e eu desejo que a conferência seja, escolham uma proposta muito boa que realmente represente e garanta a participação de crianças e adolescentes em todos os estados.

Mesmo considerando todos os problemas levantados no último ciclo de conferência, percebe-se é que os aprendizados dos eventos anteriores ficaram nas lutas do momento atual.

Portanto, considerando as conferências *espaços de participação*, percebemos que o processo de aprendizagem possibilita uma reflexão sobre a condição individual e coletiva dos adolescentes e como fatores sociais atingem essas pessoas. Nesse sentido, vale evidenciar que a leitura da realidade também passa por um conhecimento estabelecido na prática e que *toda ação educativa é necessariamente política*. Segundo Demo (2002, p. 11), o sentido de *politicidade* é

[...] a habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de atingir níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário.

Nesse sentido, a participação não pode ser entendida como uma dádiva ou concessão, mas como um processo de conquista (DEMO, 1999) – trata-se de uma conquista demandada por meio de constante luta com o poder, recorrendo ao que denominamos *ampliação da atuação dos agentes sociais em sua realidade social e política*.

## 4.1 Escolha dos informantes da pesquisa

A proposta desta pesquisa indica a necessidade de entender como os adolescentes participantes das CNDCA (livres, municipais, regionais, estaduais e nacional) se relacionam e conquistam cidadanias. Assim, não é importante analisar somente o processo de empoderamento, protagonismo, resiliência e autonomia, mas também a existência de uma rede capaz de multiplicar as experiências participativas.

A escolha dos informantes teve por base a existência de uma rede de participantes das conferências estudadas e dois tipos de participantes: a) conselheiros e técnicos envolvidos na organização das conferências em diversos níveis; e b) adolescentes escolhidos como delegados.

A rede social procurou entender os informantes como um conjunto de pessoas que se articulam em torno de ideias, recursos e valores compartilhados. A rede de conexões representou, de maneira gráfica, as estruturas das relações sociais. Os nós ou agentes que representam os informantes se agrupam, como diz a teoria, com um objetivo comum: os vínculos (laços entre dois ou mais nós) e o fluxo (a direção da interação das pessoas, representada por uma seta que aponta o sentido de tal interação, podendo ser unidirecional ou solto) (cf. GRANOVETTER, 1973; POWELL, 1990; CASTELLS, 1999a, 1999b; HUTT *et al.*, 2000; BRITO, 2001; GRAVOVETTER; SWEDBERG, 2001; MARTELETO, 2001; GROSETTI, 2003, 2004; ALEJANDRO; NORMAN, 2005).

Os primeiros entrevistados foram escolhidos levando em conta os seguintes critérios: a) ser membro do CEDCA (conselheiro e/ou técnico); b) fazer parte da comissão das conferências regionais e estaduais; e c) participar da equipe que acompanhou os adolescentes nas conferências nacionais. O resultado dessa seleção é expresso no Quadro 4.

## Quadro 4 – Perfil dos técnicos informantes da pesquisa

	<b>Função no CEDCA</b>	<b>Perfil</b>
<b>Informante 1</b>	Conselheira	Representa a sociedade civil, foi presidenta do CEDCA por dois mandatos e participa das conferências desde 2009.
<b>Informante 2</b>	Conselheiro	Representa a sociedade civil, foi membro de várias comissões e participa das conferências desde 2005.
<b>Informante 3</b>	Técnica	Técnica da pasta da assistência com trabalho específico no CEDCA desde 1997. Estava no grupo que organizou a 1ª conferência no Ceará e, desde então, é membro da comissão das conferências.

Fonte: Elaboração própria.

Para a análise dos dados, foi necessário construir uma matriz na qual se identificam os agentes da rede, suas relações entre si, seus principais atributos e objetivos de interação (Quadro 5).

## Quadro 5 – Matriz dos atributos dos informantes da pesquisa<sup>19</sup>

<b>Código</b>	<b>Sexo</b>	<b>Adulto/ adolescente</b>	<b>Código</b>	<b>Sexo</b>	<b>Adulto/ adolescente</b>
E1	1	2	A30	1	1
E2	2	2	A31	2	1
E3	1	2	A32	1	1
A4	2	1	A33	2	1
A5	1	1	A34	2	1
A6	1	1	A35	2	1
A7	2	1	A36	2	1
A8	2	1	A37	1	1
A9	2	1	A38	1	1

19 Essa matriz foi elaborada no formato *MS Excel*. O código P1 se refere ao sexo (1 – feminino ou 2 – masculino) do(a) entrevistado(a) e o código P2 indica se é 1 – adulto ou 2 – adolescente. Outros atributos serão incorporados à medida que tivermos o resultado dos questionários que serão aplicados.

<b>Código</b>	<b>Sexo</b>	<b>Adulto/ adolescente</b>	<b>Código</b>	<b>Sexo</b>	<b>Adulto/ adolescente</b>
A10	2	1	A39	2	1
A11	2	1	A40	2	1
A12	1	1	A41	2	1
A13	2	1	A42	2	1
A14	2	1	A43	1	1
A15	2	1	A44	2	1
A16	2	1	A45	1	1
A17	1	1	A46	2	1
A18	2	1	A47	1	1
A19	2	1	A48	2	1
A20	1	1	A49	2	1
A21	1	1	A50	1	1
A22	2	1	A51	1	1
A23	1	1	A52	1	1
A24	2	1	A53	1	1
A25	1	1	A54	1	1
A26	1	1	A55	2	1
A27	2	1	A56	2	1
A28	2	1			
A29	2	1			

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 – Matriz de interação dos informantes<sup>20</sup>

Agentes	E1	E2	E3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13
E1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
E2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1
E3	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
A4	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
A5	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A6	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0
A7	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0
A8	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
A9	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A10	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0
A11	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A12	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A13	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

<sup>20</sup> Pelo fato de a matriz ser grande (56 participantes), optamos por apresentar somente um quadro demonstrativo. Na medida em que as novas entrevistas forem realizadas, o número de participantes deverá aumentar significativamente.



A matriz acima representa as interações dos participantes da rede. O número 1 equivale aos que foram citados pelos entrevistados por terem algum tipo de vínculo e 0 indica que não foram citados. Após a identificação de todos os nós e suas interações, mostrou-se necessário introduzir os dados em um *software* específico para análise de conteúdo das redes. Para esta pesquisa, optamos por usar o *GEPHI* como ferramenta. O emprego desse tipo de *software* serve para gerar gráficos de rede complexas e facilita a visualização dos dados.

A escuta desses informantes foi realizada individualmente - a entrevista de dois deles foi presencial, atendendo aos critérios de segurança haja vista os riscos da doença por coronavírus 2019 (covid-19), e uma entrevista<sup>21</sup> foi realizada de maneira remota. Ao final de cada entrevista, o informante preencheu um quadro onde se informam os nomes dos adolescentes que participaram de alguma conferência e com os quais os entrevistados ainda mantinham algum contato (Quadro 7).

**Quadro 7 – Adolescentes indicados pelos informantes do primeiro ciclo de entrevistas**

	<b>Quantidade de adolescentes</b>	<b>Adolescentes</b>
<b>Informante 1</b>	8	A4 <sup>22</sup> ; A5; A6; A7; A8; A9; A10; A17.
<b>Informante 2</b>	9	A4; A7; A10; A11; A12; A13; A14; A15; A17.
<b>Informante 3</b>	6	A4; A7; A10; A11; A17; A18.

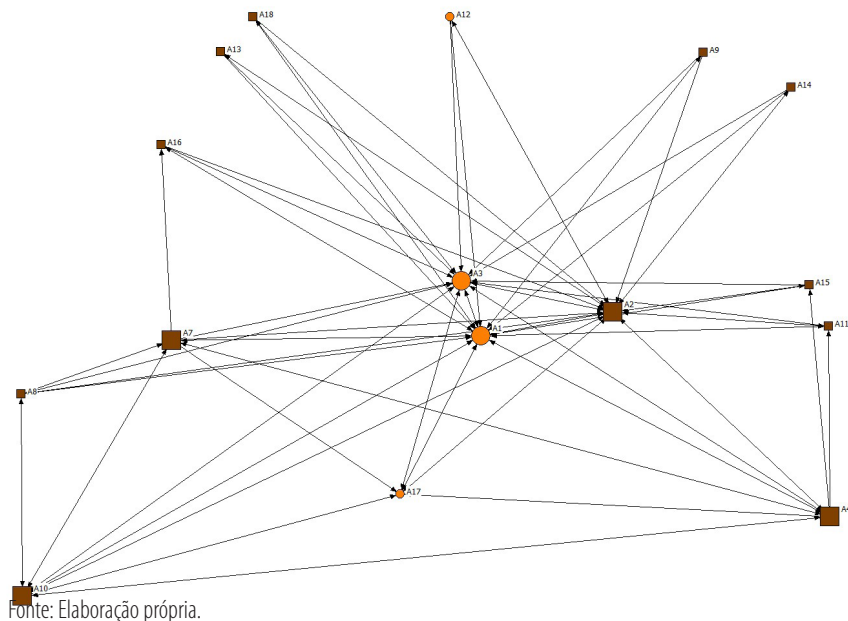
Fonte: Elaboração própria.

21 O roteiro de entrevista foi elaborado com 53 perguntas, distribuídas em seis categorias de análise (cf. Anexo). Em média, cada entrevista durou 90 minutos e foi gravada com autorização dos entrevistados.

22 Os adolescentes foram codificados para preservar suas identidades.

Dentre os adolescentes que foram citados no primeiro ciclo de entrevistas, quatro nomes foram apontados pelos três entrevistados (A4, A7, A10 e A17), indicativo de que estes são fortes elos da rede e que são capazes de apontar um caminho para abordar outros adolescentes participantes das conferências.

Gráfico 1 – Rede dos primeiros informantes



Para a escolha dos adolescentes a entrevistar, os critérios adotados foram: a) ser delegado em uma das duas conferências nacionais estudadas (a 9ª ou 10ª conferência); b) ter participado como convidado adolescente; e c) ter sido citado por pelo menos dois entrevistados do primeiro ciclo de entrevistas. Dos quatro adolescentes, três se enquadravam nos critérios adotados (A4, A7 e A10), sendo que um (A17), apesar de ter participado das duas conferências, não era mais adolescente à época e sua participação se deu na

equipe de apoio do CEDCA que acompanhou os adolescentes em Brasília-DF.

#### Quadro 8 – Perfil dos adolescentes informantes

	<b>Conferência na qual participou</b>	<b>Perfil do adolescente</b>
<b>Adolescente 4</b>	9ª Conferência	Adolescente integrante do G27 que participou da preparação e organização da conferência.
<b>Adolescente 7</b>	10ª Conferência	Adolescente delegado da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e delegado da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos <sup>23</sup> .
<b>Adolescente 10</b>	10ª Conferência	Adolescente integrante do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) do CONANDA, participou como convidado na 10ª conferência e na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos <sup>24</sup> .

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas com os adolescentes escolhidos foram realizadas de maneira remota, em decorrência da pandemia de covid-19 e porque os três moram fora da Capital (dois em cidades do litoral leste e um no sul do Estado). Assim como no primeiro ciclo de entrevistas, recorreremos à plataforma *Google Meet*. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas em um *software* de análise de conteúdo (*Hyper Research*). Os entrevistados também responderam um questionário elaborado especificamente para a identificação de perfil (sexo, raça/cor, orientação sexual, escolaridade, em quais conferências par-

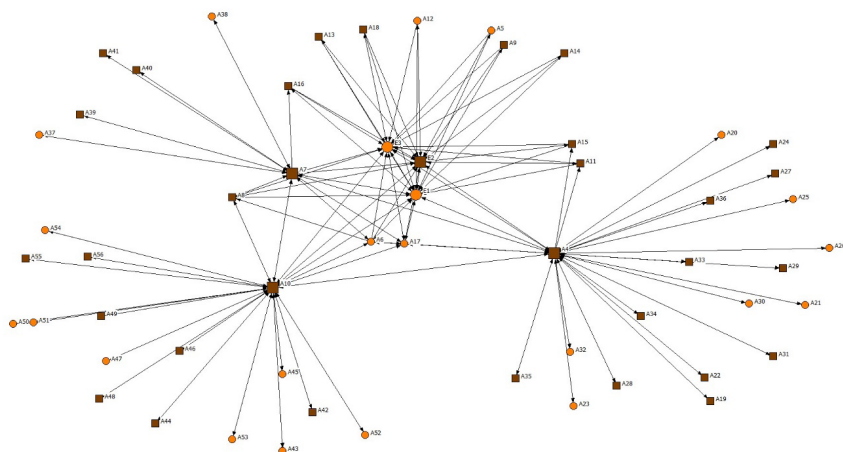
23 Em 2015, a Presidenta Dilma Rousseff convocou as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos. O objetivo era realizar, de maneira simultânea, as conferências nacionais de direitos específicos. Portanto, a X CNDCA foi realizada entre 24 e 27 de abril e a XI CNDCA uma semana depois. Assim, alguns adolescentes que participaram da X CNDCA foram eleitos delegados para a XI CNDCA, dentre eles o adolescente entrevistado.

24 Como participante do CPA do CONANDA, o adolescente não só representava o Estado do Ceará, mas também era uma representação nacional dos adolescentes.

tipou, se participa de algum grupo/associação de jovens e em quais áreas milita<sup>25</sup>).

Os entrevistados do segundo ciclo também apontaram adolescentes que participaram junto com eles nos processos das conferências (livres, municipais, regionais, estaduais e nacionais) e que ainda se mantêm em sua rede de relacionamento mais próxima (estudam juntos, comunicam-se de maneira constante, participam nos mesmos grupos, militam na mesma área etc.). Esse vínculo de proximidade é ilustrado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Rede de todos os informantes**



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os contatos dos entrevistados do primeiro ciclo com aqueles do segundo, verificamos que a rede possui 56 pessoas no total. Cada pessoa é representada na rede como um nó que se liga com outros agentes de maneira direta ou indireta. Ao isolar os agentes do primeiro ciclo de entrevistas, a rede mantém um expres-

25 Os resultados desse instrumental quantitativo serão mostrados quando os demais adolescentes forem entrevistados.

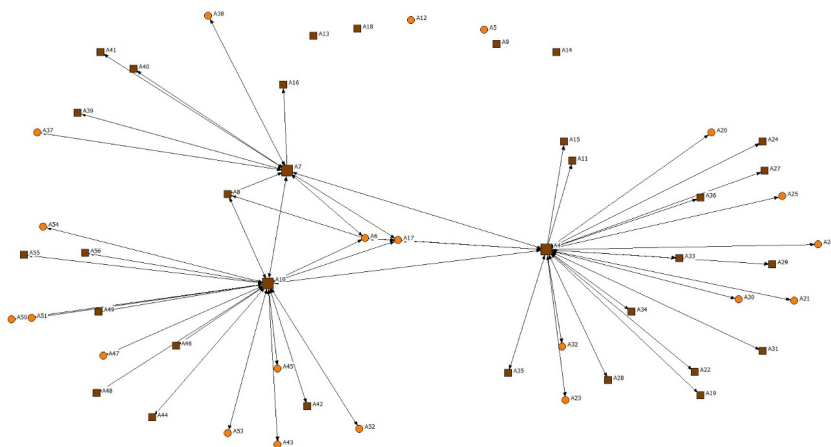
sivo número de nós, o que indica claramente a influência dos três agentes do segundo ciclo.

**Quadro 9 – Adolescentes indicados pelos informantes do segundo ciclo de entrevistas**

	<b>Quantidade de adolescentes</b>	<b>Adolescentes<sup>26</sup></b>
<b>Informante Adolescente 4</b>	22	A6; A7; A10; A17; A19; A20; A21; A22; A23; A24; A25; A26; A27; A28; A29; A30; A31; A32; A33; A34; A35; A36.
<b>Informante Adolescente 7</b>	10	A4; A6; A8; A10; A17; A37; A38; A39; A40; A41.
<b>Informante Adolescente 10</b>	20	A4; A6; A7; A8; A17; A42; A43; A44; A45; A46; A47; A48; A49; A50; A51; A52; A53; A54; A55; A56.

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 3 – Rede dos adolescentes entrevistados**



Fonte: Elaboração própria.

26 Os adolescentes marcados em azul representam os nomes indicados pelos 3 entrevistados do segundo ciclo.

O gráfico indica a necessidade de se aplicar o instrumental qualitativo a pelo menos mais três informantes (A6, A8 e A17) e o instrumental quantitativo aos demais. A intenção é saber de que maneira essa rede se conecta e como se dá a relação entre tais agentes.

## CAPÍTULO 5

# A participação dos adolescentes cearenses nas conferências

A garantia do direito à participação de crianças e adolescentes no Brasil ainda é um grande desafio. Apesar de prevista em textos constitucionais nacionais e internacionais, a participação desses agentes sociais ainda continua sendo tutelada e considerada como um direito subalterno frente aos direitos de primeira ordem, como saúde, educação e moradia. A dificuldade em compreender a participação desses sujeitos decorre da concepção clássica de cidadania que não inclui crianças e adolescentes como agentes políticos (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007).

O Estado do Ceará, contudo, desenvolve, à medida do tempo, várias experiências exitosas no âmbito da participação, em especial, na de crianças e adolescentes nos ciclos de conferências dos direitos.

*[...] A gente tinha uma coisa interessante nas conferências do Estado do Ceará que assim, o Conselho Estadual ele sempre esteve muito na vanguarda das propostas. Então, nesse momento dessas conferências estaduais, a gente teve oportunidade de discutir muito e debater muito sobre essa questão da participação mais direta dos adolescentes. De*

*incluir a escuta das crianças e dos adolescentes nas conferências. (INFORMANTE 1).*

*[...] Bom, como eu disse era uma discussão que o Conselho Estadual já vinha se travando sobre o componente participação. (...) O CPA [Comitê de Participação de Adolescentes], por exemplo, aqui no estado a gente começou a implantar pioneiramente também. Essa discussão ficava no teórico. Mas já havia em várias conferências a visão da importância de ouvir o sujeito e, ele (o adolescente) dentro da discussão estar colocando suas posições. Então, isso já vinha sendo discutido nas conferências. No Conselho Estadual se discutiu isso até um determinado momento que a gente resolveu efetivamente tencionar e fazer acontecer e trazer realmente os adolescentes para essa discussão. (INFORMANTE 2).*

*[...] A conferência ela é o ápice de toda política, porque ela é intersetorial e é interinstitucional e aí a gente vê a cada ano aprimorando isso mais. O Ceará, em 2005, teimou em levar para Brasília adolescentes à revelia do Conselho Nacional.*

*[...] a gente pedia aos municípios para convidar o conselho de direito, todos os conselhos setoriais e convidassem também os grêmios estudantis. Isso porque a gente já tinha essa preocupação deles participarem da elaboração da política. Então, eles convidavam os dos grêmios, aqueles meninos que estavam nas associações e organizações e aqueles que não estava em grêmio nenhum, mas que se destacavam no município.*

*[...] os meninos começaram a despontar nos municípios. Trouxemos eles para a regional. Deu certo. Ah, tudo bem,*



*agora vamos trazer esses meninos para a estadual. (...)Eles ficaram comigo lá na frente lá e fizeram a recepção. Ficavam nos grupos e se movimentavam. E eu disse: vamos levar para Brasília? A resposta que tive foi: “não, porque não tem espaço, não tem estrutura, não está previsto no regimento, eles não são nem convidados”. E aí a secretaria-executiva, a época, falou com o secretário, dizendo que a gente tinha de levar esses meninos e ele concordou. (INFORMANTE 3).*

*[...] Teve um componente muito importante nesse processo, que foi o fato de os adultos daquela época acreditarem no potencial dos adolescentes. Os adultos que faziam a gestão naquela época, e que fazem a gestão da criança e do adolescente no Ceará agora, acreditam muito no potencial dos adolescentes. (ADOLESCENTE 4).*

O entendimento da importância da participação provocou, no Ceará, a criação e fortalecimento de espaços participativos que fossem capazes de gerar debates e trazer o adolescente para o ambiente como protagonista. Quando perguntados sobre as suas primeiras experiências participativas, os adolescentes entrevistados destacam:

*[...] A minha primeira experiência de participação foi no projeto chamado “Com Saúde e Prevenção na Escola e Amor à Vida, Euzébio vive cada vez melhor”. Isso foi mais ou menos em 2009 quando eu estudava na escola municipal Neuza de Freitas Sá. Eu estava ali entrando na quinta, sexta série, aos 12, 13 anos de idade e lá o Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS - Ceará em parceria com a prefeitura desenvolveu esse projeto, dentro da estratégia de prevenção do PSE, o Programa Saúde na Escola, e a gente fazia a educação*

*entre pares. A gente tinha formação feita pelo Gapa para os adolescentes e a gente levava as informações da formação para sala de aula para os outros adolescentes. O intuito era sempre a educação entre pares. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] através do Nuca [Núcleo de Cidadania de Adolescentes]. Foi através das formações do NUCA que eu pude ter o entendimento. (...) Foi justamente nesse período do ensino médio, participando de grupo, de grêmio, do Nuca, de eventos e das próprias palestras do Dr. Antônio é que eu pude ter ciência que o trabalho infantil era uma violação de direitos. Então, quando iniciou eu ainda não tinha essa percepção. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Foi no projeto Nova Vida que é uma instituição não governamental aqui do Município do Crato que atua na Comunidade do Gesso. E eu nasci e me criei lá, então eu fui apadrinhado desde cedo e a minha participação era nos projetos do Nova Vida. E aí, depois dessa experiência eu acabei conhecendo pessoas do Conselho da Criança e do Adolescente. Isso por conta da participação que a entidade tinha no conselho municipal, então eu sempre fiquei muito curioso em saber como era que funcionava o conselho. Então, a minha lembrança de menino é essa, participando lá no Gesso e dos movimentos do projeto e daí, foi se desenvolvendo o resto. (ADOLESCENTE 10).*

As experiências nesses espaços possibilitaram um processo educativo e fizeram com que os adolescentes entrevistados compreendessem melhor temas ligados à sua condição.

*[...] Eu tinha percepção de que criança e adolescente não tinha voz, não tinha vez, nem tinha esse entendimento de diferença entre criança e adolescente. Tinha a visão do menor, né? Sempre entendi que quando eu ficasse de maior é que eu ia ter direito a voz e a participação e por aí vai. Depois que eu comecei a participar desses projetos sociais, eu comecei a entender o movimento de participação e direitos. Eu lembro que a primeira vez que eu fui numa reunião do conselho estadual, aliás, a primeira vez que eu fui para uma Conferência de Direito da Criança e do Adolescente eu fiquei surpreso de ter pessoas se importando e preocupadas com direito da criança e do adolescente. Eu achei aquilo ali encantador assim, me apaixonei de cara porque eu nunca imaginava antes dessa participação que houvesse pessoas pensando em direito para a criança e adolescente. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Eu sabia que eu era adolescente, que era uma fase e que eu tinha alguns direitos. Mas não sabia tanto quanto eu fui aprendendo no decorrer dessas conferências. Então, nas próprias conferências eu comecei a exercer esses direitos e aí eu pude ter uma visão melhor. Lógico, quando a gente começa, o pessoal dá logo o estatuto para gente, aquela coisa assim, mirabolante e eu, um menino de 12, 13 anos de idade com aquilo, eu não sabia nem o que era que estava escrito. (...) Mas, através das conferências, eu pude exercitar na prática e também eu pude aprender sobre diversos outros direitos que, particularmente, eu não tinha conhecimento. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Por conta da ONG, do Nova Vida, a gente sempre foi instigado a se entender enquanto participante na so-*

*cidade. (...) o Nova Vida é muito importante na minha vida, porque foi lá que tive as primeiras noções de direitos humanos, as primeiras ligações com a arte, com o direito a educação de qualidade, a alfabetização, a alimentação saudável. (...) a própria entidade já foi nos orientando em relação a tudo isso. Então assim, a minha ideia já era bem clara de que a criança e o adolescente eram seres humanos em uma situação peculiar que precisavam ter um mínimo de garantia de direitos, de educação, de saúde de qualidade e de lazer, inclusive. Então, isso sempre foi muito claro. (ADOLESCENTE 10).*

O percurso que o ciclo de conferências estabelece desde a etapa municipal ao evento nacional permite que, por mais ou menos um ano, a pauta da participação esteja em foco. Malgrado as diretrizes para as conferências locais venham de resoluções do CONANDA, cabe aos conselhos estaduais a elaboração de estratégias para as realizações das conferências livres, municipais, regionais e a estadual. No caso do Cedca Ceará, as estratégias para a inclusão dos adolescentes nos processos que antecedem aos ciclos das conferências são no intuito de fortalecer as conferências municipais.

*[...] O primeiro registro é a questão da participação. A gente ampliou em muito a participação das pessoas nos municípios. Havia uma ânsia, por exemplo, dos municípios participarem das regionais isso levou a que todos quisessem participar, que todos quisessem entrar na municipal. (INFORMANTE 1).*

*[...] a gente teve uma evolução do número de reuniões ampliadas e reuniões realmente conferências municipais, que*

*é um número maior e com um leque mais amplo de participação e onde a gente tem efetivamente a presença da sociedade civil. A partir de determinado momento, também dos adolescentes começaram a participar, tanto nas municipais, nas regionais, na estadual e culminando na nacional. (INFORMANTE 1).*

*[...] algumas pessoas acham que os conselhos municipais são meramente decorativos e não entendem a sua finalidade. Um grande desafio para nós (Cedca) foi fazer com que o conselho (municipal) sentisse a sua importância, batesse o pé no chão e dissesse: bom, eu vou organizar (as conferências) isso aqui, esse é o meu papel. Melhorou? Melhorou. Está bom? Não, mas a gente tem que começar de algum ponto. Hoje, eu vejo um cenário muito bom, entre aspas, e que poderia melhorar mais porque ainda têm pessoas que estão nos conselhos e que não sabem da importância que é. O grande desafio agora é exatamente o fortalecimento Plano Decenal. É fazer com que os conselhos peguem esse plano e se apropriem dele para que essa política seja fortalecida. E aí a gente começou a perceber que a gente já tinha falado lá atrás, a gente falou do pacto pela paz, a gente falou de várias temáticas, de violência e covardia com criança e adolescente, isso foi lá atrás, mas ainda continua atual. Então voltou-se essa temática na última conferência que era violência contra a criança e adolescente e fazer quais estratégias e tudo mais. Outra coisa foi a participação. Nós conseguimos a proeza de realizar conferências em todos os municípios do estado. Já está com três conferências que a gente consegue a universalização. (INFORMANTE 3).*

A mobilização dos adolescentes nos municípios é um elemento importante para o interesse deles nas etapas das conferências. Desse modo, a escola tem um papel fundamental, pois consegue atingir uma parte significativa dos adolescentes. Outro equipamento importante é representado pelas organizações sociais que desenvolvem trabalhos para esse público específico e que participam intensamente nas conferências. A primeira experiência de meninos e meninas nessas conferências é relatada pelos informantes como algo intrigante, que não entendíamos muito bem o que era, mas que iria possibilitar que eles falassem sobre assuntos de seus interesses. No decorrer do processo é que compreenderam a importância de estarem lá e de serem ouvidos.

*[...] na escola perguntava quem queria ser representante na conferência. Eram convidados os adolescentes desses projetos de intervenção de educação entre pares e esses meninos e meninas que eram de grêmio, que eram da rádio, que eram desses projetos da escola. (ADOLESCENTE 4).  
[...] E lá a gente ia entendendo como isso funcionava. Quando a gente é adolescente a gente não entendia muito bem a magnitude disso, a gente ia mesmo ali no “vamos, ser vai ser legal, vamos passear, vai ser um momento de sair da escola e ver, ver o mundo lá fora, conhecer gente nova” e enfim, ia nesse sentido. E aí depois, é que eu fui percebendo a importância dessa participação que inclusive moldou o profissional que eu sou. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] nós já tínhamos o Nuca reunido e aí o presidente do CMDCA [Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente] que era o Célio Rocha, falou: olha, vai ter aqui uma conferência, nessa conferência, vai ter a participação de adultos que atendem crianças e adolescentes,*

*mas também a gente quer que tenham crianças e adolescentes falando e discutindo. (...) E aí ficou para mim que ali iam ser debatidos pontos que podiam melhorar a vida de crianças e de adolescentes do meu município. Então, eu junto com outros colegas começamos a debater: olha, o que é que a gente quer? E aí assim, como ninguém sabia o que era ainda, o pessoal fez uma lista dizendo: olha, eu quero que melhore o transporte escolar, eu quero que melhore a merenda, eu quero que melhore não sei o quê e nós fomos com essas reivindicações e eu fui escolhido para fazer abertura em nome do Nuca. Então, o Prefeito estava lá, estava o secretário, estava o presidente não sei o quê, a própria Mônica (Sillan) também estava. Então, nos grupos de trabalho os meninos apontavam as necessidades, falaram o que é que eles estavam querendo. Por exemplo, tem um grupo específico sobre os saúde e eu lembro que teve uma colega que disse: olha, lá no hospital o pessoal não tá atendendo a gente muito bem. Foi muito bacana porque a gente estava ali conversando, construindo diretamente com quem atende, com quem de fato executa a política seja na saúde e na educação. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Chego na livre através do Nuca. (...) Eu me lembro muito bem das conferências livres, que era algo bem simples., Era mais uma discussão mesmo, ali entre os pares, dentro da escola mesmo, e aí teve toda uma equipe que trabalhou nesse sentido. Mas a primeira conferência foi uma livre, e aí como eu já estava bem envolvido fui para a Municipal. A conferência que eu achei com maior peso foi a municipal. Foi ali onde eu vi realmente que se tratava de algo importante para o município. (ADOLESCENTE 10).*

A fragilidade desse processo é justamente em não conseguir atingir, de maneira mais ampla, a participação de adolescentes em situações mais vulneráveis (os que estão fora da escola, em situação de rua, institucionalizados, em cumprimento de medidas socioeducativas, dentre outros). Nos dispositivos que orientam a convocação das representações nas conferências estão previstos tais participais, no entanto, na prática, isso nem sempre se efetiva. Para a participação, isso traz prejuízos, pois tais adolescentes, ao participarem, trazem elementos novos para a discussão.

Para os meninos e meninas que conseguem furar essa barreira, todavia, as rodadas de conferências no Estado são espaços importantes de escuta e para se compreender valores importantes de cidadania e democracia.

*[...] O balanço que eu faço é de que a gente, com esse processo de participação social de crianças e adolescentes nas conferências, você tem adolescentes debatendo sobre seus direitos, ainda que ele não entenda o significado do legislar, o significado do executar, o significado da esfera judicial, eles entendem pouco sobre seus direitos. Eles vivem na pele a adolescência. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] O balanço principal que eu posso tirar disso é que todas as adolescências precisam ser ouvidas porque são, como o próprio estatuto já prever: [são] fases peculiares de desenvolvimento do indivíduo, ela só vai acontecer naquele momento. Não vai acontecer outra adolescência para o mim. (...) Adolescência é uma fase da vida não somente cronológica, mas também uma fase da vida emocional, uma fase da vida hormonal, uma fase de experimento, de conhecer pessoas e fazer amizades que não se repete com a mesma intensidade e nenhum momento da vida. A adolescência é um momento único, curto e muito intenso. Então, as conferências aprovei-*



*tam esse momento curto, intenso e de tudo muito à flor da pele para envolver os adolescentes e fazer com que se sintam parte do processo. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, eu acho um processo muito interessante. De fato, a construção da Conferência é toda muito democrática, só que, acredito eu, as conferências ainda têm a carência de metodologia para criança. A Criança infelizmente não é ouvida nas conferências de direitos. As vagas que têm para crianças são muito poucas. Você vê, nas conferências de 2015, a Nacional, eram doze adolescentes e duas crianças. É um número muito desigual. Lá na conferência as crianças ficavam segregadas. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] É um processo muito bonito. Para mim era muito novo, mas era uma coisa que a gente ia aprendendo. A cada conferência a gente ia aprendendo mais. Então, por exemplo, quando a gente via o processo de escolha acontecendo. Isso é o mais interessante da conferência, os pares escolherem os pares. O adolescente vota em adolescente e criança em criança. E isso era fantástico para mim. O balanço que eu faço é de que esse é um processo muito gostoso. É um processo que eu acho que, em momento algum, deveria se perder. Para mim, foi uma experiência incrível. (ADOLESCENTE 10).*

Os entrevistados destacaram que um dos elementos que permitiu o engajamento mais efetivo dos adolescentes nos ciclos de conferências esteve em algumas decisões do Cedca para melhorar o acesso de meninos e meninas, assim como o entendimento de que conteúdos debatidos nos eventos não eram de fácil compreensão.

Segundo eles, os termos técnicos trazidos nos conteúdos, em adição à fala predominante dos adultos como detentores desse conhecimento técnico sobre as temáticas abordadas, eram inibidores da participação dos adolescentes.

*[...] o debate que a gente fez na época, e que foi muito doloroso para todo mundo que compunha o sistema de garantia do estado, foi a questão linguagem e das siglas (dos documentos das conferências). A gente usava muito as siglas. A gente começou a se policiar muito para não utilizar umas terminologias que eram muito complicadas para os meninos, como por exemplo, se falava: “olha, nós estamos aqui para deliberar a política pública”. Só que para os meninos esse verbo é muito difícil. O que é que é deliberar? (INFORMANTE 1).*

*[...] Ao longo do processo, também, se procurou aprimorar a possibilidade de participação efetiva com a discussão montada a partir de documentos feitos pelos adultos (material enviado pelo CONANDA). Então a gente teve a montagem, por exemplo, das conferências lúdicas, que já foi uma forma de trazer a linguagem mais próxima para o adolescente. (INFORMANTE 2).*

*[...] a gente procurou fazer uma, como eu diria, uma tradução mais próxima da linguagem para que eles percebessem o que estava se querendo fazer, porque era importante que a leitura fosse acessível, de que o processo de participação não era só a possibilidade de uma viagem a Fortaleza ou a Brasília, mas era a possibilidade de estar, enquanto sujeito, discutindo a política da criança e do adolescente em diversos níveis. Inicialmente localmente, é claro no município,*

*mas com a possibilidade da regional, da estadual e nacionalmente. Sempre trazendo a fala dos adolescentes. E como eu disse, originalmente o documento era pensado pelos adultos e depois com a construção das conferências lúdicas os documentos que foram construídos incorporando o grupo de adolescentes no G27 e no G38. (INFORMANTE 2).*

*[...] além do material da conferência estadual a gente preparar também um material específico com as deliberações. Todas aquelas deliberações que foram aprovadas na estadual são entregues para os delegados que tenham e mão nas discussões da nacional. (INFORMANTE 3).*

Segundo os entrevistados, os materiais desenvolvidos para serem usados nas conferências tiveram a colaboração direta dos adolescentes, o que possibilitou um envolvimento direto deles nas fases preparatórias. Para eles, a tradução do material para uma linguagem mais próxima à linguagem dos adolescentes foi um desafio, mas que possibilitou aproximar aqueles que não se sentiam à vontade nos espaços participativos.

*[...] Na Conferência de 2012 a gente fez meio que uma tradução. Tinha na conferência de 2012 um grupo chamado é do Educomunicadores que era adolescentes que faziam toda a parte de comunicação da Conferência (...) e aí a gente, junto com eles, fez meio que um jornal. Fizemos os programas de entrevistas na própria conferência que ajudavam os outros adolescentes. O nosso intuito era que os outros adolescentes entendessem de fato o que estava sendo debatido ali. Como esses adolescentes Educomunicadores já eram mais “experientes” entre aspas no meio da participação social a gente acabou traduzindo isso para os outros*

*adolescentes. Escrever material, a gente só veio, eu só vim fazer isso no processo de conferência de 2016 que aí eu já era adulto, já era Conselheiro Estadual e aí eu fiz materiais escritos para os adolescentes, aliás, para as conferências de um modo geral. Nosso objetivo era simplificar a linguagem dos documentos oficiais para que tanto os adolescentes como todo mundo entendessem o que de fato estava sendo debatido ali. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Sim, inclusive, nas próprias oficinas. Conferência livre como ela já diz é Livre e a gente optou por fazer oficinas com os adolescentes voltadas a direitos. Então, a gente pegou alguns direitos previsto no ECA e depois fez oficinas bem lúdicas. A participação não foi só da construção dos materiais, mas também nas próprias oficinas e foi uma participação muito efetiva. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Quem estava no conselho, os membros consultivos, que era dividido por região. Então, os adolescentes que estavam no conselho como membros consultivos participavam da elaboração desses documentos. Esse material ia ser encaminhados para municipal, para regional e por conseguinte, para a estadual. (ADOLESCENTE 10).*

Para os entrevistados, foi essa experiência, adquirida em cada etapa, que possibilitou serem indicados por seus pares e escolhidos nas plenárias para delegados nas Conferências Nacionais.

*[...] eu participei do processo de conferência de 2007 muito menininho ainda, sem entender muita coisa, em 2009, eu participei de um novo ciclo onde eu já entendia mais alguma coisa. É como se eu tivesse participado em 2007 e*

*disse assim: que legal. Já em 2009, eu disse: opa, aqui tem espaço para mim. E aí, em 2012, eu já estava empoderado, eu já estava participando, eu já estava entendendo o que significava aquilo. Então, em 2012, eu já era adolescente da comissão organizadora municipal, eu já entendia como funcionava, eu já organizava adolescentes. E por isso fui escolhido como suplente. (...) depois aconteceu alguma coisa que o adolescente que tinha sido eleito. Ele não pôde mais participar das reuniões e eu assumi a vaga. Fui para quatro ou cinco reuniões em Brasília com os adolescentes do Brasil todo para tratar sobre a Conferência Nacional e a palestra magna com a presença de todos os estados. (ADOLESCENTE 4.)*

*[...] Para a Nacional eu fui convidado pelo próprio CONANDA e pelos comitês de adolescentes, mas dentro da Conferência Livre até a Conferência Estadual eu segui todo o processo de comunicação, de participação e de eleição. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] A estadual que participei foi uma conferência muito quente. Na época, a gente estava com todo movimento político Nacional muito fervoroso. Nessa estadual tiveram quase 100% dos municípios do Ceará participando. Foi muito, muito adolescente mesmo. Foi uma conferência assim, grandiosa. Eu me lembro que eu tive até uma participação numa das mesas, e teve um dia que eu também participei da cerimônia, enquanto mediador, e quase que não saía delegado, porque eu pensava que não precisava participar do processo, porque eu era membro consultivo do CEDCA, mas no dia a galera do Crato falou: “não (nome do adoles-*

cente) tu tem, tu tem que colocar lá teu nome para participar porque a gente quer tirar tu daqui da estadual para ir para nacional”. E aí eu fui e aceitei. Eu disse: “tá bom, então se é para representar o estado, bora lá”. E foi assim né, como quem não quer nada, porque o processo no estado já estava tão bom, tão satisfatório que, ah, o que viesse, era lucro. [...] E foi uma surpresa porque, eu fui um dos delegados mais votados e aquilo ali foi incrível. O processo de escolha é muito bom, é muito político nesse sentido de... Esse processo de escolha é como se realmente os adolescentes estivessem dizendo assim: “ó, vai lá por nós, vai lá porque a gente precisa de uma pessoa que nos represente”. Era sempre isso, sabe, e todos eram, “vai lá e nos representa”. Então, foi um processo bem bonito, eu fico até emocionado quando eu me lembro, porque é muito bonito. (ADOLESCENTE 10).

Um ponto importante para destacar é o fato de o Cedca Ceará realizar reuniões de nivelamento no intuito de que os delegados adolescentes exercessem de fato essa função na Conferência e que fossem protagonistas nos debates.

[...] A gente tinha essas conversas de reunião e pós-reunião. (...) A gente era bem desenrolado, bem para frente, a gente era bem para frentex. Eu lembro que a gente usava esse termo para frentex. E a gente meio que desenrolava e não tinha muito o “vamos sentar aqui, você vai agir assim, assim, assado”. Não existia isso. A gente era muito livre, muito livre para decidir, para falar, para tudo. (ADOLESCENTE 4).

[...] Nós chegávamos no Conselho Estadual dois dias antes está conferência e passávamos por todo um processo que

*eles chamavam de Reunião de Nivelamento. Então era explicada as conferências, as diretrizes, as regras e o que é que ia ser debatido lá. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] isso foi importante, inclusive, para integração dos próprios delegados, então... Inclusive, a gente dormiu no próprio CEDCA. E aí teve a reunião de preparação, passando as orientações que vinham do CONANDA. A própria orientação de como andar na cidade, de não tomar banho no lago sozinho, essas coisas assim. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] eu me lembro que a gente se reuniu uma semana antes. Quando a gente saiu da estadual como delegados teve um momento de alinhamento geral em Fortaleza. Nessa reunião, foram dadas as orientações da conferência nacional e o que precisava de documentação. Essa questão de documentos era terrível. Era muita burocracia, porque a gente tinha que viajar de avião. (ADOLESCENTE 10).*

O significado de todo o processo, desde a primeira participação na conferência livre, passando por todo o ciclo até chegar à Nacional, pode ser apreendido na fala dos adolescentes entrevistados ao narrarem suas primeiras impressões quando chegaram em Brasília.

*[...] A primeira coisa aqui vem é o medo, porque é um auditório gigante e com pessoas completamente diferentes. Depois do medo, veio o encantamento pelos mesmos motivos. Primeiro eu tenho medo, primeiro eu tive medo de todo aquele tamanho, depois eu fiquei encantado com todo aquele tamanho e o fato de poder conhecer outras culturas, conhecer o país de forma diferente. Uma coisa é você ouvir falar de São Paulo outra coisa é você ouvir um adolescente paulista falando sobre a realidade dele. Então, ao tempo em*

*que eu me vi com medo, eu me vi encantado e vi um país representado. A gente tinha indígenas com cocar, a gente tinha paraenses com açaí, a gente tinha nordestinos com chapéu de couro, sabe, então, a gente era muito bem representado, principalmente, pelos adolescentes. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Foi a meu ver muito mágico, realmente foi muito mágico porque tinha ali uma pluralidade de adolescentes, tinha adolescentes da população cigana, da população quilombola, população indígena, todo mundo ali junto numa sala para debater essas políticas públicas, debater nesses espaços. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Quando eu cheguei em Brasília, eu me emocionei bastante, porque era uma missão. A nossa delegação foi com propósito muito grande de passar a mensagem do Ceará. Então, a gente levou a bandeira do Ceará. Chegamos lá com a vaia cearense, “ieei” e o povo já conhecia, “o Ceará, é o Ceará”. E a gente levou um pouco realmente da nossa cultura para Brasília. Isso foi massa demais, porque foi realmente um intercâmbio, para além da construção da política pública, as conferências são um intercâmbio muito interessante. (ADOLESCENTE 10).*

## **5. 1 O Empoderamento dos adolescentes perante os desafios da participação**

Como afirmado anteriormente, a participação de crianças e adolescentes enfrenta diversos impedimentos, muitos deles em razão das correlações de poder existentes em espaços de divergência. Em se tratando de um espaço ainda muito adulto, como os das conferên-



cias, esse relacionamento hierárquico (adulto / adolescente) ainda é muito forte. Dessa maneira, foi imprescindível suscitar pontos referentes ao empoderamento dos adolescentes cearenses. O intuito foi compreender: a percepção da distribuição de poder no interior da Conferência; a confiança na possibilidade de participarem nas instâncias de poder existentes na Conferência; a conquista de poder para si ou para outrem; a atribuição ou conquista de domínio sobre determinada situação ou alguma condição específica; e a força dessa participação.

Quando indagados sobre se as crianças e adolescentes detinham algum poder nas conferências, todos afirmaram que o poder vinha da mobilização entre seus pares e do movimento intenso de articulação e pressão junto aos delegados adultos.

*[...] A gente tinha poder de mobilização, a gente tinha poder de voz, a gente tinha poder de participação e, entre nós mesmos a gente era muito articulado. A gente conseguia, durante a conferência, fazer reuniões entre os adolescentes para gente fazer pressões sobre propostas que a gente queria defender. A gente realmente chamava a atenção pela organização própria dos adolescentes. Tanto é, que a experiência do G27 foi ampliada para o G38. Na conferência seguinte o CONANDA ampliou o número de adolescentes passando de 27 para 38. Foi para mim, uma resposta clara de que deu certo e de que podemos incluir mais pessoas nas conferências. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, a meu ver, sim, sim, porque, de fato, tinham os conselheiros, principalmente do CONANDA, que levavam a participação como uma coisa muito séria e respeitavam muito a voz das crianças e adolescentes. Teve mesa específica de adolescentes, mas é como eu disse, as crianças não*

*ocuparam muitos espaços, os adolescentes ocuparam mais, mesmo assim, teve de fato uma participação boa. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Nós estávamos discutindo entre nós e na conferência e a participação era total. Total mesmo, de crianças e adolescentes. Então, a gente tinha realmente poder de voz, de voto, isso era muitíssimo interessante. Quando eu passei para a conferência de direitos humanos, que foi logo depois, eu já senti um choque, porque aí já era um grupo de adolescentes dentro de um universo maior de adultos. Eu senti um choque, eu me assustei. Nos participamos muito pouco. (ADOLESCENTE 10).*

Mesmo com toda essa articulação, os entrevistados entendem que os adultos ainda não estão preparados para a partilha desse poder. Muitas das ações implantadas pelos adolescentes nas conferências foram objeto de resistências ou desvalorizadas pelos adultos.

*[...] Eu acho que os adultos continuavam com o maior poder. Os adolescentes eles tinham um papel importante na conferência. A gente tinha o poder de voz. Falávamos: “ei estamos aqui e temos voz, somos gente também, entendemos do que estamos falando, não tanto quanto vocês, mas a gente vive a adolescência e vocês já viveram a adolescência de vocês. Você tem 60 anos o que é que você está falando de adolescentes agora? Tem que ouvir o adolescente de agora”. Então a gente tinha esse poder de voz, mas o poder de decisão ainda não era nosso. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Normalmente, os adultos ainda são mais fortes do que a voz dos adolescentes nesses processos. Começa até mesmo pela não equiparação do número de representantes ado-*

*lescentes. Tinha 10%, 20%, 30%, nunc.a 50%. Então, eles acabam perdendo voz nisso. Não é nem sequer paritário o número de adolescentes para o número de adultos. (INFORMANTE 1).*

*[...] O poder era concedido. Eu acho que a partir da 10ª, talvez, eles passaram a ter um pouquinho mais de poder, mas sempre concedido. Até por conta do número de delegados é bem menor, né? Não havia paridade, o adolescente representava 30%, era mais ou menos isso. (INFORMANTE 2).*

Para superar tais resistências, os adolescentes montavam estratégias, se articulavam, fechavam questões em blocos e se organizavam em grupos. Essas estratégias possibilitaram que suas ideias fossem ouvidas, debatidas e votadas.

*[...] A primeira grande decisão que eles tomaram, que foi relevante e que a gente como adulto nunca tinha pensado, foi a questão do próprio espaço que eles estavam. Porque assim, a gente organizava por delegações e aí ficava cada delegação no seu canto. Teve um momento que eles foram todos para frente, tipo assim, se a gente ficar misturado com os adultos não vão nos escutar. Então eles ficaram todos concentrados na frente. Na hora da homologação eles ficaram de pé lá mesmo na frente dizendo: isso não, não sei o quê, não sei o quê. Até essa questão espacial mesmo, da forma como a gente organiza, eles repensaram. (INFORMANTE 1).*

*[...] Sim, em vários momentos. Principalmente, quando a gente tinha cerceado o direito à voz. Quanto um adul-*

*to tentava interromper um adolescente, os adolescentes já estavam no automático de se mobilizavam com vários, pedido de silêncio, com levantar e fazer barulho mesmo para garantir que o adolescente falasse e, quando se tratava de propostas que a gente não entendia, a gente se mobilizava e pedia para explicar. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Foi quando os adolescentes ocuparam as plenárias, inclusive eu estava lá, todo mundo subiu no palco grande do centro de convenções porque os adolescentes estavam sendo assediados por conselheiros. (...) Assediados sexualmente. Isso com as meninas. Eu lembro que uma amiga do Rio Grande do Sul e filha de uma conselheira do CONANDA, inclusive, ela subiu lá no palco e parou a plenária para dizer que tinha conselheiro de direito e segurança passando a mão e olhando de um jeito estranho. Falamos também de outras situações que ocorriam fora do espaço físico da conferência, mais precisamente dos alojamentos que eram, por exemplo, o adulto dando bebida para adolescentes. Então os adolescentes ocuparam e disseram: olha, está acontecendo isso dentro de uma conferência nacional, isso é inadmissível, isso é violação de direitos e a gente exige que a coordenação do evento tome um posicionamento. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Sim, sim. Eu me lembro muito bem que algumas pautas que eram comuns, aos estados nordestinos também eram comuns aos do Norte. E eram pautas que eram indiferentes da galera do Sul. Como, por exemplo, Nuca e Juva [Juventude Unida pela Vida da Amazônia]. Eles (os estados do Sul) não tinham noção do que era Nuca e Juva, entendeu? E de como isso é importante para participação de crianças*

*e adolescentes. Então, essa pauta que não entrou no plano decenal. A pauta de efetivação dos Nucas e dos Juvas não entrou no Plano, porque o Juva era da Amazônia, da galera lá de cima, do Norte. A gente lançou a proposta e as outras regiões não acataram. (ADOLESCENTE 10).*

*[...] Brigando, no grito. Tendo que impor e dizer: “olha eu estou aqui, não pode passar por cima disso”. Em nível estadual até que não foi tão complicado não. Até que a gente conseguiu dá conta do recado, isso porque os conselheiros (estaduais) estavam preparados para a crise do adulto centrismo, que a gente já sabia que ia acontecer, mas em nível nacional a gente não tinha controle. Foi só eles (os adolescentes) mesmos. Eles ficavam indignados assim: “por que que a gente não vai ser escutado nisso? (INFORMANTE 1).*

O resultado dessas articulações teve impacto direto na própria estrutura da Conferência, chegando em alguns momentos a mudar a pauta do Encontro.

*[...] a primeira coisa que mudou foi o entendimento de criança e adolescente e, principalmente, adolescente sabe debater sobre o seu direito. A primeira coisa foi fazer entender que Criança e adolescente têm que ter voz não dá para deixar os meninos sem participar. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Nos grupos de trabalho os adolescentes tinham prioridade de serem ouvidos, inclusive passaram a ter prioridade no debate. Então, foi pactuado que enquanto houvesse adolescente querendo falar os adultos e iam se abster da discussão e posteriormente falar em respeito a prioridade absoluta. (ADOLESCENTE 7).*

[...] *Eles mudaram tudo. O G27 foi o que inaugurou uma mudança toda de mentalidade das conferências. Eles mudaram absolutamente tudo do formato de conferência que a gente imaginava, eles fizeram uma mudança radical em tudo, entende? (INFORMANTE 1).*

[...] *Teve uma mesa completamente informal. Eles tiraram o birô de cima do palco e colocaram poltronas e o nosso representante do G27, daqui do Ceará fez um bate-volta com o dr. Wanderlino. Foram feitas questões trazidas dos próprios adolescentes para o dr. Wanderlino, como especialista, responder. Teve essa mesa nesse formato. Foi muito interessante. Foi o primeiro momento que a gente teve específico só com adolescentes. A partir de então, eles disseram que todas as mesas das conferências teriam que ter adolescentes e eles teriam que ter o direito de fala, entendeu? Antes disso, ninguém falava sobre isso, não se tocava nesse assunto. (INFORMANTE 1).*

[...] *Ah, tinha as monções. As monções eram bem interessantes, porque acabou que coincidiu, inclusive, de a gente ter que fazer uma monção de repúdio, porque coincidiu o período de, da conferência quando a gente estava lá, explodiu a greve aqui do estado, a greve da polícia militar. E eu me lembro que teve uma pauta que foi, a nível de Estado. (ADOLESCENTE 10).*

[...] *Em 2009, a Raissa que já era delegada, começou a perceber uma divisão da galera jovem do Sul, aquela história da xenofobia. Ela imediatamente perguntou para Mônica o que fazer e a Mônica disse: faça um movimento. E ela conseguiu fazer um movimento grande. O Ceará puxou a*

*monção a nível de norte-nordeste. Está nos anais da conferência. (INFORMANTE 3).*

Outro resultado importante da articulação e mobilização esteve nas suas contribuições na estrutura das conferências de que participaram e, por consequência, deixaram como referência para as próximas. Quando perguntados sobre tais contribuições, os entrevistados salientaram:

*[...] Acho que a linguagem, a linguagem da conferência de lá para cá vem mudando, vem sendo uma linguagem mais inclusiva. A abertura de portas para outros adolescentes não ficou ali, continua para as outras conferências. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, eu acredito que foi levar as reais necessidades dos adolescentes e defender as propostas feitas nos estados. Eu lembro que eu era assim um dos mais animados, eu fiquei rouco naquela conferência porque eu sabia muito bem quais tinham sido as propostas eleitas pelo nosso estado e a gente tinha lá, um grupo de 12 e a gente dizia: olha, vamos defender essas propostas aqui para entrarem no Plano Nacional porque são as propostas do nosso estado. Então através da argumentação e conversei os outros adolescentes e as outras delegações que a proposta tinha sim que entrar no plano. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Foi muito discutido, na época, essa questão do direito a participação, nos conselhos, principalmente. (...) A gente saiu de Brasília querendo que os adolescentes tivessem voto, inclusive, nos conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente. Foi uma pauta muito defendida, muito defendida mesmo. (ADOLESCENTE 10).*

[...] *Eu acho que foi realmente amadurecer as pautas. Eles trouxeram uma maturidade, assim, a maturidade que eu falo não técnica, porque eles são meninos e meninas, mas eles trouxeram, tipo, o pé no chão que era meio distante. Eu acho que a gente pensava muito em ações estratégicas, pensava em muitas soluções que eram distantes da realidade deles. Eles trouxeram essa coisa de botar o pé no chão e dizer: “não, a minha realidade é diferente”. Os meninos, por exemplo, das comunidades tradicionais indígenas trouxeram isso com muita força: “não tem o um Brasil só, vocês não podem falar como se tudo fosse igual. Para chegar num lugar tal eu viajo três dias de barco, então, isso aí que vocês estão pensando não vai dar certo, entende? Isso aí não vai funcionar. Vocês estão falando como se tivesse lá no Sudeste do país que tem Internet voada, a gente não tem, a nossa é de escada”, entendeu? Eles trouxeram tudo, tipo, pá! Vamos botar o pé no chão? Nós estamos num país que é plural. Essa pluralidade, essa diversidade ela veio com muita força. (INFORMANTE 1).*

[...] *E eu acho que a participação deles nas conferências, nas deliberações fazem a diferença e apontam caminhos. É uma grande conquista que estejam dizendo lá o que é que querem e que não querem. Essas pautas reverberam nos PPAs e nos orçamentos públicos. É uma grande contribuição. (INFORMANTE 3).*

O legado desse processo foi além do ambiente das conferências, pois fomentou amizades e criou grupos de interesse. Segundo os entrevistados, foram estabelecidas amizades duradouras.



[...] *Sem dúvidas, sem dúvidas. Eu sou amigo dos meninos tanto de fora do Ceará quanto dos daqui do Ceará. A gente mantém contato até hoje assim com alguns adolescentes: a Raíssa Estela a gente manteve contato até ela ser mãe, que ela foi mãe já tem uns dois anos e um pouquinho, um ano e um pouquinho ou dois anos e a vida adulta nos afastou, né, o trabalho nos afastou. Mas os adolescentes aqui do município são meus amigos de dormirem na minha casa ainda hoje. Eu inclusive o Thiago pouco antes da gente, de eu lhe atender, o Thiago estava aqui comigo no telefone, a gente já fez trabalho juntos, já, enfim. O pessoal do G27, isso a gente está falando de oito anos atrás, ou nove anos atrás, o pessoal do G27, a gente tem um grupo de WhatsApp até hoje. A gente se segue no Instagram.* (ADOLESCENTE 4).

[...] *Sim. Sim, eu inclusive eu sou a prova disso. Ave Maria, eu tenho vários amigos frutos daquela conferência, inclusive, gente que eu não conversei na conferência, mas que eu vim conversar pós conferência e assim, hoje, nós somos superamigos. Eu tenho colegas que já é advogado, eu tenho um colega que é do comitê contra o trabalho infantil.* (ADOLESCENTE 7).

[...] *Ah, foi ótima. Eu tenho uma lembrança muito, muito interessante. Para você ver como esse processo é rico. Eu tenho duas lembranças muito interessantes que eu trago até hoje. Eu fiquei no quarto com um adolescente do Rio Grande do Sul, o Lucas Gabriel que me deu de presente uma blusa linda da congregação dele. A outra lembrança eu ganhei do Jean Willis. Ele me deu essa bandeira do movimento LGBT que eu até hoje tenho.* (ADOLESCENTE 10).

[...] *Constituíram, com certeza. E teceram muitas redes em nível nacional. Acho que durante muito tempo eles ficaram em contato. Isso acontece até hoje, porque, o Felipe Caetano quando fez a caravana contra o trabalho infantil rodou vários estados e fez, exatamente, por conta disso dessas amizades, desses grupos que já vinham se alimentando a partir das conferências.* (INFORMANTE 1).

[...] *Com certeza. Tem um menino da Paraíba que ele hoje é poeta, até hoje ele tem uma boa relação com a Raissa. A do Paraná é outra que ainda hoje mantém a rede de contato. E outros meninos que mantiveram a rede e de vez em quando falam uns com os outros. Eles mesmo aqui criaram uma rede.* (INFORMANTE 3).

## **5. 2 O protagonismo dos adolescentes nas discussões das conferências**

Os elementos de análise do protagonismo propostos nestes estudo foram incluídos no sentido de compreender de que maneira o adolescente se manifestou como redutor e multiplicador de uma prática coletiva; participou de alguma atividade em determinado momento da conferência; de ter sido figura central na defesa de uma tese em prol das crianças e dos adolescentes; de ter sido considerado em determinado momento lutador ou competidor em prol das crianças e dos adolescentes; ter, na qualidade de pessoa ou grupo, descoberto o poder de realizar, por si, mudanças de sua realidade.

Os relatos revelam que os delegados adolescentes foram bastante atuantes nas conferências nacionais. Envolveram-se nos debates, organizaram espaços de discussão, reivindicaram o direito à fala e se mobilizaram para terem garantida a sua participação. Conclui-se, no entanto, que esse protagonismo decorreu, em gran-

de parte, das experiências que tiveram nas outras fases do ciclo das conferências (livres, municipais, regionais e estadual).

*[...] Eu fui delegado, fui delegado como adolescente no processo de conferência de 2012. No processo de conferência de 2012 tivemos as conferências livres, as municipais, a estaduais e a nacional. Eu era tanto delegado como era comissão organizadora. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Na Nacional eu fui o adolescente representantes do Ceará no G27. O G27 que era um grupo de 27 adolescentes que representavam os 26 estados e o Distrito Federal, e eu era o adolescente que representava o Ceará. Nessa conferência eu também fui palestrante magno junto com os outros dois adolescentes. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Eu me lembro muito bem que eu discutia muito nos grupos (...) eu queria entender o que era que os outros estados estavam pensando. Então, eu fui para aprender mesmo, eu fui para ouvir, ouvir bastante e eu ouvi muita coisa, muita coisa boa. Ouvi falar de sonhos, do que os adolescentes estavam pensando para o país e falei, em alguns momentos, da nossa realidade, enquanto interior do Estado, da importância de a gente garantir, que os meninos que participam na capital tenham essa ligação com os meninos que participam no interior e que nos processos de conferências fosse priorizado, a questão da participação dos adolescentes do interior do Estado, porque é de lá que vem a demanda maior, né, é da gente que vem a questão de algumas fragilidades que, às vezes, não são sentidas tão fortemente como na época, né, para mim, a nível de capital, né, porque é outra realidade as dificuldades eram diversas. Então, eu fui falar muito dessa questão, da participação do*

*adolescente do interior do Estado, e então eu defendi muito isso: Qual é a importância da gente tá trazendo esses adolescentes do interior, dos interiores para discussão a nível nacional. (ADOLESCENTE 10).*

*[...] Olha, eu não esqueço de um caso, que aconteceu na última regional que a gente fez da 9ª conferência, de uma pauta que foi trazida a partir de uma discussão que estava nos temas da conferência e que a partir da discussão da regional levou-se a trabalhar mais fortemente a questão do suicídio, A violência sexual e era o tema e que por trás havia uma série de tensões que levaram a essa pauta do trabalho do suicídio. Ela entrou pelo menos para o estado, eu acho que a gente levou para nacional e depois virou uma diretriz nacional. Tudo a partir dessa discussão da 9ª conferência regional. (INFORMANTE 2).*

Esse posicionamento também se refletiu na atuação da delegação cearense na proposição e defesa de temas que foram discutidos em todo o ciclo de conferências. Segundo os entrevistados, todas as estratégias e ideias propostas eram feitas coletivamente.

*[...] Não, não, não. Ninguém teve nada próprio, ninguém teve nada próprio. Todas as propostas que foram levadas à plenária foram construções coletivas (...) inclusive, a proposta de ter um talk show apresentado por Makciel, Lucimar e pela Talita foi decidido pelos adolescentes. Não fui eu que disse quem vai apresentar é sou eu. Não foi assim. Foram os adolescentes que disseram: você é alguém legal para ir, o Lucimar é alguém legal para ir, a Talita é alguém legal para ir. Vocês que vão. Nós nos sentimos representados por vocês. Quando a gente ia receber os adolescentes,*

*íamos receber batendo palmas, abraçando todo mundo. Todo mundo ia junto não tinha nada de decisão individual. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Eu subi a plenária para defender uma proposta. (...) A proposta foi justamente essa da participação, da inclusão, porque assim, o CONANDA tem uma resolução de 2013 sobre participação, é a 157. E aí a gente estava justamente defendendo que o CONANDA criasse uma resolução própria de participação no CONANDA que não tinha. Então, nessa proposta a gente queria que fosse para os Estados também. A gente foi defender justamente isso, inclusive o eixo três do Plano Nacional. E aí eu subi na plenária em defesa disso, acabou sendo aprovado, os Nucas não foram aprovados, mas a de participação foi. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Principalmente a gente foi muito fiel aquilo que a gente trouxe da conferência estadual. Tipo, a gente tinha um plano de propostas e a gente se dividiu nos grupos e cada um defendeu em bloco essas propostas. Então foi muita proposta do Ceará para a nacional e para o plano nacional. Eu diria assim que quase todas as nossas propostas, que a gente levou a nível de estado foram aprovadas a nível nacional. (ADOLESCENTE 10).*

Segundo o *Adolescente 4*, era comum que ideias apresentadas por outros adolescentes fossem acolhidas e defendidas pelos demais.

*[...] Sempre, sempre, sempre. Sempre que qualquer ideia apresentada. Não era minha, mas era algo aqui me representava, com certeza. (...) O próprio modelo de apresentação da conferência como talk show foi algo*

que partiu do Jean, eu acho, não partiu de mim e eu fui e encarei do jeito que a gente combinou que fosse. A ideia de proposta da conferência livre, eu não tinha esse conceito de ter um momento só de adolescentes, mas quando os adolescentes apresentaram, eu falei “caraca, isso aí tem que ter” que foi uma proposta real, de eixo, sabe, do Eixo 3 que era do eixo de participação de crianças e adolescentes. (ADOLESCENTE 4).

Na opinião dos entrevistados, algumas das propostas defendidas pelos delegados adolescentes nas conferências se efetivaram e estão contribuindo para a Política da Infância do Estado do Ceará, principalmente as que dizem respeito ao ampliado da participação de crianças e adolescentes.

*[...] Sim, a participação aí através das conferências livres. (...) a gente falava muito nas conferências sobre o direito a voz. Eu percebo hoje que os adolescentes têm muitos projetos voltados para participação de adolescentes. Então assim, eu não consigo, eu não consigo lembrar é claro de uma proposta específica, mas eu lembro muito da luta por direito a voz e essa luta por direito a voz ter sido ouvida na prática hoje. Como política de governo mesmo. (...) hoje de manhã eu estava numa reunião de mobilização da Unicef, da comissão organizadora, falando sobre o que eu quero para os adolescentes. Eu quero camisetas para os adolescentes, eu quero voz para eles, eu quero evento assim, assim, assado. Então assim é uma política de governo que está sendo executada a partir daquilo que aconteceu nas conferências. Fez parte do meu cotidiano, mas hoje eu não vejo mais como: ah, o fulano está executando, não. É o município que está pensando sobre a participação.*

*Uma coisa que eu lembrei agora, era que a gente queria ter assento nos conselhos da criança e do adolescente e hoje existe os comitês de participação de adolescentes. Ainda estão tentando se estruturar ainda está tentando ver como é que é essa garantia de participação, mas já é lei no Ceará que tem que ter um comitê de participação de adolescentes. Ontem o Conselho Estadual soltou um edital de chamamento das organizações da sociedade civil para indicarem os adolescentes. Aqui no município, a gente já tem também dentro da legislação CMDCA a ideia do comitê de participação dos adolescentes o CPA. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] A própria participação, eu acho que a participação é fundamental. Os municípios já estão começando a implementar algo que a gente foi para conferência para debater, em 2015. E agora, de fato, já começa a participação efetiva. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Eu acho mais aqui no estado do que nacionalmente porque a gente passou por um desmonte, né? Depois da conferência a gente saiu muito deslumbrado, saiu muito confiante. Mas logo depois teve o impeachment, e aí no governo Temer, a gente já não teve uma conferência nacional, aí depois foi o governo Bolsonaro que ameaçou, inclusive, de rasgar o ECA, enfim, aquelas loucuras todas e a gente voltou para o estado e tentou implementar essas ações no estado. Então, eu acho que a nível de estado sim, estão fazendo diferença mesmo, sobretudo, na questão da participação. A nível nacional, eu acho que nem tanto. (ADOLESCENTE 10).*

Quando perguntados se descobriram, durante esse processo das conferências, o poder de realizar mudanças significativas na vida de crianças e adolescentes, os entrevistados destacaram a importância da mobilização, do debate e da participação como ferramentas de transformação social.

[...] *Com certeza, com certeza, inclusive, as mídias sociais são espaços muito forte disso. Os adolescentes têm uma possibilidade muito grande de mobilização social através da internet. Você tem vários meninos e meninas com canais no YouTube, com milhões de integrantes, com milhões de seguidores no Instagram, com uma lista de contatos que eu e você gostaríamos de ter no sentido quantitativo e, às vezes, qualitativo também. Esses meninos mobilizam o mundo. Eles podem até não entender que isso surgiu do processo de conferências, onde outros adolescentes foram precursores desse momento, enfim, mas eles, sem dúvida, conseguem se mobilizar. (ADOLESCENTE 4).*

[...] *Sim. Debatendo, conscientizando outros adolescentes e outras crianças sobre os seus direitos, se empoderando sobre esses direitos e ocupando espaços como os conselhos, por exemplo. (ADOLESCENTE 7).*

[...] *Na época, a gente, a gente discutia muito sobre isso. Eu me lembro que a gente discutia muito, inclusive, quando a gente estava ali terminando, já no último dia, a gente pensava assim: “sim e agora, será que vai mudar mesmo?” A gente veio com essa reflexão no coração, “será que vai mudar mesmo, será que foi só um delírio coletivo”, que nem o pessoal fala hoje, “será que não foi só um surto coletivo e que não vai dar em nada?” Mas aí depois, o nosso cora-*



*ção foi enchendo de esperança, quando a gente foi vendo, por exemplo, grupos sendo formados a nível do estado, a discussão da participação do adolescente sendo discutido a nível nacional, né, com a própria repercussão da conferência. E aí, a gente viu que, “ó, pode ser que dê em alguma coisa”. Eu acho que os adolescentes, os da época, se você perguntar hoje, quase que 100%, eu acho que vai dizer que foi de fundamental importância. Claro que a gente acaba se decepcionando... A realidade é meio dura ainda, né, é muito complicada. Talvez a nível de nação, a gente tenha regredido. E me preocupa muito, né, saber como é que a gente vai recuperar isso. (ADOLESCENTE 10).*

Outro ponto importante para compreender de que maneira os adolescentes se perceberam como protagonistas em todo esse processo é o modo como se relacionavam com os delegados adultos. Como já apontado, essa é uma relação complexa que retrata, ainda, uma visão adultocêntrica de tutela.

*[...] Eu acho que aqui, no meu processo de participação, foi muito de encorajamento. Os adultos eram muito encorajadores. Eu não sei em outros municípios, em outras realidades, mas eu ouvi de outros adolescentes que os adultos queriam muito que eles falassem o que eles mandavam: “Falem isso”, escrevendo falas, muito de fantoche, muito a participação de fantoche mesmo. Eu não passei por isso. Eu passei por uma participação de que ou você aprende ou você aprende e você fez o processo ser cada vez melhor. Eu costumo dizer que eu fui muito abençoado pela possibilidade de errar. Uma das coisas que mais garante o meu desenvolvimento hoje foi a possibilidade de errar. Eu sou um cara como todo mundo, que erra o tempo todo, mas ter*

*ao seu lado lideranças que lhe ensinam com o seu erro é algo importantíssimo. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Em boa parte dos casos, eu via os adultos querendo que os adolescentes fossem subordinados, não autônomos. Eu via uma relação de desejo de subordinação, embora os adolescentes ali, já no nível estadual, já não davam para serem subordinados. Não cabia mais na cabeça do adolescente de fazer o que os adultos mandavam. Eles já entenderam que ali era um processo de empoderamento. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, assim, no geral, boa. Só que infelizmente, alguns adultos ainda são muitos adultocêntricos, principalmente, membros do sistema de garantia de direitos. Eu acho que é um absurdo, mas ainda tem um senso muito adultocêntrico de que a participação ela vai ser só para enfeitar, a participação é um enfeite, o adolescente vai estar ali tirar foto falar umas palavras bonitinhas na mesa e acabou. Então uns adultos acabavam não recebendo bem a participação efetiva quando o adolescente estava lá e debatia o direito de igual para igual com ele, principalmente, com a condição de sujeito, né? Mas assim, de uma maneira geral, se deu de forma muito bacana, mas alguns, algumas exceções não foram tão bacanas assim. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] É assim, os adolescentes sentem uma distância dos adultos. Parece que a gente fala um outro idioma para eles. Eles se sentem distantes até mesmo para compor aquele espaço ali (das conferências) (...) até a questão do espaço, eles querem ficar mais longe, sabe? E os que ficam próximos são influenciados. Eu acho que foi a estratégia que eles encontraram de não serem influenciados. “Então,*

*a gente se junta todo mundo num bloco só ali todo mundo junto, porque se a gente fica perto ficam buzinando e não deixam a gente falar, discutir a partir de nós mesmos”. (INFORMANTE 1).*

*[...] Não ela era assim, harmoniosa. Agora, na última conferência, teve algumas técnicas, não eram nem conselheiras, eram técnicas, profissionais da assistência e da educação, que disseram assim: Ave Maria, estão enchendo demais a bola desses meninos. E aí quando eu vi o comentário já estava correndo nos corredores. Então nós tivemos que nos pronunciar e fazer uma defesa. Começamos a perguntar: quando você está na conferência do idoso, você respeita o idoso? Você não vai levar em conta o idoso? Então, o respeito que você tem pelo idoso não é só pelos cabelos brancos. Então, você tem que transferir isso também para os adolescentes. Se você está dizendo que ele está cheio de mimimi, cheio de direitos, cheio de coisas é porque agora eles descobriram que têm direitos. (INFORMANTE 3).*

*[...] Gente, a gente quer participação, a gente não quer enfeite, não quer os meninos fazendo teatro dança lá no palco na abertura da conferência e acabou. Não, a gente quer ver eles participando desde a elaboração, o planejamento pensando junto com a comissão, na realização, nos grupos até o momento da elaboração do relatório final. E a partir de então quando for pôr em prática as deliberações, é isso que a gente quer”. E aí... Mas teve um momento que era difícil. Eles diziam assim, era tipo assim, maquiagem, “ah, vamos fazer e botar os meninos tudinho bonitinho aqui, terminou eles vão tudo se embora”. Tem município que não traz*

*criança, mas vocês não trouxeram? “Ah, uma criança dá muito trabalho”. E o que é que não dá trabalho na política da criança e do adolescente? Ou você quer, você quer um monte de bonequinho ou você quer um ser que pensa que fale da sua expressão, saiba tirar o da criança que você consegue. Mas tem município que ainda é resistente a presença de crianças.* (INFORMANTE 3).

Os entrevistados também destacaram a importância de terem contribuído para a elaboração do texto final das conferências. Esse documento reflete o debate, no qual os delegados adolescentes efetivamente atuaram em defesa das suas ideias e de projetos que pudessem ampliar a participação de crianças e adolescentes.

*[...] O nosso plano decenal ele é muito bonito, ele é muito democrático, ele foi construído por mãos da sociedade com profissionais, com adolescentes, com o público. Eu acho que faltou participação de mais crianças, sim, mas não deixa de ser um plano muito bem-feito. Agora o que falta infelizmente é a efetivação desse plano, a gente vai aí para quase seis anos e o plano ainda nada, né?* (ADOLESCENTE 7).

*[...] Sim, de forma ativa mesmo, propondo e discutindo. Inclusive no processo de votação das propostas, porque tem as monções e tem os protestos, e os adendos que são feitos, aí “muda isso, muda aquilo”. É um processo muito rico, mas muito cansativo.* (ADOLESCENTE 10).

Toda a experiência nos ciclos das conferências foi considerada pelos entrevistados um grande divisor de águas nas suas vidas. Segundo os relatos, foi um processo rico, de muita aprendizagem, e que promoveu mudanças de concepções de vida. Foi, também, para alguns, um incentivo para que ainda hoje militem

em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes; de terem feito escolhas profissionais e pessoais que potencializassem essa militância.

*[...] Acho que para o ganho foi pessoal e profissional. Vale a pena fazer parte do processo, vale a pena você ver o processo. Acho que para mim foi muito isso pessoalmente vale a pena viver o processo de trabalho vale a pena viver o processo de aprendizado. Se você pode errar é possível errar, mas que principalmente os espaços de participação não são somente lugares para você encontrar amigos, mas são espaços de seriedade onde você consegue construir coisas reais. Política pública demora acontecer porque ela precisa demorar acontecer em determinados momentos para não vir uma coisa de qualquer jeito, vir algo bem elaborado, mas que é que é sem dúvida um momento importante, é. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, eu acho que muito sobre direito, sobre a necessidade de dar prioridade absoluta, necessidade de ainda mais proteger crianças e adolescentes e a importância da minha voz, lógico, enquanto adolescente, não mais, mas de representar as crianças. Porque nós adolescentes, principalmente, na questão do voto, por exemplo, temos uma responsabilidade dupla. Nós representamos os adolescentes que ainda não podem votar e nós também representamos as crianças. Então para mim, sempre foi muito claro que na minha condição, eu não representava a mim enquanto pessoa física, eu representava todo, o grupo, toda uma sociedade, a todas as pessoas que são violadas diariamente e esse papel de representação me acompanhou durante toda a minha adolescência. (ADOLESCENTE 7).*

[...] *Eu tirei três coisas importantes da conferência, primeiro: foi na conferência que eu entendi o meu país, que eu tive a primeira ideia de país, de nação, que eu consegui entender a pluralidade que é o Brasil e o que é que essa minha geração representa para o país, que é de uma riqueza sem explicação... (...) eu senti o que era o Brasil na conferência nacional de criança e adolescente. O segundo ponto é que eu precisava tirar alguma lição daquele evento. Eu precisava aplicar o que eu aprendi quando eu chegasse no Crato, por exemplo. E eu consegui fazer isso. Eu trouxe a ideia de participação, esse processo de participação, para as discussões municipais, inclusive na permanência no Nuca. E a terceira que foi lá que eu me apaixonei pelo Direito. Eu conheci um advogado lá que era extremamente inteligente e eu me apaixonei pela forma como ele defendia o direito. Então, aquilo me inspirou muito, inclusive, na decisão de: eu vou fazer Direito. Começo de ensino médio, a gente fica meio assim, né, sem saber o que é que quer, mas eu saí da conferência já com aquele, aquela paixão, eu queria alguma coisa que fosse para o interesse coletivo, para o ramo público. (ADOLESCENTE 10).*

As conferências, segundo os entrevistados, propiciaram uma aproximação maior dos adolescentes às esferas do poder político. Não só fisicamente, por estarem em Brasília próximos às “casas dos três poderes da República” e de conhecerem a Presidenta Dilma que esteve na abertura das conferências, mas, principalmente, por estarem discutindo politicamente o papel dos adolescentes na Sociedade e na elaboração de políticas públicas que iriam, na prática, afetar a Sociedade e a vida de crianças e adolescentes.

[...] Com certeza. O meu entendimento de política partidária e política de política pública ele iniciou devido ao processo de conferência. A gente teve a experiência de visitar a Câmara e o Senado pessoalmente. De entrar na Câmara, entrar no Senado. A gente conheceu a presidente da república. A Dilma [Rousseff] foi para conferência e os adolescentes do G27 dividiram o palco com ela. Então, você vê o tamanho da experiência para meninos de 16 e 17 anos, que eram as nossas idades, sentarem ao lado da presidente da república, diga-se de passagem a primeira Presidente da República mulher. Então, sem dúvidas foi algo assim para vida. Foi extraordinário e quando você participa desses movimentos, você conhece histórias, você conhece realidades diferentes, você tem uma visão diferente do país. Você não vê mais o país de acordo com a sua família, de acordo com seu município, com a sua escola. Você começa a ver de forma diferente. Você fala: “caracas, existe um semiárido, caracas existe uma cidade que não tem praia, existe um lugar que a escola não é integral. (...) Você conhece realidades diferentes e você entende que política pública não é para ser pensada para pessoas perfeitas, a política pública ela é pensada para a inclusão, para garantia de direitos. (ADOLESCENTE 4).

[...] Sim, foi um processo de politização muito grande. Você tem ali debates com pessoas que militam há anos dizendo que olha, você possui direitos e você pode sim fazer uma transformação na sua realidade algo que na sua família você não escuta, que na sua comunidade você não escuta e, justamente, abre os horizontes para sua atuação para o que você pode fazer na sua realidade. (ADOLESCENTE 7).

[...] *Naquela época, sim. Por incrível que pareça, nos parecia muito estranho, por conta da nossa construção política serem debatidos lá temas conservadores que representavam o contrário daquilo que a gente defendia. A gente sentiu que aquilo ali estava sendo germinada, entendeu? Depois que a gente veio entender: “eita minha gente, olha aquela galera de lá estava sendo era preparada já”, entendeu, nesse sentido? (...) adolescentes, por exemplo, do Sudeste, na conferência, a gente sentia, por exemplo, algum desdenho em relação ao sotaque do Nordeste, entendeu? Essa questão de preconceito, de xenofobia, inclusive, mas de uma forma muito inocente porque todo mundo era adolescente. Depois eu vim entender que aquilo ali já era um processo que estava sendo germinado no país. E que foi... pronto, foi a primeira vez que eu vi uma polarização. Eu nem entendia o que era polarização, foi a primeira vez que eu entendi. O que é um grupo estar realmente contra outro e o que é desse embate. Naquela conferência, eu consegui visualizar isso de forma muito clara, de forma muito clara mesmo.* (ADOLESCENTE 10).

### **5. 3 A Autonomia no exercício da participação**

Um dos pontos de maior fragilidade para a efetivação de um processo participativo é o fato de que os agentes envolvidos nem sempre podem exercer de maneira autônoma e sem interferência o seu papel. Quando se trata de crianças e adolescentes, além dessa fragilidade se intensificar, ela toma caráter mais sutil, pois é defendida com argumentos de que eles não têm a maturidade que os temas requerem. Nesse caso, os espaços participativos são pensados como treinamento para uma futura cidadania - um local de aprendizado,



escuta e tutela. A participação, portanto, não ultrapassa os limites da formalidade do processo, não chegando de fato a ser uma participação efetiva. Desse modo, se faz necessário apreender como os adolescentes dentro da estrutura das conferências transpuseram, ou não, essas barreiras e se colocaram autonomamente. O intuito é saber: como se relacionam com os outros agentes sociais; se existe independência nos processos deliberativos de que participam; quais os valores éticos, estéticos e sociais existentes nos debates e na formulação de propostas; se têm uma atitude independente diante do mundo; se têm independência nas suas ações; se têm liberdade para tomar decisões; entendimento da responsabilidade dos atos; se é autossuficiente nas ações...

Sobre esse ponto, os entrevistados ressaltaram momentos difíceis na relação dos outros delegados com os adolescentes. Existia uma resistência de alguns adultos em aceitar que os adolescentes pudessem conduzir suas propostas sem a interferência de um delegado adulto.

*[...] Tinha um momento de tensão porque alguns adultos viam a participação dos adolescentes como algo desnecessário e que as falas de alguns adolescentes não eram falas técnicas. Você não pode cobrar uma fala assim, você não pode cobrar que o menino cite artigo 227 da Constituição Federal quando for falar sobre direito à vida, né? Ele vai dizer que quer viver a vida dele de forma boa, que a vida dele seja legal e esse posicionamento é sem muita técnica. E esse posicionamento de atecnia mesmo, que é natural do adolescente, incomodava alguns adultos de não ter a paciência para entender que ali era um adolescente que está em formação de caráter e que ele não tem obrigação de agradar ninguém, no sentido de falar do jeito que adulto quer. (ADOLESCENTE 4).*

[...] Olha só quando tinham essas falas adultocêntricas, sabe, essas falas assim meio autoritárias de alguns participantes mais que não representavam o evento no todo. (ADOLESCENTE 7).

[...] Houve, houve sim. Em vários momentos. Porque nessa questão da coação, o adulto se coloca assim, “quem vai executar somos nós, não são vocês, entende? Então, vocês estão pensando numa coisa que é inexecutável, não vai acontecer nunca isso. Como vocês são adolescentes não entendem do conjunto da política, não sabem da administração. Estão colocando coisas que são inviáveis”. Então nisso ele se sentiram muito reduzidos. (INFORMANTE 1).

[...] Eles se sentiram impotentes e verbalizavam isso. Porque eles são muito cristalinos: “o que que eu vim fazer aqui?” Eles chegavam a perguntar assim: “a gente não veio fazer nada aqui. Ninguém escuta. A gente veio só para assinar para dizer que a gente veio aqui? Só para dizer que existiu participação, mas de fato a gente não vai ser escutado?” Aí por isso que o CONANDA abriu o debate sobre além de escutar, validar. O dr. Wanderlino colocou muito isso, e com muita força. Não adianta só levar todo mundo para dentro da conferência e olha estão aqui os meninos tudinho participando. Isso não é participação, não. Participação está para além disso. Significa também validar a fala dele. Porque se ele fala e você diz que não adianta o que ele está falando, que ele está falando besteira, que ele não sabe o que está dizendo, porque ele é menino, então, não tem participação. Aí foi dessa 8ª para a 9ª conferência o debate foi sobre isso validar a sala dos meninos. Então, o Wander-

*lino levou isso muito a sério, participação dos meninos, não é só escutar é validar a fala. (INFORMANTE 1).*

*[...] Olha, eu acho que eles se sentiam um zero à esquerda, “pô que é que eu estou fazendo aqui? Me chamaram, dizem que eu sou importante, mas não me levam em conta, não escutam o que eu falo, não me consideram”. (INFORMANTE 3).*

Esse tipo de comportamento por parte de alguns adultos foi percebido pelos adolescentes entrevistados, que, ao identificarem uma situação dessas, agiam de modo a acolher o adolescente e tentar diminuir a influência do adulto.

*[...] Sim, sim. Eu vi vários momentos, eu vi adolescente sendo coagido a se subordinar aos adultos e era nesse momento que a gente agia com encorajamento ao adolescente. Qualquer coisa “não fica perto dele não, fica perto da gente”. Criava meio que uma rede ali de proteção entre nós mesmos, no sentido de dizer: “deixa esse cara aí de lado, não vai pela cabeça dele não”. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Não, pelo menos, na delegação do Ceará, não. A gente era muito observado, a gente era observado o tempo todo, mas a gente era muito livre também. Inclusive, a gente demorava a se reunir com o resto da delegação. Por exemplo, a gente ficava tão envolvido com os outros adolescentes que, às vezes, a gente até esquecia que estava ali com adulto, com um adulto responsável. Claro que a gente tinha os momentos de diálogos, de ver o que foi discutido ou não, eles davam algumas orientações: “olha, isso aqui talvez,*

*seja para outro momento”, enfim, mas a gente era muito livre para discutir. (ADOLESCENTE 10).*

Na análise dos entrevistados a atitude da delegação do Ceará perante a autonomia dos adolescentes possibilitou com que eles atuassem, independentemente, nas diversas atividades das conferências.

*[...] enquanto alguns estados estão trabalhando de fato empoderar os adolescentes na fala deles, para que se manifestem e tenham esse direito de participação efetiva, alguns outros estão ainda naquela lógica de botar palavras na boca do menino, entende? Então, a gente escutava discurso de adolescentes e tinha absoluta certeza que não era próprio dele e que tinha sido impregnado daquilo. Quando a gente começava puxar uma linha de diálogo, com os meninos, “por que é que você acha isso”, eles se perdiam porque exatamente não tinham propriedade do que estavam falando. (INFORMANTE 1).*

*[...] Votam. Primeiro porque eu acho que a dinâmica de participação que está vindo lá do Nuca, lá dos grêmios, lá das conferências livres, da municipal e tudo, eu acho que isso ajuda. Claro que tem aqueles líderes natos, que é natural porque de qualquer seguimento, mas eles estão mais maduros. Existem os líderes, mas existe a participação nesses espaços. (INFORMANTE 3).*

*[...] Sim, acredito que sim. (...) como eram adolescentes filtrados, que tinham um destaque nas conferências estaduais, chegavam lá com um entendimento um pouco mais... Como eu posso dizer, aguçado, sabe? Então eram*

*adolescentes que conseguiram ter os próprios entendimentos e não se deixar levar pela opinião dos adultos. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Votavam. Claro que tinha sempre algum grupo que influenciava outro, mas os adolescentes mesmo, eles tinham... Eu não estou lhe dizendo que todo mundo se sentia um deputado? Todo mundo meio que se sentia um deputado, entendeu? (ADOLESCENTE 10).*

Um dos pontos mais importantes desse processo participativo nas conferências foi se fazer compreender o jogo democrático e, de tal modo, estabelecer regras que possibilitassem que crianças e adolescentes encontrassem argumentos para a defesa de suas ideias e projetos. Por isso os adolescentes foram estimulados ao debate, ao confronto de posições diferentes das suas e a compreenderem que nem sempre suas ideias contemplam a vontade da maioria. Para os entrevistados, mesmo sendo frustrante não ter uma ideia sua aprovada, entendiam que fazia parte do processo.

*[...] Frustrados, extremamente frustrados [risos]. Quando o cara tem uma visão de mundo e ele acha que o mundo é aquilo dali, e aí vem alguém e diz: não, não é bem por aí não, enfim, acaba que acontece a frustração. você não acredita, não é possível [risos]. Não é possível que só eu esteja errado. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, se sentiam ofendidos, mas, assim, é um processo democrático e tem que respeitar. Todos ali são delegados, né, também tem o direito ao voto em condição de igualdade. Então assim, acho que alguns não aceitavam lógico, mas acho que ninguém desrespeitava o processo. (ADOLESCENTE 7).*

[...] *É, dava um sentimento mesmo de tristeza, de rejeição, de impotência, mas eu acho que, na conferência não presenciei. Pelo menos na delegação do Ceará não, eu não presenciei.* (ADOLESCENTE 10).

Outro fato relevante apontado pelos entrevistados era a força que a delegação do Ceará tinha em movimentar as discussões e elaborar propostas. Segundo os adolescentes, as estratégias para angariar apoio eram as mais diversas e quase sempre conseguiam que outras delegações, principalmente dos outros Estados do Nordeste, acompanhassem o voto do Ceará.

[...] *Em boa parte dos momentos sim. A gente era simpático para conseguir conquistar aliados para as propostas do Estado do Ceará. (...) eu acho que a gente era acompanhado de bastante votos positivos nas demandas que a gente queria até porque o Ceará tinha bons escritores de propostas. O Ceará é um conferencista nato no sentido de escrever propostas bem-feitas, de levar mastigado, de levar que se faça entender e isso facilita o processo.* (ADOLESCENTE 4).

[...] *Eu acredito que a delegação do Ceará era muito, assim, unida. Nesse sentido de votos, a delegação combinava e de acordo com a proposta não seguia outro estado, seguia a sua proposta. Se todo mundo acordava que aquela proposta era boa, todos os delegados votaram a favor da proposta. Outros já ficavam mais livres por exemplo nos grupos, cada delegado votava a proposta que queria.* (ADOLESCENTE 7).

[...] *Era. Os votos do Ceará eram decisivos. Por exemplo, Pernambuco e Paraíba só votava depois que o Ceará vota-*

va. (...) porque assim, o nosso voto tinha muita influência a nível de norte-nordeste, entendeu? Então tipo, quando a gente começava uma movimentação a nível de estado, porque a gente se reunia todo final de tarde e fazia um balanço geral. A delegação discutia, “e aí galera, o que é que a gente vai botar em pauta, como é que a gente vai votar nesse sentido?” Aí, acordávamos e votávamos juntos naquele intuito, e as delegações dos outros estados ficavam atentos, “ó, vamos ver como é que é que o Ceará vai votar. Vamos ver como é, porque aí, a gente discute e vota igual” e a gente fazia muito isso também, sabe, de diplomacia mesmo eu dialoguei muito com a delegação do Rio Grande do Norte, com a delegação de Pernambuco, colocava em questão as ideias do Ceará. Era convencimento mesmo, era um processo político muito interessante, muito interessante mesmo. (ADOLESCENTE 10).

[...] é interessante, isso acontece em todo o debate nacional da política da criança e do adolescente. É recorrente. Os nove estados do Nordeste com mais os estados do Norte se reúnem fazendo um bloco. Como são a maioria, acabam batendo no restante do país. Principalmente no eixo Sul e Sudeste é um eixo muito difícil de discutir. Eles são bem mais conservadores e a pautas deles são bem mais fechadas. (INFORMANTE 1).

[...] O Nordeste é o Nordeste. Em todo canto que se vai de encontro nacionais e tal o Nordeste sempre tem esse diferencial e com os meninos não foi diferente, até porque os problemas, as discriminações e tudo que acontece elas vêm como bloco e a gente sente isso. Nós ainda temos aquele

*apego que nós temos de defender o nosso torrãozinho. (...) os meninos de Alagoas, do Recife, da Paraíba como daqui, do Ceará, é quem comandam o negócio, certo? Eles se articulam, conversam, vão para frente. (INFORMANTE 3).*

A coesão que a delegação do Ceará tinha possibilitou que as propostas mais votadas na etapa estadual fossem assumidas como os principais pontos de defesa e referência para tomarem a decisão na hora de votarem, haja vista que, pelo entendimento deles, estavam representando os adolescentes que não puderam ir à Nacional. Um exemplo disso foi fechar a pauta em torno do tema ampliamen- to da participação de crianças e adolescentes, que foi prioridade em todas as etapas dos ciclos das conferências (livres, municipais, regionais e estadual).

*[...] No começo ele toma por afinidade. No processo das municipais e regionais, toma por afinidade, gosto mais de fulano, o que o fulano fala é mais legal. Tô a fim da fulana, então, eu vou voltar com ela. Mas depois no processo estadual e nacional você já passou esse filtro e já há o enten- dimento da seriedade do que aquilo ali representa. Então, principalmente, na estadual e na nacional você começa a pensar no todo e não somente pensando no que era benefí- cio para si. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Eu assim não saberia dizer nesse sentido, mas por exemplo, as propostas que vinham do Ceará eram justa- mente em defesa do que os adolescentes da Conferência Estadual entenderam. Então assim, era muito claro que lá eles estavam representando aqueles adolescentes que não foram eleitos para Conferência Nacional. Acredito que muitos colocavam justamente o critério da participação de*



*dar prioridade a escuta, né? Eu acho que assim foi um dos debates principais da conferência foi essa questão da participação, mas muito ligados à questão da prioridade absoluta, do que seria melhor para uma criança e adolescente visto que ali eles estavam representando crianças e adolescentes. Então, eu acho que tinha muita reflexão do que eu como adolescente eu gosto dessa proposta, essa proposta vai ser efetiva para mim na prática? (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Eu acho que é assim, eles observam muito desde quando eles chegam nas conferências, entendeu? Eles são espertos. A conferência dura três dias. Quando eles chegam no primeiro dia eles já vão fazendo as articulações. Isso chama atenção, porque no último dia, quando eles têm um momento entre eles mesmos, para eles estarem defendendo a sua candidatura, aquele que já fez amizade, aquele que já conversou que já ajudou o outro, que leu alguma coisa, tem mais possibilidades. Então, eles são espertos. Eles vão fazendo uma construção para isso, eles sabem vender bem. (INFORMANTE 3).*

Quando indagados sobre se existia por parte dos adolescentes o entendimento de que a participação deles naquele processo iria, de algum modo, influir na vida de outras pessoas, responderam que percebiam que tinham conseguido uma certa influência no seu círculo mais próximo, mas que, com o passar do tempo, isso foi sendo potencializado pela militância que cada qual assumiu na sua trajetória de vida.

*[...] Sim, sim. Eu virei não só influenciar [risos], mas influência também. Eu acho que na época não tinha essa clareza porque o adolescente, eu vejo isso hoje, o adolescente*

*não quer ser exemplo para ninguém. O adolescente quer viver a vida dele, viver no sossego dele, fazer as coisas deles, mas não quer ser exemplo para ninguém. Mas acaba que é referência para alguém, ele vai virando referência e, sem dúvidas, alguns perceberam isso muito cedo e outros, como eu fui, levei alguns anos até perceber que de fato, de fato eu era influência na vida de várias pessoas e hoje, hoje eu sou grato pela... Pelas oportunidades de liderança que eu tenho.* (ADOLESCENTE 4).

[...] *Isso não era muito claro na época. Não que ia influir de forma tão grande... A gente não conseguia imaginar a nível macro, entendeu. Uns poucos, por exemplo, o Felipe (Caetano) tem isso muito claramente. Sempre teve isso muito claramente. “Não, isso aqui que a gente tá fazendo vai ser muitíssimo importante para a próxima geração, e para as políticas públicas que vão ser construídas, e nas modificações nas próximas leis e da criação das futuras leis”, ele tinha isso muito claro e ajudava, inclusive, a gente a compreender essa ideia de macro, de mudança no geral.* (ADOLESCENTE 10).

[...] *Tem uma coisa interessante nas conferências. Na 9ª a gente viu uma conferência muito elitista. Tinha muito menino de colégio particular, muito menino que já vinha assim sabia que o padrão de vida mais alto e a conferência não conseguia chegar naqueles de outro padrão... Por isso que saiu com esse debate, então vamos fazer cota porque senão esse público não vai entrar, entendeu? Assim, ou era muito organizado, como os meninos Pataxós que nós vamos porque a organização realmente é uma organização*

*que impacta que é pesada, que teve uma organização por trás que forjou aquilo ali ou então vai muito menino que não tem, não vivencia esse, não compõe esses 50% da população enquanto adolescente que está sem os seus direitos garantidos, entende? Isso não é legal. (INFORMANTE 1).*

*[...] Com certeza. (...) nós temos a Isadora, de Barbalha, que faz Direito; o Pedro Lucas que eu lhe falei, do Crato, que faz direito; Felipe Caetano, também faz Direito, que dispensa comentários; a Denise Sanderes que foi quem representou Ceará, foi delegada na nacional que representou o Ceará na Caravana Pelos Direitos; o Bruno, lá de Solonópole, faz um trabalho belíssimo lá no município. Cada um seguiu o seu caminho, mas os ensinamentos, o que eles dizem é fantástico. Ah, e o que faz Odontologia de Missão Velha, o Edson, e que só teve coragem de assumir os bulliyings que sofriam a partir das conferências quando ele compreendeu que era uma pessoa de direito. Ele tinha um problema na orelha e ele sofria muito com isso. Depois das conferências, ele conseguiu fazer a cirurgia, conseguiu melhorar autoestima. Hoje faz odontologia, se descobriu, saiu do armário, como ele diz. A mãe aceitou, o pai aceitou. E ele disse que só teve essa coragem a partir das conferências. Quando ele descobriu o poder que ele tinha, que ele tinha direito e que o direito dele tinha que ser respeitado. Foi um dos depoimentos mais importantes que eu já ouvi. (INFORMANTE 3).*

#### **5. 4 A Resiliência como elemento de superação dos obstáculos à participação**

Os vários obstáculos encontrados pelos adolescentes para o pleno exercício da cidadania contribuem diretamente para o dessecamen-

to com a política e, conseqüentemente, para uma falta de engajamento nos processos participativos. O distanciamento dos adolescentes dos espaços participativos decorre, em grande medida, da inexistência de confiança dos representantes eleitos, por uma pauta política distanciada da realidade e interesses dos adolescentes, por uma polarização exacerbada que não contribui para o debate e por uma linguagem que não atinge esse público engajado nas mídias sociais. De efeito, é imprescindível identificar os obstáculos à participação de crianças e adolescentes durante as conferências, bem como analisar as modalidades encontradas por eles para superar situações adversas.

Para os entrevistados, o principal obstáculo à participação de crianças e adolescentes nas conferências é o fato de que muitos adultos ainda não entenderam a importância da atuação direta dos adolescentes nos processos decisórios e, assim, criam dificuldades que limitam ou inibem essa atuação.

*[...] Em primeiro lugar, como principal dificuldade é: os adultos aceitarem a fala, a participação, a presença dos adolescentes. Os adultos ainda têm muita dificuldade de entender que o adolescente é alguém que pode estar ali. Depois, a mobilização dos adolescentes acaba indo muito de quem está perto. Qual é o jeito melhor de ser escolhido como alguém de conferência, como delegado de conferência, como representante de alguma coisa? Esteja perto e, às vezes, tem muito adolescente bom que não consegue estar perto por questões geográfica, por questão econômica, por não conseguir se sentir parte, por questões emocionais. Então, a gente tem li algumas coisas que precisam ser vistas, mas eu acho que a principal dela é o adulto entender que o adolescente é digno de participação e é digno de direitos. (ADOLESCENTE 4).*

[...] Como eu já disse, foram essas linguagens e estruturas muito adultas ainda. Uma metodologia ainda não tão adequada para crianças e adolescentes. Para alguns adolescentes, principalmente, os que já tinha uma participação um tempo maior era de fácil entendimento porque eles já estavam habituados com aquilo, mas para a criança assim muito, muito fraco, sabe? (ADOLESCENTE 7).

[...] É, olhando para trás, teve muita, essa questão da turbulência do país, em relação à economia mesmo. A foi a conferência foi muito cara. E o empecilho que teve foi esse, porque os recursos estavam mais escassos já no final do mandato. Na metade naquele mandato, o país já estava passando por uma crise econômica terrível. Então, um empecilho que teve foi essa escassez de recursos. Inclusive, se discutiu muito na conferência: “vixe, essa daqui é a última”. (ADOLESCENTE 10).

[...] Eu acho que o adultocentrismo. O que mais prejudica o processo todo é o adultocentrismo. (...) atrapalha no direito de fala dos meninos, de não ter essa fala realmente validada, de não ter espaço. Os adultos interrompem no tempo da fala deles, “olha você tem direito a dois minutos”. Quando os meninos começam a falar são interrompidos pelos adultos e depois não querem que o menino diga assim: “olha, você cortou a minha fala eu tenho que concluir, porque você me cortou”. (INFORMANTE 1).

[...] Olha, para mim, é a questão do empoderamento local. Alguns adolescentes realmente foram preparados pelos Estados para estarem lá, mas alguns não. Isso a gente perce-

*bia também das conferências municipais e regionais. Tanto é que a maioria dos delegados acaba sendo aqueles mais preparados, porque a partir do momento que você não preparou localmente a sua representação fica mais fragilizada. (INFORMANTE 2).*

*[...] A família. Porque assim, os adolescentes são acompanhados por os técnicos e os conselheiros que são preparados. Trabalham com nessa dinâmica de ouvir, de escutar e levar em consideração o que eles dizem. Como dizia o Wanderlino não adianta só escutar, tem que escutar e levar em consideração. E aí o que que acontece quando ele chega em casa? É assim, “menino cala a boca, é menino não sei o quê”. Uma das coisas que eu sempre tenho muito cuidado é saber o a opinião das famílias. Peço para os conselhos municipais fazerem uma reunião com essas famílias, conscientizarem, falarem sobre a dinâmica, sobre toda essa questão. Porque os adolescentes escutam uma coisa no conselho, na conferência municipal quanto chega em casa é outra realidade. Por exemplo, essa menina de Novo Oriente, a menina era espetacular e aí foi passou da municipal foi para Crateús, veio para Fortaleza, quando chegou aqui foi escolhida delegada. Foi inscrita. O município dando o completo apoio e tudinho. O pai disse que a menina não ia viajar para outro estado. Às vezes, nos deparamos com coisas assim, não posso ir, meu pai não deixa. (INFORMANTE 3).*

Os caminhos apontados pelos entrevistados para superação desses obstáculos foram na direção do empoderamento e do fortalecimento de uma rede de articulação entre os adolescentes, haja vista que, ao fortalecer o conjunto, se fortalece também o indivíduo.

[...] *Eu acho que o empoderamento é a primeira coisa quando você se sente empoderado, você consegue rebater o adulto que quer lhe diminuir. O apoio da rede de outros adolescentes, o encorajamento de outros adolescentes, nós por nós, nós por nós é algo que é muito presente na vida do adolescente. Ele diz assim: eu não tenho ninguém para contar, mas eu tenho o meu amigo, então isso... Isso mostra que os pares estão muito próximos. E por fim, tenho até tatuado é resiliência, muita resiliência. É algo que define particularmente a minha vida, a capacidade de resiliência tá comigo o tempo todo, todos os dias, sou resiliente. Que é uma palavra nova que eu aprendi um dia desse, mas quem na época eu já era e não sabia o que significava. (ADOLESCENTE 4).*

[...] *Olha, era justamente os adultos que acompanhavam as crianças fazendo meio que a tradução daquele juridiquês, né, do que é que estava sendo debatido para que a criança tivesse um mínimo de entendimento. É tanto que eu lembro que nas leituras do regimento, as crianças e adolescentes levantavam muito a mão para falar de organização das Mesas ou da organização dos grupos de trabalho, também para sugerir uma nova metodologia, sugerir que os adultos explicassem os termos como CRAS, CREAS, MPT, CT essas coisas assim. (ADOLESCENTE 7).*

[...] *Eu acho que eles descobriram que se eles andarem juntos, eles se fortalecem. Então eles se juntam e fazem aquilo que a Conceição brinca chamando de magote. Fazem os magotes e vão conversando, tanto que até nas salas dos eixos eles também fazem isso. (...) Isso foram eles que descobriram. Assim, ou eu falo mais alto ou ninguém me escuta ou eu*

*junto aqui nesta meia-lua que a gente vai construir daqui no paralelo ou então não tem conversa com esse pessoal (os adultos). Tipo isso, com esse pessoal aí não tem conversa não. Desse jeito. E eles são minoria. (INFORMANTE 1).*

*[...] É uma construção devagar, mas conseguem. Porque as conferências demoram só acontecem de tempos em tempos. A com o Nuca melhorou, porque o Nuca, além de ser o grupo, a função dele é provocar o debate. Então isso ultimamente tem melhorado com essas ações que não param. (INFORMANTE 3).*

*[...] Nós por nós. O apoio dos outros adolescentes é fundamental nesse processo de desenvolvimento da participação, não dá para uma adolescente sozinho participar ele precisa que outros estejam ali mesmo que seja para encorajar, nem que seja para falar bobagem, mas precisam estar ali juntos. A participação de adolescentes só acontece efetivamente quando há um grupo, se não houver um grupo ela vai por água abaixo, certo? (ADOLESCENTE 4).*

## **5.5 As repercussões das experiências participativas das conferências na vida dos adolescentes**

No decorrer da pesquisa de campo, remansou bem delineado nos depoimentos dos entrevistados a ideia de que os adolescentes passaram a compreender a importância dos temas ligados aos direitos das crianças e dos adolescentes com suporte na vivência dessa experiência participativa nas conferências; levaram para suas escolhas profissionais a militância pelos direitos humanos; se emponderaram e passaram a influenciar outros adolescentes; e a participação como um elemento de luta e transformação social.



*[...] 80% da minha decisão profissional é por causa das minhas participações nas conferências. Eu entendi na participação das conferências que era relevante você debater sobre direitos, que era relevante você debater sobre família, que era relevante você conhecer as outras realidades. Então assim, houve um impacto para mim como pessoa, melhorou minha autoestima, eu era antes do processo de conferência de participação em outros projetos eu era um menino banguela e careca e magrinho que me sentava no canto da sala. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Eu acredito que foi o entendimento maior sobre direitos e sobre a importância de tá discutindo as políticas públicas desses espaços também. Eu, particularmente, sou uma pessoa apaixonado por conferências, justamente pelo fortalecimento da democracia e também para conferir os planos, o que é que já foi implementado, o que é que ainda não foi implementado. Porque veja, nós ainda temos planos que tem uma vigência de 10 anos. Algumas pessoas dizem: Ah, mas tu não acha que 10 anos é muito tempo? A gente tem um plano aí de 2013 daqui a dois anos o plano vai se expirar, mas nem a metade do que está lá no plano de 2013 conseguiu ser efetivado. Então as conferências, elas são importantes justamente para fazer essa medição, esse aferimento do que já foi efetivado, o que é que é já é prática e o que é que não é. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Ela foi decisiva. Talvez se eu não tivesse participado da conferência, eu não tinha atentado para algumas questões como, por exemplo, a importância realmente de se fazer uma faculdade, de se fazer universidade, de estar no meio*

*acadêmico, entendeu? Isso tudo foi inspirado pelo que eu vi na conferência, de me envolver mais politicamente com as questões do meu município, foi resultado desse processo de conferências, né? De entender que, por exemplo, não se tem uma educação de qualidade sem que haja uma cobrança, sem que haja uma mobilização ali na sociedade e que é parte dessa mobilização, eu tinha uma missão por ter vivenciado esses processos, eu tinha uma missão de deixar claro, de mobilizar. Então, eu vim muito com esse intuito. Eu voltei ao município com esse intuito, de mobilizar, “não, quero mobilizar os adolescentes, eu quero que eles entendam que esse processo existe por isso, por isso e por isso e que isso pode fazer a diferença a nível de cidade, que isso pode fazer diferença a nível de estado e também a nível nacional”. Então, assim, foi me... transformou em um exemplo, né, me colocou meio que numa vitrine e eu consegui, a partir dessa minha experiência, inspirar outros adolescentes. (ADOLESCENTE 10).*

*[...] Eu acho que os produtos dessas conferências são muito impactantes, não só para a vida dos adolescentes, mas para todo segmento enquanto adolescente do Brasil. Foram especialmente a 8ª e a 9ª as conferências que mais impactaram, que tiveram maior preocupação, exatamente por conta do plano decenal, a discussão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, a história do debate sobre a primeira infância, a história do Sinase, a história dos fundos, sobre o reforço dos fundos. O debate sobre a questão do orçamento de criança em nível nacional. Isso tudo partiu dessas conferências. (INFORMANTE 1).*

*[...] Para mim foi essa, essa pluralidade de coisas. Em todo canto nas conferências tem o dedo deles. É impressionante o olhar que eles têm. Por exemplo, tem coisas tão simples para nós adultos, mas que tem um diferencial para eles. A pluralidade, o vigor nas coisas, sabe, deles colocarem esperança em tudo. Eles sonham muito. A gente é muito limitado, a gente sempre pensa logo na dificuldade, eles não, eles se jogam de cabeça. (INFORMANTE 3).*

Os entrevistados também salientaram que a participação nas conferências deixou um legado que hoje norteia a política da infância. Alguns projetos e leis importantes que protegem crianças e adolescentes foram debatidos por esses adolescentes nas conferências.

*[...] Então assim, o que eu posso trazer de forma geral e não específica para comparar bem é que foram pessoas que permaneceram, não foi algo que ficou somente ali e que sem dúvidas foram pessoas que tiveram suas vidas profissionais marcadas por isso. Se você for pedir um currículo de algum dos adolescentes que foi no processo de conferência, em algum canto vai estar lá que ele teve um momento de participação política certo, dá orgulho de ter feito parte disso sabe? É bom você chegar e falar sobre esse processo. Eu me sinto muito feliz de poder falar do processo de conferências e chegar no Conselho Tutelar como cheguei em Jaguaratama, essa semana, e quando fui falar do currículo dizer, olha comecei lá em 2009 no processo de participação no projeto social e nas conferências. Olha eu não estou aqui porque eu sou acadêmico de direito e entendo um pouquinho sobre direito da criança e do adolescente, não. Eu vivi o que vocês tão querendo aplicar como medida hoje. Eu vi a lei do menino Bernardo se der batida e eu fui para a vota-*

*ção da lei do menino Bernardo lá na Câmara. É totalmente diferente, isso tem valor demais. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Olha, eu acho que a ocupação de espaços ela é cada vez mais necessária. Então, na conferência a gente já tinha criado os comitês contra o trabalho infantil, mas, de fato, permitiu que a rede, ela fosse ampliada né? Ter o contato com adolescente de outros estados, principalmente, eu acho que foi fundamental porque veja, eu estou aqui no Ceará, mas se eu quero criar, por exemplo, uma rede nacional de adolescentes e vou precisar ter contato com adolescentes do Sul, do Sudeste, e Centro-Oeste, do Norte. Então, ela foi fundamental, inclusive, para conhecer outras realidades né? No decorrer desses anos de ativismo contra o trabalho infantil, por exemplo, eu pude ver situações de violação de direitos de crianças e adolescentes que eu nem imaginava existia. Então foram justamente através desses contatos que a rede, pelo menos a minha rede, ela se tornou ainda mais forte, ela se tornou mais abrangente, ela se tornou também mais conhecedora de outras situações. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Eu acho que vai para além da questão pessoal, porque cada um de nós saiu muito transformado daquela conferência, muito transformado mesmo. Se você olha, por exemplo, para uma foto nossa, se fosse ter uma linha do tempo da conferência até hoje, você vê que lá teve alguma coisa, naquela época, que foi tipo um boom, entendeu, foi tipo um boom. Os adolescentes quando voltaram, voltaram já com uma vontade de se mudar e a partir dessa mudança mudar o seu entorno. Hoje, quando eu olho para José Edson, um excelente profissional na área, preocupado com*

*as questões de saúde bucal de adolescente, por exemplo. Ele não tem, talvez ele não tivesse esse, esse [estalo de dedos] senso de entendimento se ele não tivesse sido inspirado na adolescência, entendeu? Então, a gente vê que os profissionais, nós, profissionais que estamos nos formando, todos tivemos um despertar, a partir desse processo de conferência. (ADOLESCENTE 10).*

Os entrevistados consideram que a ampliação dos espaços participativos é fundamental para o exercício da cidadania e aprimoramento da democracia. A participação dos adolescentes nas conferências é vista como potencializadora e habilitada a provocar neles o desejo de contribuir para a melhoria da vida de crianças e adolescentes.

*[...] Sou total incentivador, total incentivador de todas as formas. Se o menino não tem habilidade da comunicação falada, ele tem habilidade da comunicação escrita bora fazer um debate, um jogo de poema aí. Se ele não sabe fazer poema, bora abrir um encontro do Nuca com violão e o menino tocando violão. Se ele não sabe falar, mas quer cantar bora fazer música aí, hoje aí não tem debate de direito não, hoje tem música. Se ele sei lá não sabe fazer nada, mas sabe fazer pipa, bora fazer um campeonato de pipa, o importante é você participar do debate do seu jeito e aí depois eu trago o direito para você entender sobre o direito. Então eu me vejo hoje, eu me intitulo sem dúvida como incentivador de pessoas. (ADOLESCENTE 4).*

*[...] Acredito muito na participação. Mas também acredito que toda a participação nas conferências tem que ser toda democratizada, porque veja, a gente está falando*

*de criança e adolescente no geral, eles têm que estar ali entendendo o que é que tá acontecendo naquele processo. Então, o processo não pode ser um processo aparente. Lógico, que a gente está falando em construção de plano, a gente tá falando em construção de meta, de objetivo, de estratégia, mas as crianças e adolescentes também são capazes de debater isso. Então assim, apesar do espaço muito democrático, fundamentais, inclusive com o fortalecimento da própria democracia são espaços que ainda pecam em garantir o acesso pleno de crianças e adolescentes. (ADOLESCENTE 7).*

*[...] Eu acho que é importante, sempre foi e continua sendo. Contudo, hoje, a gente vive uma situação em que as paixões políticas, enfim, a própria questão política partidária tem contaminado muito a discussão que antes, para mim, era muito mais focada, não ia muito por esse viés, entendeu? Então, talvez hoje, fosse um momento de a gente fazer uma... não sei se esse é o termo correto, uma purificação dessa discussão, entendeu, com os adolescentes. De eles entenderem que a política vai muito além da questão partidária de A e B, de que a gente precisa parar de discutir política partidária e começar a discutir política pública, que era o que a gente discutia lá nas conferências. (ADO-*

LESCENTE 10).

[...] *Eu acho que a principal lição que eu tiro com as conferências é o exercício da democracia. Eu acho que esse é um espaço legítimo de exercício democrático e que lamento profundamente que na última conferência nacional o CONANDA tenha desprezado isso.* (INFORMANTE 1).

[...] *Olha, eu continuo pensando como ampliar essa participação de forma efetiva. Então a gente tem aqui no município uma disciplina de formação humana em cidadania que eu acho que contribui no processo. Nossa preocupação é: como ir para além do discurso da participação formal em alguns espaços, mas realmente trazer para o adolescente a importância da discussão da política? Isso não é fácil, porque não é uma discussão que se faz só com o adolescente, mas também com um público que tem uma visão distorcida do que é política.* (INFORMANTE 2).

[...] *É imprescindível. Por isso que estamos lutando para ter no Conselho Estadual o CPA. Participação de Adolescente é uma coisa difícil, principalmente no atual estado que a gente está, com muita dificuldade de mobilização e tudo mais. Mas é importante.* (INFORMANTE 3).

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, após a Constituição de 1988, estava na demanda de superar os problemas decorrentes de uma estrutura social marcada pela exclusão. O então novo Texto Constitucional, ao ampliar os espaços democráticos, possibilitou a composição de novos arranjos participativos. Foi também um momento de grande mobilização dos motos sociais para a recolha de assinaturas de propostas ligadas às políticas públicas, e, dessa maneira, incluir a sociedade na discussão de temas importantes, como saúde, educação, assistência social, planejamento urbano, dentre outras.

Avritzer (2016) aponta alguns momentos importantes para o aprofundamento democrático no Brasil pós-redemocratização: o primeiro diz respeito à institucionalidade da participação, prevista na Constituição, que possibilitou a criação de várias experiências participativas (conselhos, orçamentos participativos, planos diretores etc.); o segundo refere-se às diversas experiências locais implementadas por governos do Partido dos Trabalhadores – PT, que deram ênfase aos processos participativos; e o terceiro, quando Lula assumiu o poder e iniciou uma expansão das instituições participativas por intermédio do Governo Federal. Ocorreu, desde esse período, uma ampliação dos conselhos nacionais, das conferências e dos orçamentos participativos. Esse modelo, no entanto, começou a encontrar forte resistência quando, por um lado, setores que não se sentiam incluídos passaram a estabelecer agendas paralelas e, de outra vertente, houve maior intensidade da participação nas áreas sociais em detrimento de outras, o que ocasionou algumas divergências no Governo.



Embora existindo uma confluência perversa entre o neoliberalismo e a expansão da participação (DAGNINO, 2004) no lugar de um aprofundamento da consciência política, os limites da participação começaram a ser sentidos. Alguns setores do movimento popular já começavam a pensar, juntamente com a Sociologia crítica, sobre os problemas decorrentes da domesticação dos processos participativos.

Pippa Norris (1999) aponta um franco declínio, em escala mundial, dos níveis de confiança individual em agentes e instituições representativas. Para a autora, o chamado “cidadão crítico” possui como característica principal a baixa afeição às autoridades políticas tradicionais, ao mesmo tempo em que denota enorme apreço pelos ideais democráticos. Na relação entre o cidadão e a democracia, assinala a autora, estão expressos valores de autoexpressão e pós-materialismo, associados positivamente com aspirações democráticas e satisfação com a democracia, assinalando, desse modo, a ideia de que maiores níveis educacionais possuem associação positiva com aspirações democráticas e negativas na satisfação com democracia. *In hoc sensu*, uma maior educação produz uma consciência maior dos direitos e torna os cidadãos mais exigentes e críticos com relação às condições de vida ora em desenvolvimento.

Esse fenômeno, no entanto, foi identificado em vários países. As diversas manifestações ocorridas nos Estados árabes, conhecida como Primavera Árabe, impulsionaram uma onda de movimentos que ocupavam as ruas para protestar e reivindicar mudanças. O que ocorreu no mundo árabe serviu de inspiração para as manifestações dos insubmissos nas grandes cidades europeias, as ações dos Black Blocs no confronto com a polícia e destruição de “alvos capitalistas”, o movimento Occupy em países da América Latina e, no caso brasileiro, o Movimento Passe Livre.

Tais manifestações ignoravam os partidos políticos e as mídias tradicionais, não reconheciam nenhuma liderança, não tinham

uma organização formal e possuíam uma enorme capacidade de mobilização pela internet (CASTELLS, 2013).

No Brasil, as manifestações, inicialmente dirigidas para aumento do preço dos transportes públicos em São Paulo, rapidamente, se espalharam pelo País e a pauta foi expandida para a má qualidade dos serviços públicos em geral, para, em seguida, tornarem-se difusas e até mesmo antagônicas. O retorno às ruas marca também o momento em que fomos lembrados de que os sentidos de uma manifestação, ou onda de manifestações, também estão em disputa e, além disso, que as ruas não comportam apenas mobilizações por mais democracia e direitos.

Para Avritzer (2016), as manifestações ocorridas em junho de 2013 significaram, além da ruptura do campo político da participação social, uma abertura de espaço para que setores conservadores da Sociedade se organizassem e defendessem suas pautas.

A vitória de Jair Bolsonaro (2019-2022), após o golpe parlamentar, que retirou a presidenta Dilma do seu cargo em 2016, representou um retrocesso à experiência participativa brasileira. O novo presidente chegou ao poder com a proposta de desconstruir muita coisa. Os 100 dias de comemoração do governo Bolsonaro foram marcados pela publicação do Decreto nº 9.759/2019, cuja marca central de tal documento foi a extinção dos conselhos, comitês e comissões de âmbito federal. Foram mantidos, no entanto, 32 conselhos consultivos, número que representa apenas 1,2% do total de colegiados ligados à Administração Federal, como afirma o Ministério da Economia.

A questão foi judicializada e barrada parcialmente pela Justiça. A tentativa muito clara do governo, no entanto, vem sendo de extinguir os conselhos do abandono, ou seja: primeiro, eximindo-se de praticar quaisquer atos necessários ao funcionamento dos colegiados, inclusive a nomeação de seus representantes; segundo,

corroendo por dentro as estruturas da participação. As duas estratégias foram utilizadas isolada ou simultaneamente.

Mais do que um somatório de instituições e procedimentos, a participação, na condição de ideia, abrange a luta contra a desigualdade, a exclusão, a opressão e envolve o permanente debate sobre as relações Estado/Sociedade, ou seja, incorpora o debate sobre a democracia.

Nessas circunstâncias, a preocupação perfilhada na feitura desta tese foi discutir, não só, o aprofundamento da democracia, como também a capacidade formativa das conferências por intermédio dos processos participativos.

Em meados de 2009, quando iniciamos as primeiras incursões pelos ciclos das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, o País vivenciava uma intensa multiplicação dos arranjos participativos. A participação social institucionalizada tomava o caráter de uma política governamental, ao fomentar ações interligadas do poder público com a sociedade. Esse arranjo possibilitou, mesmo com críticas como as que foram levantadas por Dagnino (2004), experimentar na prática um certo aprofundamento da democracia. De 2003 a 2010, período do governo Lula, foram realizadas 74 conferências nacionais que possibilitaram o debate de temas relacionados a assistência social, cidades, saúde, segurança alimentar, segurança pública, políticas para as mulheres, igualdade racial e políticas para a infância.

Nesse processo, estão inseridas as Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que têm como objetivo ser um espaço para envolver a todos que trabalham na área da criança e do adolescente, não só conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, mas todo o sistema de garantia de direitos - juízes, promotores, defensores, representantes de organizações não governamentais que atuam amplamente nessa área de direitos da

criança e do adolescente, representantes da educação, saúde, assistência social, turismo, trabalho, agricultura, questão fundiária, organizações não governamentais e universidades. Impende salientarmos que as conferências são também um espaço de participação de crianças e adolescentes, haja vista o fato de que nela se discutem desde o acesso à justiça até a formulação e monitoramento de políticas públicas. É importante, portanto, a escuta dos agente-alvos dessas políticas.

O Estado do Ceará registra, nas últimas décadas, uma série de ações importantes para o planejamento das políticas públicas, em especial, para a política da infância, sendo, muitas delas, resultados diretos das deliberações das conferências estaduais. O Ceará foi o primeiro Estado brasileiro a universalizar o Conselho Tutelar e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Foi também a Unidade Federada que primeiro realizou conferências regionais e levantou, em termos nacionais, a bandeira da participação de crianças e adolescentes.

Identificamos, com certa facilidade, o fato de que tais ações só foram possíveis porque houve apoio institucional. Em decorrência do trabalho articulado em rede pensado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA o Estado alargou a discussão sobre a promoção de direitos e o fortalecimento de políticas públicas. Inferimos que o ponto de início desse processo foi a consultoria que o Dr. Wanderlino Nogueira Neto realizou no Estado, solicitada pelo CEDCA no período que antecedeu a VIII Conferência. Um dos aspectos principais trazidos por essa consultoria foi pensar em estratégias de articulação dos agentes envolvidos no sistema de garantias de direitos, haja vista que a política da infância é composta de várias outras políticas<sup>27</sup>.

27 Outro ponto importante que a consultoria trouxe foi a vinda para o debate do Sistema de Justiça por via de um projeto denominado **Ciranda por Direitos**, desenvolvido em conjunto com o Ministério da Justiça e que percorreu diversos

O fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, também, foi identificado como parte desse movimento do CEDCA. A articulação com os municípios possibilita a universalização das conferências no Ceará. Vinculada a essa universalização, encontram-se a qualidade da participação, a inclusão de novos agentes e a discussão dos temas locais perante os nacionais. As conferências municipais, portanto, têm se estabelecido como espaços participativos importantes para assegurar que o Sistema de Garantia de Direitos cumpra o seu papel multidisciplinar e estabeleça uma prática intersetorial.

Decorrentes desse processo, foram identificadas metodologias de participação capazes de garantir que crianças e adolescentes não cumprissem somente um papel protocolar para atender a critérios das conferências, mas, ao contrário, que lhes fosse garantida a fala, que essa fala fosse expressão de suas ideias e suas demandas, que exercessem seu direito ao debate e, principalmente, tivessem sua opinião considerada sem a interferência dos adultos.

Nesse sentido, esta tese doutoral respondeu à indagação central: - **Em que medida as conferências nacionais dos direitos de crianças e de adolescentes constituem espaços capazes de gerar práticas autônomas e reflexivas que contribuam para a formação de novas lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania?**

O processo formativo dos adolescentes cearenses que participaram das conferências foi analisado com base na teoria freiriana, pensamento expresso em inúmeras obras, destacando-se, para o estudo que terminamos de relatar agora, os conceitos (autonomia, protagonismo, empoderamento e resiliência) desenvolvidos,

---

municípios em reuniões, com juízes, promotores, delegados de polícia, assistentes sociais, CMDCA e conselhos tutelares. O intuito era sensibilizar esses agentes para as ações integradas da política para a infância.

principalmente, nos livros: **Educação como Prática da Liberdade** (1984), **Pedagogia do Oprimido** (2005) e **Pedagogia da Esperança** (2014).

A preocupação central do autor é pensar uma pedagogia para a formação da consciência e, neste senso, entende a necessidade de uma relação permanente entre teoria e prática direcionada para a conquista da liberdade, o reconhecimento do outro, superação das desigualdades sociais e participação coletiva nas decisões (FREIRE, 1984).

Paulo Freire (1984), analisando o processo de consciência, optou por uma pedagogia centrada na liberdade e na autonomia do ser, propondo a politização do ato de aprender e ensinar. Nessa direção, diz que o conhecimento é resultante do reconhecimento humano quando estimulado a refletir sobre seu cotidiano.

Na obra **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa** (1996), o autor desenvolve seu conceito de autonomia como sendo um dos princípios pedagógicos para uma educação libertadora. O conceito é expressido como fundamental para consolidar uma sociedade democrática e a fim de criar condições de participação política, haja vista que a confiança em si é fundamental para configurar sujeitos históricos responsáveis por suas decisões.

O conceito de autonomia está ligado à capacidade dos participantes de um grupo ou de uma instituição organizarem suas atividades em função dos próprios objetivos, isto é, a capacidade de a pessoa ou grupo gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as próprias escolhas. O exercício da autonomia existe quando, no relacionamento com outros sujeitos, o diálogo se estabelece de modo independente com projetos e agentes sociais distintos que se articulam numa dimensão política. Autonomia implica a ação em que entes humanos e grupos se articulam de modo criador e

recriador, fazendo-se a si e ao mundo, como diz Freire (2005).

O conceito de empoderamento como desenvolvimento de potencialidades tem origem discutida por vários autores: para alguns, ocorreu no contexto das discussões sobre autoajuda, para outros no âmbito da Psicologia Comunitária e, na ideação de muitos, nos movimentos de afirmação da cidadania (BAQUERO, 2001). No momento, o sentido mais empregado é o que se refere a motivações de práticas tendidas para promoção e impulso de melhorias nas condições de vida (FRIEDMANN, 1996; WALLERSTEIN, 2002). O empoderamento, portanto, possibilita as pessoas saírem do estado de subordinação, dependência e impotência para a condição de sujeitos.

Na constituição dos sujeitos, a autonomia e o empoderamento estão intimamente associados ao conceito de protagonismo, haja vista que o termo se refere à capacidade de influir na evolução dos acontecimentos. No caso concreto do protagonismo, trata-se da ação dos adolescentes que transcendam o interesse meramente individual.

Empreender, como diz Freire, (1984), significa a capacidade de exercer a habilidade de imaginar, planejar e colocar em prática sonhos e projetos.

A exemplo dos conceitos anteriores, o de resiliência teve várias formulações, sendo a de Luthar e Cicchetti (2000) a que mais se aproxima dos objetivos deste ensaio acadêmico: “[...] um processo dinâmico (*sic*) que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade” (P. 543). No caso de tal adversidade, tornam-se fundamentais três componentes: emocionais, cognitivos e socioculturais.

Dessa maneira, a operacionalização desses conceitos foi no sentido de verificar se as conferências são consideradas como uma nova gramática social, hábeis suficientemente para um processo formativo de crianças e adolescentes participantes.

O estudo sobre a capacidade formativa das conferências de di-

reitos de crianças e adolescentes: uma visão desde a experiência do Ceará, avançou desde a operacionalização dos seus objetivos gerais. Três aspectos foram assinalados na investigação: 1) saber se as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente estão enquadradas como Conferências Nacionais de Políticas Públicas; 2) Registrar a participação de crianças e adolescentes nas Conferências Municipais, Estadual, Regional e Nacional; e 3) Diagnosticar a influência na tomada de decisões nas conferências decorrente da participação das crianças e dos adolescentes em todas as suas etapas.

O quadro seguinte traz a síntese das respostas a tais objetivos.

### Quadro 10 – Operando os objetivos

<p>As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente estão enquadradas como Conferências Nacionais de políticas públicas.</p>	<p>As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente se consolidaram ao longo do tempo como espaços norteadores da política da infância. Ao todo foram realizadas onze conferências, sendo que, crianças e adolescentes somente puderam ser eleitos delegados a partir da V Conferência.</p> <p>(Atas das Conferências e Resoluções do CONANDA/)</p>
<p>Registro da participação crianças e adolescentes nas conferências municipais, estadual, regional e nacional.</p>	<p>As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente realizam ciclos que priorizam a participação social em todas as etapas. Nesse processo, os Conselhos Municipais e os Conselhos Estaduais se articulam na mobilização e garantia da participação de crianças e adolescentes. São realizadas conferências livres/lúdicas em todos os municípios, servindo como uma preparatória para as Conferências Municipais. Nessa fase inicial os participantes começam a exercer protagonismo ao assumirem a organização do evento - mobilização de outros adolescentes, implementação de oficinas e realização de atividades artísticas.</p> <p>(Atas das Conferências e Resoluções do CONANDA/ entrevistas com os informantes do CEDCA e adolescentes que participaram da nona e décima Conferências Nacionais)</p>



---

Influência na tomada de decisões nas Conferências decorrente da participação das crianças e dos adolescentes em todas as suas etapas.

A medida em que os processos de inclusão de crianças e adolescentes nas conferências foram sendo efetivados houve uma reivindicação dos próprios adolescentes de poderem, não só exercerem seu poder de voto, mas principalmente de atuarem diretamente em todas as fases do ciclo de conferências. Dessa forma, crianças e adolescentes passaram a fazer parte de comitês locais e nacionais e a discutir em conjunto com os adultos todas as diretrizes do evento. Também foi significativa a inclusão de novos agentes no processo: movimento indígena, quilombola, LGBTQI+, meninos e meninas de rua, adolescentes privados de liberdade, dentre outros.

(Atas das Conferências e Resoluções do CONANDA/ entrevistas com os informantes do CEDCA e adolescentes que participaram da nona e décima Conferências Nacionais)

---

Fonte: Produção própria.

Ao analisar os processos das conferências com amparo nos vários documentos da pesquisa e as falas das entrevistas, percebemos que a ampliação dos espaços participativos foi fundamental para o envolvimento das crianças e dos adolescentes. As experiências destacadas no Ceará concorrem para um maior engajamento dos adolescentes nos ambientes formais das conferências e na sua atitude em sociedade perante os pontos relevantes dirigidos às políticas para a infância. Vale destacar a ideia de que meninos e meninas fazem parte, hoje, das comissões municipais e estadual das conferências, desde a sua organização até a realização do evento. Eles são, também, grandes mobilizadores sociais, pois continuam atuantes nas suas redes, formais e informais, de relações. Alguns adolescentes que participaram dos ciclos das conferências, ao se tornarem jovens adultos, continuam militantes e participam, de algum modo, das discussões democráticas.

Portanto, após o registro das questões que operacionalizam o objetivo geral, assinalamos, com base nos dados empíricos do estudo, que o resgate histórico das Conferências Nacionais dos Direitos de Crianças e de Adolescentes se constituiu em espaço pronto a gerar práticas autônomas e reflexivas que contribuem para a formação de novas lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania.

## Quadro 11 – Objetivo Geral Atingido

Resgatar no histórico das conferências nacionais dos direitos de crianças e de adolescentes a existência de espaços capazes gerar práticas autônomas e reflexivas que contribuam para a formação de novas lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania.

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente se consolidaram ao longo do tempo como espaços norteadores da política da infância e de instância formativa de seus participantes. A ampliação da participação desses agentes nos ciclos das conferências tem contribuído para o empoderamento, autonomia, protagonismo e resiliência, possibilitando, dessa forma, uma inserção maior nos processos de discussão das diretrizes de cada conferência.

Fonte: Produção própria.

As hipóteses centrais do estudo foram sendo testadas e confirmadas gradativamente. Desta sorte, todas as unidades do trabalho foram significativas: no caminho metodológico da escolha dos delegados representantes; na organização das conferências; na divulgação dos eventos, na participação como delegados nos eventos e no prosseguimento do cotidiano de cada delegado. As três hipóteses apontavam para as seguintes afirmações, confirmadas conforme quadro a seguir.

## Quadro 12 – Hipóteses Confirmadas

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente existem como possibilidade para o fortalecimento da cidadania e representação política de crianças e adolescentes.

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente estão possibilitando, em todos os seus níveis, que seus participantes se insiram no debate político e sejam capazes de atuar como protagonistas no processo democrático deliberativo.

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente produzem gramáticas sociais capazes não só de empoderar e protagonizar seus participantes, mas de produzir efeitos entre aqueles que não participaram diretamente das conferências.

A participação de crianças e adolescentes nos processos das conferências (desde a escolha como representante até a própria participação em níveis diferenciados) emponderam e ajudam a protagonizar os delegados que passam a conviver com o aprofundamento da democracia representativa e superação do adultocentrismo.

---

As experiências formativas advindas das conferências podem ser generalizadas na construção de práticas autônomas e contra-hegemônicas.

Os adolescentes estão reproduzindo os debates ocorridos nas conferências em outros espaços participativos conseguindo dessa forma incluir novos agentes.

---

Fonte: Produção própria.

Os dados empíricos demonstraram o que vem à continuação.

1. As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente estão possibilitando, em todos os seus níveis, que seus participantes se insiram no debate político e sejam capazes de atuar como protagonistas no processo democrático deliberativo.

A inserção de meninos e meninas em espaços democráticos de participação não tem sido tarefa simples. Ao contrário, foi sempre marcada por uma resistência dos que, com uma visão adultocêntrica, ainda não reconhecem que crianças e adolescentes compreendam as dinâmicas democráticas e exerçam a cidadania. Malgrado existir uma legislação nacional e internacional garante a participação efetiva dos adolescentes, muitos são os empecilhos que travam o processo.

Quando se trata das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, essa realidade começou a ser alterado a partir do momento em que os adolescentes foram eleitos delegados e passaram a reivindicar uma pauta que assegure o seu direito à fala, ao voto e ao exercício pleno da sua participação. O que ocorreu nas conferências seguintes foi um crescente movimento de ampliação dessa participação: o direito a voto foi garantido, meninos e meninas passaram a discutir nos fóruns específicos os temas principais da conferência; e passaram a compor as comissões de organização, juntamente com o CONANDA. Outro ponto

a ser destacado é que as experiências vivenciadas por esses adolescentes repercutiram de significativamente nas suas atuações junto aos conselhos estaduais e municipais, às instituições governamentais e a outros segmentos sociais.

No Ceará, isso foi verificado com a criação de uma comissão estadual composta por conselheiros adultos e crianças e adolescentes para acompanhar os ciclos de conferências (livres, municipais, regionais e estadual). Também foi instituído o Comitê de Participação do Adolescente – CPA que hoje está com o seu segundo colegiado. Outro aspecto relevante foi a inclusão do item Participação de crianças e adolescentes na avaliação do Selo Unicef<sup>28</sup>, ensejando a que muitos municípios investissem de maneira mais efetiva na criação de espaços participativos para os adolescentes.

1. A participação de crianças e adolescentes nos processos das conferências (desde a escolha como representante até a própria participação em níveis diferenciados) empodera e ajuda a protagonizar os delegados que passam a conviver com o aprofundamento da democracia representativa e superação do adultocentrismo.

Um dos questionamentos sobre os processos representativos refere-se à qualidade dessa representação - saber se de fato os grupos sociais estão devidamente representados nos espaços de discussões (YOUNG, 2000). Quando falamos em crianças e adolescentes, a representatividade se torna mais relevante, porquanto nos reportamos a um público bem específico, com características diferentes dos representantes adultos. Impõe-se, então, criar estratégias

---

28 Por intermédio do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes – NUCA, a UNICEF possibilita que os municípios cearenses organizem os adolescentes em rede para discutir temas relevantes e participar de ações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas.

de mobilização que propiciem o envolvimento desses agentes nos processos participativos.

Esta pesquisa identificou o fato de que o CEDCA/Ceará realizou um processo de seleção e capacitação de adolescentes com o intuito de promover ações que estimulassem a participação local. O propósito era garantir a efetiva inclusão de crianças e adolescentes nos ciclos das conferências (livres, municipais, estadual e nacional). O resultado foi bastante positivo, haja vista que os adolescentes capacitados passaram a ser referência nos seus municípios e contribuíram efetivamente para que outros meninos e meninas passassem a discutir os temas importantes para a política da infância. Esse processo refletiu também na qualidade da participação dos adolescentes cearenses no debate nacional. O fato de o Ceará ter envolvido crianças e adolescentes em todas as etapas do processo das conferências possibilitou que, na etapa nacional, os delegados estaduais fizessem um debate mais qualificado dos temas da conferência, tivessem uma coesão em suas propostas e fossem mais combativos na defesa de suas ideias.

1. Os adolescentes estão reproduzindo os debates ocorridos nas conferências em outros espaços participativos, conseguindo, assim, incluir novos agentes

A pesquisa comprovou que o ciclo de conferências, desde a etapa municipal ao evento nacional, durando por mais ou menos um ano, acarreta uma intensa participação dos adolescentes, uma vez que eles fazem parte das comissões municipais e estadual das conferências, desde a sua organização até a realização dos eventos. Também é importante exprimir que a mobilização nesses períodos se intensifica, pois faz parte das atribuições dos que estão nas comissões. São realizadas reuniões com os NUCAs, com os grêmios escolares, com os que participam de ações de entidades não governamentais e com grupos ou coletivos específicos.

Segundo relatos dos entrevistados, as experiências por eles vividas nas conferências motivam outros adolescentes a se envolverem nas discussões e nos processos participativos.

De efeito, compreendemos que o *empoderamento* dos adolescentes se deu na medida em que foram encontradas estratégias para a partilha do poder com os outros delegados. Quando se sentiam afetados de alguma maneira, por exemplo, no seu direito de fala, se agrupavam para que a defesa das suas propostas tivesse mais peso na discussão. Essa articulação também teve influxo na própria organização das conferências, modificando, algumas vezes, o formato ou mesmo a dinâmica do evento. As moções também foram utilizadas como veículos de expressão da insatisfação dos adolescentes, ao entenderem que elas representavam registro importante e teriam que ser respondidas. Todo esse movimento possibilitou que os adolescentes rompessem com a dependência e a subordinação em espaços da disputa de poder e fizessem prevalecer sua condição de sujeitos.

A *autonomia* foi percebida quando as estratégias de superação dos obstáculos dentro das conferências foram acionadas. No entendimento dos entrevistados, o fato de a delegação cearense haver permanecido sempre com uma atitude de respeito à autonomia dos adolescentes conduziu a que eles atuassem nas diversas atividades das conferências de maneira independente.

O *protagonismo* dos adolescentes se deu por meio do entendimento da importância dos processos locais das conferências (livres, municipais, regionais e estadual) na atuação que tiveram na conferência de ordem nacional. As experiências vivenciadas nas outras fases contribuíram para um melhor entendimento do jogo democrático e das relações de poder, bem como para instaurar um sentimento de corpo próprio a transcender os interesses individuais em prol dos proveitos do coletivo.

A *resiliência* na pesquisa foi identificada por via das dinâmicas encontradas pelos adolescentes para uma adaptação positiva frente aos obstáculos. Os entrevistados relataram que a superação desses obstáculos se deu em função do fortalecimento de uma rede de articulação entre os próprios adolescentes, propiciando, por isso mesmo, o empoderamento, tanto na qualidade de grupo como na condição de pessoa.

Entendemos, *ex positis*, que as Conferências Nacionais dos Direitos de Crianças e de Adolescentes, de fato, se constituem como *locis* de práticas autônomas e reflexivas, assim como contribuem para a formação de mais lideranças políticas com vistas ao exercício da cidadania.

Apesar das fragilidades que ainda perduram, o ampliado da participação desses agentes concorre, efetivamente, para o aprimoramento da democracia. Para os envolvidos, a experiência nos ciclos das conferências é considerada um processo rico, de muita aprendizagem, e que promoveu mudanças de concepções de vida. É, também, um incentivo para continuarem até hoje militantes em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Mesmo com todo retrocesso nos processos participativos dos últimos quatro anos, os ciclos de conferências locais (livres, municipais, regionais e estadual) continuaram acontecendo no Ceará como nos outros anos, diferentemente do que ocorreu em esfera nacional. O fortalecimento das experiências locais configura, decerto, o caminho para retomar as conquistas democráticas e relocalizar na agenda a ampliação do conceito de participação.





# Referências

ABERS, R.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALEJANDRO, V. A. O.; NORMAN, A. G. **Manual introdutório à análise de redes sociais**: medidas de centralidade. México, DF: Universidad Autónoma del Estado de México, 2005.

ALLEGRETTI, G. **Desafios da democracia participativa**. 2011. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/desafios-da-democracia-participativa/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ALLEGRETTI, G. Cuidar das percepções dos participantes para desencadear um círculo virtuoso. *In*: NELSON D. (org.). **Esperança democrática**: 25 anos de orçamento participativo no mundo. São Brás de Alportel: Associação *In Loco*, 2013. P. 45-61.

ALLEGRETTI, G.; LEIVA, P. G.; YÁÑEZ, P. P. **Viajando por los presupuestos participativos**: buenas prácticas, obstáculos y aprendizajes. 2011. Disponível em: [https://eg.uc.pt/bitstream/10316/40997/1/Viajando%20por%20los%20presupuestos%20participativos\\_buenas%20pr%C3%A1cticas%20obst%C3%A1culos%20y%20aprendizajes.pdf](https://eg.uc.pt/bitstream/10316/40997/1/Viajando%20por%20los%20presupuestos%20participativos_buenas%20pr%C3%A1cticas%20obst%C3%A1culos%20y%20aprendizajes.pdf). Acesso em: 25 mar. 2019.

ALLEGRETTI, G.; SILVA, M. A. L.; FREITAS, F. Experiências participativas da juventude em Portugal: reflexões emergentes do caso do OP Jovem da Trofa. **Público e o Privado**, n. 20, p. 153-203, 2012.

ALVES, D. S.; VISCARRA, S. Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política. **Revista Debates**, Porto Alegre: UFRGS; Publicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/UFRGS, n. 1, mar./ abr, p. 85-105, 2006.

ARAÚJO, C. Razão pública, bem comum e decisão democrática. *In*: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 157-174

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 50, p. 25-46, 2000.

AVRITZER, L. **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. *In*: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (org.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003 p. 13-60

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-46, 2008.

AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *In*: AVRITZER, L.; SOUSA, C. **Conferências nacionais: agentes, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. p. 125-140.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, n. 4, p. 703-728, 2004.

AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (org.). **Conferências nacionais: agentes, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

BAIRLE, S. **Se a semente não morre, não dá fruto**. 2013. Disponível em: <http://ongcidade.org/site.php?/noticia/id/1601>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BENEDICTO, J. Transições juvenis para a cidadania: uma análise empírica das identidades cidadãs. *In*: PAIS, J. M.; BENDIT, R.; FERREIRA, V. S. (org.). **Jovens e rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. p. 353-372.

BENHABIB, S. Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática. *In*: WERLE, D. L.; MELO, R. S. (org.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Singular, 2007. p. 47-79.

Bobbio, N. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOBBIO, N. **Marxismo e Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOHMAN, J. Survey article: the coming age of deliberative democracy. **Journal of Political Philosophy**, v. 6, n. 4, p. 400- 425, 1998.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Collaborative management of protected areas**: tailoring the approach to the context. Gland: The World Conservation Union, 1996.

BORON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOTT, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990**. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 99.710, de 22 de julho de 1997**. Promulga

a Convenção sobre os Direitos da Criança. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Anais da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. **Anais da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Anais da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2009.

BRASIL. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011-2020**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRITO, C. M. Towards an institutional theory of the dynamics of industrial network. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 16, n. 3, p. 150-166, 2001.

BULMER, M. **Social policy research**. London: Macmillan, 1978.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet, reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas**, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. A questão democrática na área de saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n.9, p.11-13. 1980.

CEDCA. **Palestra** do Dr Wanderlino Nogueira Neto para subsidiar as VII Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará. CEDCA, 2009.

CHAMBERS, R. J. H. Relaxed and participatory appraisal: notes on practical approaches and methods. *In*: BLISS, F.; NEUMANN, S. (ed.). **Ethnologische Beiträge zur Entwicklungspolitik.** Bonn: Horlemann, 1996.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**, n. 6, p. 307-326, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COHEN, J. Procedimiento y sustancia en la democracia deliberativa. **Metapolítica**, v. 4, n. 14, p. 24-47, 2000.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. *In*: BOHMAN,

J.; REHG, W. **Deliberative democracy**: essays. Cambridge, MA: MIT Press, 1996. p. 67-92.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

COHEN, J.; SABEL, C. Directly-deliberative polyarchy. **European Law Journal**, v. 3, n. 4, p. 313-342, 1997.

COMPARATO, Fábio. A nova cidadania. **Lua Nova**. São Paulo, CEDEC nº28/29, 1993.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Resolução n. 151, de 15 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a participação de adolescentes nas comissões referentes à IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Disponível em: [http://www.cedca.rj.gov.br/Resolucoes\\_CONANDA/2011/151.pdf](http://www.cedca.rj.gov.br/Resolucoes_CONANDA/2011/151.pdf). Acesso em: 25 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Anais da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 1999a. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias/3a-cndca/anais-da-3a-cndca-1999/view>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Texto Básico para Nona Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 1999b. Disponível em: [http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/VIII\\_Conferencia\\_dos\\_Direitos\\_das\\_Crianças\\_e\\_do\\_Adolescente/Texto\\_Base\\_da\\_Nona\\_Conferencia.pdf](http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/VIII_Conferencia_dos_Direitos_das_Crianças_e_do_Adolescente/Texto_Base_da_Nona_Conferencia.pdf). Acesso em: 25 jan. 2019.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE - CONANDA. **Resolução n. 75, de 22 de outubro de 2001**. 2001. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/dca/resolucao-75-do-CONANDA-sobre-funcionamento-dos-conselhos-tutelares/>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. Conceituação e operacionalização para realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2006. Disponível em: [http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/VIII\\_Conferencia\\_dos\\_Direitos\\_das\\_Criancas\\_e\\_do\\_Adolescente/Texto\\_Base\\_da\\_Nona\\_Conferencia.pdf](http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/VIII_Conferencia_dos_Direitos_das_Criancas_e_do_Adolescente/Texto_Base_da_Nona_Conferencia.pdf). Acesso em: 25 jan. 2019.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **De menor a cidadão**: notas para uma História do Novo Direito da infância e juventude no Brasil, Brasília, Ed. do Senado, 1993.

COSTA, Sergio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, CEBRAP, nº38, 1994.

CRESPO, S. O. **Cotacachi**: una apuesta por la democracia participativa. Quito: FLACSO, 2004.

CUNHA, E. S. M. **Efetividade deliberativa**: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006). Orientador: Leonardo Avritzer. 2009. [n. d.]. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, D. (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad



Central de Venezuela, 2004a. p. 95-110.

DAGNINO, E. **Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina**: Brasil. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2004b.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004c.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. *In*: GRIMSON, A. (comp.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004d. p. 195-216.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009, p.129-142.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados 1995.

\_\_\_\_\_ **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_ **Participação é conquista** – noções de política social participativa. São Paulo: Cortez,1999.

\_\_\_\_\_ **Politicidade**: razão humana. Campinas: Papirus, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, I. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, N.; ALLEGRETTI, G. Orçamentos participativos em Portugal: em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma

racionalidade funcional. **Revista Cidade**, n. 18, p. 59-78, 2009.

DIAS, N (Org.). **Esperança Democrática: 25 anos de Orçamentos Participativos no mundo. São Brás de Alportel: Associação In Loco**, 2013.

DRYZEK, J. S. **Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FACHIN, Z. A., & PAGLIARINI, A. C. Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos Direitos Humanos. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, 6(12), 150-160, 2018. <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.12.150-160>. Acessado em 31 de março de 2020.

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO. **Caderno de Insumos, Carta do G38 pelos Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Caderno-de-Insumos-P%C3%A1ginas-avulsas-com-sangria.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution of recognition? A**

- political-philosophical exchange. London/New York: Verso, 2003.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRIEDMANN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4. ed. São Paulo: Abrinq, 1996.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 1996.
- FROTA, F. H. S. Pobres, jovens e negros: algozes ou vítimas da violência? **Público e o Privado**, n. 20, p. 103-119, 2012.
- FÓRUM NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FNDCA. **Um balanço das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente: elementos para uma reflexão**. 2010. Disponível em: <https://www.direitodacrianca.gov.br/conferencias/8a-conferencia-1/balanco-das-conferencias-nacionais-dos-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-1a-a-8a-conferencia/view>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FUCHS, A. M. S. L.; JESUS, G. I. A participação de crianças e adolescentes em espaços de controle social: a experiência das conferências nacionais. **Emancipação**, 20, P. 1-22, 2020. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2016322.024>. Acesso em 24 de julho de 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Coletânea dos principais documentos, nacionais e internacionais, sobre a garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes**. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm). Acesso em: 25 jan. 2019.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1989.

GENRO, T. **Nova agenda para um novo ciclo**. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Nova-agenda-para-um-novo-ciclo/4/28396>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil**. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. São Paulo: Vozes, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Jour-**

**nal of Sociology**, v. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Boulder, CO: Westview, 2001.

GRONDIN, J. **Introduction to philisophical hermeneutics**. New Haven, CT: Yale University Press, 1994.

GROSS, A.; KEITH, W. **Rhetorical hermeneutics: invention and interpretation in the age of science**, Albany, NY: State University of New York Press, 1997

GROSSETTI, M. Dynamiques des réseaux et des cercles. Encastres et découplages. **Revue d'Économie Industrielle**, v. 2, p. 327-355, 2003.

GROSSETTI, M. **Sociologie de l'imprevisible**. Dynamiques de l'activité et des formes sociales. Paris: PUF Collection, 2004. 225p

GURRUTXAGA, I. A.; GUELL, P. I. **Democracia participativa e desarrollo humano**. Madrid: Dykinson, 2007.

GUTMANN, A. A desarmonia da democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 5-37, 1995.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. **Democracy and disagreement**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. Deliberative democracy beyond process. In: FISCHKIN, J. S.; LASLETT, P. (ed.). **Debating deliberative democracy**. London: Blackwell, 2003. p. 31-53.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua**

Nova, n. 36, p. 39-95, 1995.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. (Pensadores), São Paulo: Ed. Abril, 1980.

\_\_\_\_\_**A Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_**La teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

\_\_\_\_\_**Teoría de La acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus. 1987.

\_\_\_\_\_**Direito e democracia: entre a factividade e a validade**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_**A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_**Direito de democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAYAT, S.; SINTOMER, Y. Repenser la representation politique. **Raisons Politiques**, n 50, p. 2-11, 2013. Disponível em: URL : <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2013-2-page-5.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

HOBBSAWAM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWAM, E. **A inclusão do outro**. Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLMES, T.; SCOONES, I. **Participatory environmental policy**

**processes:** experiences from North and South. Brighton: Institute of Development Studies, 2000.

HUTT, M. D. ; ORD, E.; WALKER, B.; REINGEN, P. Case study defining the social network of a strategic alliance. **Sloan Management Review**, v. 41, n. 2, p. 51-62, 2000.

JAIDE, W. As ambiguidades do conceito de geração. *In:* BRITTO, S. (org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 41-52

KELSEN, H. **A essência e o valor da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KELSEN, H. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LANGELIER, S. **El presupuesto participativo de Porto Alegre:** lo que quedó de la experiencia pionera? 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nph/ong/?p=1549>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, n. 84, p. 353-364, 2011.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. O discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, 2009.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (org.). **O discurso do sujeito coletivo:** uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.

LEFORT, C. **Pensando o político**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Broadway, 2018.

LUTHAR, S. S.; CICCETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.

MAHANTY, S.; RUSSEL, D. High Stakes: Lessons from stakeholder groups in the Biodiversity Conservation Network. **Society and Natural Resources**, v. 15, p. 179-188, 2020.

MANIN, B. On legitimacy and political deliberation. **Political Theory**, v. 15, n. 3, p. 338-368, 1987.

MANIN, B. Legitimidade e deliberação política. *In*: WERLE, D. L.; MELO, R. S. (org.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Singular, 2007. p. 15- 45.

MANNIGEL, E. **Integrando parques e vizinhos: participação e áreas protegidas em Minas Gerais**. Belo Horizonte: GTZ, 2004.

MARQUETTI, A.; CAMPOS, G. A.; PIRES, R. **Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo**. São Paulo: Xamã, 2008.

MARQUETTI, A. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. *In*: AVRITZER, L.; NAVAVRRO, Z. (org.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-156.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTINS, P. H. O dom como fundamento de uma cultura democrática e associativa. *In*: MARTINS, P. H.; PORTUGAL, S. **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2011. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bits->



[tream/10316/41478/1/%EF%BB%BF%20Cidadania%20e%20redes%20sociais.pdf](https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41478/1/%EF%BB%BF%20Cidadania%20e%20redes%20sociais.pdf).

Acessado em 05 de maio de 2020.

MARTINS, P. H.; PORTUGAL, S. **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2011. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41478/1/%EF%BB%BF%20Cidadania%20e%20redes%20sociais.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2020.

MCCARTHY, T. **The critical theory of Jürgen Habermas**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978.

MCNEELY, J. A. (ed.). **Expanding partnership in conservation**. Washington, DC: Island Press, 1995.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 5-14, 1997.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. **O jogo do eu: a mudança de si mesmo na sociedade globalizada**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004.

MENEZES, I. Da (inter)ação como alma da política: para uma crítica da retórica “participatória” dos discursos. *In*: PAIS, J. M.; BENDIT, R.; FERREIRA, V. S. (org.). **Jovens e rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. p. 333-352.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MICHELS, R. **Political parties**. Glencoe: Free Press, 1949.

MIGUEL, L. F. **Democracia e a crise da representação política: a accountability e seus impasses.** 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/LuisFelipeMiguel.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, n. 100, p. 83-118, 2017.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade.** Tradução de Alberto da Rocha Barros. Petrópolis- RJ: Vozes, 1991.

MOORE, B. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world.** Boston, MA: Beacon, 1966.

MORIN, E. **Cultura de massas no séc. XX: o espírito do tempo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

MOSCA, G. **La classe política.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUÑOZ, C. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

MUÑOZ, C. **Crianças e adolescentes: participação desde a infância.** 2006. Disponível em: <https://www.intersindical.org/stepv/peirp/participacio/articles/entrevista%20cesar%20munoz.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MUÑOZ, C. Os orçamentos participativos da infância e dos jovens, bases da democracia participativa e da política da polis. *In*: DIAS, N. (org.). **Esperança democrática**: 25 anos de orçamento participativo no mundo. São Brás de Alportel: Associação In Loco, 2013. p. 381-399

NOBRE, M.; TERRA, R. **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008.

NORRIS, P. **Critical citizens**: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NUM, J. **Democracia**: gobierno del pueblo o gobierno de los políticos? Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2002.

OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS. **A anatomia da crise**: identificar os problemas para construir as alternativas. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. Relatório.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Genebra: ONU, 1959.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Panorama mundial do emprego**: perspectivas pouco animadoras para os jovens no mercado laboral. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-09-04/oit-estima-aumento-do-desemprego-entre-jovens-nos-proximos-cinco-anosSet/2012>. Acesso em: 10 jan. 2019.

O'RIORDAN, T. S.; STOLL-KLEEMANN, S. **Biodiversity, sustainability, and human communities**: protecting beyond the protected. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

PAIS, J. M.; BENDIT, R.; FERREIRA, V. S. (org.). **Jovens e rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online], v. 21, n. 1 [Acesso do 27 março 2022], p. 15-36, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>>. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>. Acesso em 21 de maio de 2020.

PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PARRA, H. Z. M. Educação expandida e ciência amadora: primeiros escritos. *In*: FERRAZ, C. B. O.; NUNES, F. G. (org.). **Imagens, geografias e educação**: intenções, dispersões e articulações. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013. p. 79-102.

PARETO, Vilfredo. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. RODRIGUES, J. A (Org.). São Paulo: Ática, 1984.

PASSARELLI, B.; AZEVEDO, J. (org.). **Agentes em rede**: olhares luso-brasileiros. São Paulo: Ed. SENAC, 2010.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETTIT, P. Deliberative democracy, the discursive dilemma and

republican theory. *In*: FISHKIN, J. S.; LASLETT, P. **Debating deliberative democracy**. London: Blackwell, 2003.

PIMBERT, M. P.; PRETTY J. N. Parks, people and professionals: putting “participation” into protected area management. *In*: GHIMIRE, K. B.; PIMBERT, M. P. (ed.). **Social change and conservation**. Environmental politics and impacts of national parks and protected areas. London: Earthscan, 1997. p. 297-330.

POWELL, W. W. Hybrid organizational arrangements: new form or transitional development? **California Management Review**, v. 30, n. 1, p. 67-87, 1987.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. **Research in Organizational Behavior**, v. 12, p. 295-336, 1990.

PRENSKY, M. **On the Horizon**. LINCOLN, NE: NCB University Press, 2001. v. 9, n. 5.

PRENSKY, M. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2012.

PRZEWORSKI, A. **Capitalism and social democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REGUILLO, R. **Culturas juveniles**. Formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

REIGADAS, Cristina. Confianza y deliberación: las condiciones étnicas de la participación democrática, *In*: MARTINS, Paulo Hen-

rique e PORTUGAL, Sílvia. **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2011. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41478/1/%EF%BB%BFCi-dadania%2C%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20e%20redes%20sociais.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2020.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado-Providência**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSEN, S. **Hermeneutics as politics**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUIVO, Fernando. A Face Oculta da Lua: reflexões sobre as relações entre o formal e o informal, *In*: MARTINS, Paulo Henrique e PORTUGAL, Sílvia . **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2011. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41478/1/%EF%BB%BFCi-dadania%2C%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20e%20redes%20sociais.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2020.

SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.13p.72-85, jan./abr. 2015. Disponível em: [file:///D:/PPP/Downloads/markley,+Artigo+Flavio+e+AnaL%C3%BAcia+UNICAMP+\(3\)+-+com+-+corre%C3%A7%C3%B5es++dos+autores%20\(1\).pdf](file:///D:/PPP/Downloads/markley,+Artigo+Flavio+e+AnaL%C3%BAcia+UNICAMP+(3)+-+com+-+corre%C3%A7%C3%B5es++dos+autores%20(1).pdf). Acessado em: 19 de abril de 2022.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002a.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013a.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013b.

SANTOS, B. S. **Alternativas**: o ovo de Colombo em busca de autor. 2013c. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/portugal/alternatives-the-egg-of-columbus-in-search-of-author>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **Alternativas em busca do autor**. 2013d. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Alternativas-em-busca-de-autor/29891>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2002. p. 39-42.

SARMENTO, M. J; Natália FERNANDES, M; TOMÁS, C. Políticas

Públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 25, 2007, 183-206 Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>. Acessado em: 19 de abril de 2022.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1. São Paulo. Editora Ática, 1994.

SAVAGE, J. **A criação da juventude: como o conceito de *teenage* revolucionou o séc. XX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHMITT, C. **The crisis of parliamentary democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1942.

SCHUMPETER, J. **The crisis of parliamentary democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1926.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SELEE, A.; SANTÍN, L. Introducción: participación ciudadana y deliberación pública - relación recíproca entre ciudadanos e gobierno. *In*: SELEE, A.; SANTÍN, L. (org.). **Democracia y ciudadanía: participación ciudadana y deliberación pública en gobiernos locales mexicanos**. Washington, DC: Wilson Center, 2006. p. 13-32.

SEN, Amartya. Democracy as a universal value. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 3, p. 3-17, 1999.

SINTOMER, Y.; TALPIN, J. La démocratie délibérative face au défi du pouvoir. **Raisons Politiques**, v. 42, n. 2, p. 5-13, 2011.

SOUZA, A. P. L.; FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D.; KOLLER, S. H. Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Avances**



en **Psicología Latinoamericana**, v. 28, n. 2, p. 178-193, 2010.

SOUZA, C. H. L. Mapeamento das experiências participativas. *In*: SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O.; MORONI, J. A. (ed.). **Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2011. p. 42-69.

STOLL-KLEEMANN, S.; O'RIORDAN, T. From participation to partnership in biodiversity protection: experience from Germany and South Africa. **Society and Natural Resources**, v. 15, p. 161-177, 2002.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-104.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, L.; ABERS, R. N.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. O. (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. p. 105-140.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, EDUSP, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VAZ, A. C. N. Da participação à qualidade da deliberação em fó-

runs públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. *In*: PIRES, R. R. C. **A efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

VITALE, D.; MELO, R. Política deliberativa e o modelo procedimental de democracia. *In*: NOBRE, M.; TERRA, R. R. (org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008.

WALLERSTEIN, N. Empowerment to reduce health disparities. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 59, p. 72-77, 2002. Supplement.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos participativos, sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: SCHATTAN, V.; NOBRE, M. **Democracia deliberativa**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 291-312.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012. v. 2.

WEBLER, T. Right discourse in citizen participation: an evaluative yardstick. *In*: RENN, O.; WEBLER, T.; WIEDEMANN, P. (ed.). **Fairness and competence in citizen participation**: evaluating models for environmental discourse. London: Kluwer Academic, 1995. p. 35-86.

WELLMER, A. Hannah Arendt on Revolution. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 53, n. 208, p. 207-222, 1999.

WERLE, D. L.; MELO, R. (org.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

W. N. NETO, W.N. (org.) Atendimento ao Adolescente em Conflito

com a Lei – Reflexões para uma Prática Qualificada *in* **Caderno n.01 / DCA-SNDH-MJ**, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, I. M. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. *In*: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001. P. 365-386.



# POSFÁCIO

É uma honra imensa ter sido escolhido pela autora para redigir o posfácio deste livro acerca da participação de adolescentes nas conferências dos direitos. Sinto-me profundamente privilegiado por ter a oportunidade de compartilhar com os leitores a impressão sobre os resultados tão relevantes e impactantes aqui registrados.

Estou animado para dividir minhas impressões com o público leitor, na esperança de que elas possam inspirar a criação de políticas e práticas mais inclusivas, que valorizem e deem voz aos adolescentes. Acredito que este texto final poderá ser mais um momento para salientar a importância do estudo da participação juvenil e para incentivar ações concretas que fortaleçam seus direitos.

Confesso que, inicialmente, fiquei receoso de assumir tal desafio, haja vista minha aproximação com a autora e o fato de ter sido o orientador de sua tese. Os elogios ao trabalho, portanto, sempre poderiam ser interpretados como tendenciosos. A dúvida, porém, foi sanada quando a proposta veio para emitir opinião após a obra já ter sido lida pelos que estão me lendo agora, haja vista que poderão perceber mais facilmente a verdade nas opiniões emitidas.

O conhecimento que possuo da autora vem de longas datas: inicialmente como aluna da Graduação em Ciências Sociais; concomitantemente, como bolsista de Iniciação Científica; posteriormente, como orientador no Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas. Caminhar este que foi-se evidenciando em sua capacidade de pesquisadora e, nessa qualidade, tornando-se parceira de muitas publicações e investigações em nível federal, regional e lo-

cal. Atualmente, a convivência é com uma colega professora que divide disciplinas, livros e artigos no cotidiano acadêmico.

Tudo indica que, ao contrário de simplesmente falar bem porque é uma amiga, encontro-me habilitado a destacar imparcialmente a excelência do estudo desenvolvido. A pesquisa revelou a riqueza das contribuições dos adolescentes, evidenciando sua perspicácia, criatividade e habilidades de análise crítica. Ao longo do estudo, a autora investigou minuciosamente a importância dos adolescentes terem sido incluídos nas conferências municipais, estadual e nacional, reconhecendo seu potencial como agentes de mudança e dando-lhes voz ativa nas discussões relativas aos seus direitos.

O processo participativo estudado nas conferências se refere a um conjunto de práticas e métodos que envolvem os adolescentes em decisões que afetam suas vidas. O estudo desenvolvido buscou entender e promover mecanismos nos quais os adolescentes participam de maneira democrática, incentivando a inclusão, a transparência e o empoderamento dos delegados adolescentes. Nesta pesquisa foram exploradas as razões pelas quais o processo participativo se mostra tão valioso e como ele beneficia a sociedade como um todo.

O estudo se baseou na premissa de que as decisões políticas e sociais devem ser tomadas coletivamente, com a participação ativa e informada de todos os envolvidos. Assim, a autora registra que o processo participativo buscou promover a igualdade de voz e garantir que as decisões fossem legitimadas pelo coletivo.

A autora demonstrou que:

1) as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente estão possibilitando, em todos os seus níveis, que seus participantes se insiram no debate político e sejam capazes de atuar como protagonistas no processo democrático deliberativo;

- 2) a participação de crianças e adolescentes nos processos das conferências (desde a escolha como representante até a própria participação em níveis diferenciados) empodera e ajuda a protagonizar os delegados que passam a conviver com o aprofundamento da democracia representativa e superação do adultocentrismo;
- 3) os adolescentes estão reproduzindo os debates ocorridos nas conferências em outros espaços participativos, conseguindo, assim, incluir novos agentes.

Este livro, portanto, traz o resultado de uma pesquisa que comprovou que o ciclo de conferências, desde sua etapa inicial, acarreta uma intensa participação dos adolescentes, motivando outros da mesma faixa etária a se envolverem nas discussões e nos processos participativos.

Em síntese, o estudo demonstrou que os adolescentes estão: *empoderando-se* (na medida em que foram encontrando estratégias para partilhar o poder com os outros delegados); *criando autonomia* (nas estratégias de superação dos obstáculos dentro das conferências); *tendo protagonismo* (por meio do entendimento da importância dos processos locais das conferências); e *conquistando resiliência* (por meio das dinâmicas encontradas para uma adaptação positiva diante dos obstáculos).

O fortalecimento das experiências locais configura, decerto, o caminho para retomar as conquistas democráticas e recolocar na agenda a ampliação do conceito de participação. Portanto, neste livro, a autora demonstra o quão importante e benéfico é investir no desenvolvimento e fortalecimento desses jovens. As bases empíricas e teóricas deste estudo confirmaram a importância de suas categorias centrais: a) democracia; b) participação; e c) cidadania.

Espero, sinceramente, que esta leitura se torne um instrumento que ilumine a ação de quem milita na área da infância e adolescência, para os que lutam pelo aprofundamento democrático e todos os que apostam no futuro do País.

Parabéns Andréa Luz, autora deste livro!

*Francisco Horácio da Silva Frota*